



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

WESLEY DA SILVA OLIVEIRA

**Quilombo Mesquita: Cultura, Educação e Organização Sociopolítica na
construção do pesquisador coletivo.**

Brasília – DF
2012



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

**Quilombo Mesquita: Cultura, Educação e Organização Sociopolítica na
construção do pesquisador coletivo.**

WESLEY DA SILVA OLIVEIRA

Brasília – DF
2012

WESLEY DA SILVA OLIVEIRA

Quilombo Mesquita: Cultura, Educação e Organização Sociopolítica na construção do pesquisador coletivo.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Professora Orientadora: Me. Maria Luiza Pinho Pereira.

Comissão Examinadora:

Prof. Me. Maria Luiza Pinho Pereira (orientadora)

Faculdade de Educação - FE

Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses

Faculdade de Educação - FE

Universidade de Brasília - UnB

Professor. Dr. Rafael Litvin Villas Bôas

Faculdade UnB Planaltina – FUP

Universidade de Brasília - UnB

Brasília, 09 de outubro de 2012.

OLIVEIRA, Wesley da Silva.

Quilombo Mesquita: Cultura, Educação e Organização Sociopolítica na construção do pesquisador coletivo / Wesley da Silva Oliveira. – Brasília, 2012.

Monografia (licenciatura) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2012.

Orientadora: Maria Luiza Pinho Pereira, Faculdade de Educação.

1. Pesquisa-ação Existencial
2. Quilombos
3. Cultura
4. Educação
5. Organização Sociopolítica

DEDICATÓRIA

À minha família por todo apoio e incentivo, ao meu querido e amado pai, José Maria de Oliveira, e minha querida e amada mãe, Maria Célia Araújo da Silva, agradeço aos meus irmãos Átila e Wily pelo aprendizado, agradeço a minha Tia Odete por todo o cuidado, carinho e apoio. ESTE SONHO É DE TODOS NÓS, EU AMO VOCÊS!

Aos(As) AMIGOS(AS) que esta vida me deu de presente. Nossa amizade é como as árvores do cerrado não importa tão grande seja a seca de nosso SERTÃO, nossas raízes vão ao fundo curar a sede de VIDA, não importa que sejamos tortos e imperfeitos essa é justamente a graça, somos estranhos a nós mesmos e cometemos tantos erros, mas não importa! Aprendemos juntos que AMAR é um ato singelo e humilde de aceitar as pessoas como são e de mãos dadas crescermos sendo uma só canção. EU AMO NÓS!

Ao Centro Acadêmico “Pedagogia da Oprimido” – CAPE/UnB, espero mais uma vez estar colaborando. ESTAMOS JUNTOS!

Dedico a uma pessoa que ainda sei pouco, mas que desde a primeira vez que a vi a tenho com muito respeito e admiração. Professora Maria Luiza, agradeço a oportunidade de conviver contigo. A senhora não precisa falar muito para nos ensinar, pois somente tua presença já é suficiente para nos lançar ao universo da curiosidade e tua voz de trovão vibra em nosso corpo nos atentando para o sentir e viver do aqui-agora. Educar é descobrir. Obrigado por nos proporcionar tantas descobertas!

Finalmente, ao Quilombo Mesquita, meu carinho e gratidão por me ensinarem a ser mais humano, brasileiro e universal! Em memória de Dito Nonato e Dona Antônia. Que o Divino Espírito Santo faça esta terra livre com o suor de homens e mulheres como vocês! VIVA ZUMBI!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à VIDA que dentre tantas alegrias me permite partilhar mais esta. Agradeço à minha família por todo amor, dedicação e paciência, agradeço aos meus amigos que juntos aprendemos a SER brincando com nossa imperfeição como crianças nas gramas, se reinventando, sem medo de estar na corda bamba. Agradeço aos pés de manga, de seriguela, de cagaita e amora da Faculdade, agradeço às árvores que tanto me ensinam e ampliam meus horizontes, em especial à aroeira da FE1 por toda a força e confiança. Agradeço aos sabiás e bem-te-vis meus parceiros musicais, aos beija-flores por sempre me lembrarem da mágica beleza da vida e às corujas que me ensinam em silêncio observando meu caminho que penso ser da sabedoria já que com elas me encontro. Agradeço aos quilombolas de Mesquita e a todos os parceiros neste trabalho e aqueles que contribuíram de alguma forma, me incentivando, com o empréstimo de livros, caronas e afetos. GRATIDÃO!

Para os que virão

Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.

Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão, e nem sabem.

Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular - foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofredamente -
na primeira e profunda pessoa
do plural.

Não importa que doa: é tempo
de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.

É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros.)
Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.

Thiago de Mello

OLIVEIRA, Wesley da Silva. **Quilombo Mesquita: Cultura, Educação e Organização Sócio-política na construção do pesquisador coletivo.** Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Educação, UnB, Brasília – DF, 2012.

Resumo

Este trabalho consiste na experiência de construção do “pesquisador-coletivo”, desenvolvendo o método da pesquisa-ação existencial com vistas à transformação da realidade para o desenvolvimento local. Durante os últimos quatro semestres de graduação (2º/2010 à 1º/2012) direcionei meus estudos para a realidade de minha localidade em Cidade Ocidental-GO, na região do Entorno Sul do DF, onde, encontra-se a Comunidade Quilombola Mesquita.

Desde janeiro de 2011, atuo nesta comunidade passando pela escola, a associação de moradores e em suas principais manifestações culturais, aplicando forças em processos de articulação política entre estes espaços com o objetivo de trabalharmos projetos de fortalecimento da identidade do quilombo, observando a “crise identitária” enfrentada pela comunidade que, apesar do reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares desde 2006 e do trâmite de regularização fundiária no INCRA, sofre com o forte processo de aculturação e de falta de referências, que faz grande parte da comunidade perguntar em meio a tudo isto: “O que é Quilombo?”. Neste sentido, inseri-me para contribuir em processos de solução deste impasse que fragiliza a luta da comunidade por seus direitos étnico-raciais, por seu território e por uma educação que valorize seus valores culturais tão ameaçados pelo “desenvolvimento” promovido pela especulação imobiliária no DF e Entorno.

Como há pouca história escrita sobre o quilombo realizei investigações sobre o histórico da região buscando orientações que ajudassem a interpretar a comunidade aliando às minhas vivências, ambas, registradas e compartilhadas com membros da comunidade em forma de escritos que subsidiaram o processo de constituição do sujeito coletivo da pesquisa-ação. Destaco as dificuldades desta perspectiva de trabalho e sinalizo as possibilidades de continuidade das ações.

Palavras – chave: pesquisa-ação existencial, quilombos, cultura, educação, organização sociopolítica.

OLIVEIRA, Wesley da Silva. **Quilombo Mesquita: Cultura, Educação e Organização Sociopolítica na construção do pesquisador coletivo**. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Educação, UnB, Brasília – DF, 2012.

Resumen

Este trabajo consiste en la experiencia del desarrollo de métodos de investigación colectiva con finalidad de transformar la realidad para el desarrollo local. Durante los últimos cuatro semestres de graduación (2º/2010 al 1º /2012) direccioné mis estudios a la realidad de mi localidad, en *Cidade Ocidental-GO* que queda cerca al rededor del DF en la región sur donde se encuentra la comunidad *Quilombola* Mesquita.

Desde enero de 2011 trabajo en esta comunidad, desde la escuela a la asociación de residentes y sus principales manifestaciones culturales, aplicando fuerzas en los procesos de articulación política entre estos espacios con el objetivo de trabajar proyectos de fortalecimiento de la identidad del quilombo, fue observada una "crisis de identidad" que la comunidad enfrenta, a pesar del reconocimiento por la Fundación Cultural Palmares desde 2006 y del proceso de regularización en el INCRA, la comunidad sufre con el fuerte proceso de aculturación y la falta de referencias que gran parte de la comunidad hace preguntar en medio a todo esto: “? Lo qué es Quilombo?”. En este sentido, me inserí para contribuir con las soluciones de este enfrentamiento que debilita la lucha de la comunidad por sus derechos étnico-raciales, territorial y por una educación que mejore sus valores culturales tan amenazados por "desarrollo" causado por la especulación inmobiliaria en DF y alrededores.

Como no hay historia escrita sobre el quilombo, realicé investigaciones sobre el histórico de la región buscando orientaciones que ayudara a interpretar la comunidad vinculando a mis experiencias, tanto grabadas y compartidas con los miembros de la comunidad en forma de escrito que subvencionaron el proceso constitución de la "investigación colectiva". Destaco las dificultades de este enfoque de trabajo y señalo las posibilidades de la continuidad de las acciones.

Palabras – clave: investiga-acción, quilombos, cultura, educación, organización social.

Lista de Figuras

Ilustração. 1. Localização da Cidade Ocidental - Goiás.....	28
Ilustração. 2. Mapa de 1893 mostra pela primeira vez o futuro DF, “Quadrilátero Cruls”	33
Ilustração. 3. Mapa da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno.....	35
Ilustração. 4. Mapa das antigas fazendas do DF.....	36
Ilustração. 5. Mapa Fragmentação Territorial da Região do Entorno do DF (1940 - 2005).....	37
Ilustração. 6. Município de Cidade Ocidental / Quilombo Mesquita - 15.....	40
Ilustração. 7. Rota transatlântica – Tráfico Negreiro para o Brasil.....	46
Ilustração. 8. Cartografia dos Quilombos no Brasil.....	50
Ilustração. 9. Engenho.....	55
Ilustração. 10. Horta do “Seu” César.....	56
Ilustração. 11. Imagem lateral do casarão da fazenda em posse de José Sarney.....	57
Ilustração. 12. Casa do Sr. Sinfrônio Lisboa da Costa.....	58
Ilustração. 13. Casa da Dona “Tina”	58
Ilustração. 14. Um dos regos d’água que abastecem a comunidade.....	59
Ilustração. 15. À esquerda antiga capelinha e à direita construção do templo de N. Senhora D’Abadia.	60
Ilustração. 16. Chegada da Folia à casa do pouso.....	66
Ilustração. 17. Cruzeiro e arruamento.....	66
Ilustração. 18. Altar.....	67
Ilustração. 19. Bendito de mesa.....	67
Ilustração. 20. A dança do catira.....	68

Ilustração. 21. Imagem de Nossa Senhora da Abadia.....	72
Ilustração. 22. Placa do Gov. Federal de reconhecimento da comunidade.....	72
Ilustração. 23. Antigo casarão de Aleixo Pereira Braga.....	75
Ilustração. 24. Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I.....	76
Ilustração. 25. Tabela “simulação do senso”.....	79
Ilustração. 26. Projeção do condomínio Alphaville em Cidade Ocidental – GO.....	80
Ilustração. 27. À direita manifestação em defesa do meio ambiente, à esquerda aluno na horta feita na escola.....	81
Ilustração. 28. Arraiá do Quilombo.....	82
Ilustração. 29. “Seu” José Coutinho segurando trabalho feito pela escola sobre seu ofício de artesão ao lado de Idelma, professora quilombola.....	83
Ilustração. 30. Tabela: recursos humanos da escola.....	84
Ilustração. 31. Tabela: corpo discente.....	85
Ilustração. 32. Professores, lideranças quilombolas e representantes do MEC.....	87
Ilustração. 33. Encontro do projeto.....	91
Ilustração. 34. Participação dos idosos.....	93
Ilustração. 35. Sr. Sinfrônio Lisboa da Costa homenageado pelo governador e vice-governador do DF em abril de 2012 por participação na construção de Brasília.....	95
Ilustração. 36. Sítio arqueológico “Toca da Onça”, Formosa – GO.....	96
Ilustração. 37. Pinturas rupestres no sítio arqueológico “Toca da Onça”, Formosa - GO.....	96
Ilustração. 38. Igreja do Rosário, Luziânia – GO.....	97
Ilustração. 39. Procedimentos da pesquisa-ação existencial.....	118
Ilustração. 40. Ciclo de uma intervenção planejada.....	119
Ilustração. 41. Fluxograma de interações individual X Coletivo no círculo de cultura.....	125

Sumário

1. Passagens que não desbotaram da memória.....	16
Sou sangue de nordestino.....	16
A educação tem a ver com o nascimento.....	18
A única maneira de aprender é contestar.....	20
Buscas identitárias.....	22
2. Orientações - dos fundamentos do Ser e da Vida.....	24
Do trabalho.....	26
3. Busca de compreensão espaço-temporal.....	28
3.1. O Município de Cidade Ocidental-GO.....	28
A construção de Cidade Ocidental e seu processo emancipatório.....	28
Histórico de ocupação e fragmentação política-territorial da Região do Entorno do Distrito Federal.....	32
3.2. A Comunidade Quilombola Mesquita – GO.....	38
Suas Origens na Economia do Ouro em Goiás.....	39
O Planalto Aurífero: Santa Luzia.....	41
Transição da Economia do Ouro para Economia Agropastoril.....	42
O Mito Fundador e Sua Evidência Histórica.....	42
3.3 A presença Africana no Brasil: Origem e contribuições.....	43
A Resistência Negra.....	47
Os Quilombos.....	48

Breve Análise Institucional dos Quilombos no Brasil.....	48
4. Os caminhos de uma pesquisa-ação existencial	
existencial.....	52
Introdução.....	52
4.1. Ao encontro dos saberes populares e tradicionais do Quilombo Mesquita.....	53
4.1.1. Vivências e percepções dos aspectos culturais e da organização comunitária do Quilombo Mesquita.....	55
Economia.....	55
Arquitetura e organização espacial da comunidade.....	57
Religiosidade no Quilombo.....	61
As Folias de Origem Portuguesa.....	61
Dinâmica dos rituais dos pousos de Folia no Mesquita.....	64
O culto a Nossa Senhora D’Abadia.....	69
Representação Política da Comunidade.....	70
4.2. Estudo sobre a escola na Comunidade Quilombola.....	72
A luta por educação escolar no Quilombo Mesquita – História da Escola.....	74
A Luta por Educação Escolar Quilombola e suas contradições.....	76
Os projetos da escola.....	77
Estrutura e funcionamento da Escola.....	84
4.2.1. Participação na agenda política da escola, a proposta de trabalho com os professores – primeira tentativa de instituir o Pesquisador Coletivo e a intervenção política da direção escolar.....	86

4.3. Participação na Associação do Quilombo Mesquita – duas tentativas de instituir o “pesquisador - coletivo”	89
Projeto “Quilombo Mesquita Identidade e o valor das tradições”	90
Projeto “Som de Quilombo”	93
Viveiro de mudas comunitário.....	94
Parceria com o Arquivo Público do DF – ArPDF.....	94
Relacionamento com a associação – reuniões.....	99
Rio + 20 e a Cúpula dos Povos.....	100
4.4. O processo de formação do Pesquisador-Coletivo	102
Primeira Reunião – Negociação e constituição do P.C.....	102
Segunda Reunião - Análise do texto em elaboração de meu TCC.....	103
Terceira Reunião - Estudos e Proposições.....	109
Quarta Reunião – apresentação das ideias do grupo / Pesquisador-coletivo à AREME (Associação Quilombola).....	110
5. Considerações Finais	113
Formação de minha identidade pessoal, cidadã e profissional.....	113
Disciplina: tempo para si e para o mundo e o tempo da Pesquisa-ação existencial.....	115
As dificuldades de realizar a pesquisa-ação existencial.....	116
Dificuldade de constituir o “pesquisador-coletivo”: sua orientação e procedimentos.....	113
Das tentativas de formar o “pesquisador-coletivo”.....	120

Quanto à identidade do pedagogo.....	123
Do “pesquisador coletivo” e a continuidade do trabalho.....	126
Da importância do trabalho.....	131
Da escrita.....	132
Referencias Bibliográficas.....	133

1. Passagens que não desbotaram da memória

Aqui começa meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o registro e apresentação de minhas “memórias educativas”. Sou feliz pela compreensão alcançada pelo Curso de Pedagogia em propor esta reflexão “memorial” que é de grande importância e que infelizmente não está presente na maioria dos cursos desta Universidade. Sua importância consiste no ato de reconhecimento do próprio sujeito que reflete seu percurso histórico formativo, refletindo o que permite que ele momentaneamente seja o que é que está sendo! Assim, como aos “outros”, interlocutores, você que me lê agora. A pessoa neste exercício reflexivo de sua própria história pode se identificar, (re)conhecer-se no mundo e com o mundo, algo fundamental num TCC. “Conheça-te a ti mesmo” este é um ensinamento de grandes sábios que hoje me parece carecer de espaço na Universidade!

Desta forma todo este trabalho se constitui enquanto memória. Nesta primeira seção elenco algumas lembranças marcantes e buscas de compreensão de meu processo de constituição enquanto pessoa, cidadão e profissional. Evidente que apresento fragmentos dentro de minhas possibilidades de conversão destas ideias e sentimentos em palavras o que não me parece tarefa fácil. Neste caminho ao longo do trabalho dialogo com formas mais “engessadas” da linguagem acadêmica que apesar das críticas que tenho me percebo relativamente condicionado ao que tento superar conhecendo e explorando minha capacidade criativa. Espero que a leitura seja interessante mesmo podendo ser cansativa, que possam me conhecer nos aspectos que sejam possíveis neste trabalho, além de contar com sua ponderação crítica.

Apresento-lhes minhas origens:

“Sou sangue de nordestino, marcado pelo destino de ser sempre um sofredor.”

Luiz Gonzaga

Não é esmorecido que canto este verso do rei do baião, mas é com a coragem e a alegria deste povo! Sofrer é antes lutar por dignidade que padecer perante as injustiças. Filho de cearenses sou sangue de nordestino nascido noutras terras em virtude do destino migratório dos meus pais que em Brasília se encontraram pela primeira vez onde foram em busca da

sorte. Se candangos são os trabalhadores pioneiros da construção de Brasília, também os são os posteriores e seus filhos que vieram dar continuidade a realização da cidade. Meu pai chegou em 1979 para trabalhar no comércio e minha mãe em 1987, já com meu irmão Átila, foi trabalhar em “casa de família” como empregada doméstica e por “sorte” encontrara uma família que lhe apadrinhara de forma honesta e sincera, algo que me parece diferenciar-se um pouco dos tradicionais apadrinhamentos que existem desde os tempos de “mucamas”. Esta família acolheu minha mãe e a mim da gestação aos primeiros anos de vida. Eram anos de muitas restrições para meus pais e esse resguardo foi importantíssimo principalmente para mim que fui recebido ao mundo em 1988, cercado de carinho e atenções, o que é fundamental para um recém-nascido. Os vínculos permaneceram sendo minha única referência de “avós maternos”.

Este meio tempo foi oportuno para que meus pais se organizassem para assim nos fixarmos desde 1992 em nossa própria casa no Município de Cidade Ocidental – GO, Entorno Sul de Brasília. Nela cresci, tive uma infância maravilhosa em uma cidade que a época era pacata, interiorana, cercada de chácaras e fazendas e que hoje se torna tão mais periférica à medida que a irresponsabilidade de seus governantes lhe incute um “desenvolvimento” deturpado. Nesta cidade vivo até hoje, mas sua dependência de Brasília me fez manter os vínculos com a cidade onde nasci o que me gera uma confusão identitária hoje pouco mais compreendida. É curioso se sentir turista na cidade onde você nasceu! E para Brasília me deslocava numa migração pendular de 100 Km diários, para ir a escola, ao teatro, cinema, parques, bibliotecas, tudo quanto não havia em minha cidade. Somente tive condições de vivenciar estes espaços por ter pais que apesar dos pouquíssimos anos de estudo percebiam a importância disso para a formação dos filhos e, assim, me tornei o primeiro de uma extensa família a entrar em uma universidade pública.

Meu pai trabalhou até o ano de 2002 como empregado no comércio de Brasília e desde então se tornou trabalhador autônomo que investe todo seu tremendo esforço do trabalho de domingo a domingo na educação dos filhos (meu irmão mais novo Wily e eu). Durante a adolescência ajudei meu pai no “Bar e Lanchonete” no que consisti seu comércio. Minha mãe se tornou “dona de casa” responsável pelo trabalhoso cuidado do “Lar” e da família. Com eles aprendi o “cuidado”, a responsabilidade e o grande ensinamento da honestidade ao que sou imensamente grato e posso hoje dizer-lhes que nenhum título é capaz de conferir tamanha honraria a uma pessoa! Estes ensinamentos são os princípios e valores que me orientarão por

toda vida. Educados por uma família de migrantes nordestinos, herdeiro de formas de ver e viver no mundo, seus potenciais, seus desconhecimentos e negações, nós, filhos, imbuídos por nossos pais da responsabilidade de estudar, retroagimos no seio familiar gerando mudanças no pensar e agir de nossas relações.

“A educação tem a ver com o nascimento, com o fato de que constantemente nascem seres humanos no mundo.” Hannah Arendt

Hoje aos 24 anos, no início de minha vida adulta, percebo a importância da infância como “entidade” e de minha própria infância que busco manter viva em minha mente e em meu coração a contra gosto da sociedade. Ainda cedo a “vida” me forçou como a tantas pessoas a assumir ritmos que negam a expressão da infância. Ensina-se que o tempo, o pensar e o sentir da criança devem ser abandonados para ceder espaço ao que é necessário: “mudar”, “crescer”, “amadurecer”, tornar-se um “adulto sério e responsável”. O que significa tudo isso? Até que ponto sugerem qualidades ou decretam silenciosamente o fim da infância?

A infância tem o caráter de anunciar o novo devendo ser compreendida como novidade e alteridade! Por isso ela não pode ser simplesmente entendida como uma mera relação de continuidade conosco e com nosso mundo. É antes de tudo descontinuidade, interrupção cronológica e inauguração de um novo início estando além do que sabemos, queremos ou esperamos. E por isso questiona o poder de nossas práticas e instituições (Larrosa, 1998). Todavia, lembremo-nos de nossas instituições escolares e familiares que acompanhadas de outras são as principais responsáveis em acolher e educar as crianças. E o que significa essa “novidade”, esse “outro”? Esta questão está entre as principais indagações dos anos de minha formação em licenciatura no curso de pedagogia.

Rubem Alves brincando de Lewis Carrel entra espelho adentro de mãos dadas com Alice, onde tudo acontece às avessas, e nos sugere pistas para as possíveis respostas. Na estória de “Pinóquio às avessas” ele busca “quebrar o feitiço das histórias que se repetem” de “um bonequinho de pau, tão inofensivo”, mas que vai repetindo suavemente lições que dizem: “quem não vai à escola não chega a ser humano”. Essa “estória” mostra que as evidências

indicam a falsidade da hipótese: “as crianças de carne e osso que entram [nas escolas] para sair transformadas em bonecos de pau...”

“...Era uma vez um menininho, de carne e osso, igual a tantos, que se deleitava nas coisas simples que a vida dá. Ria nos seus mundos de faz-de-conta, voava nas asas dos urubus, assustava os peixes, nariz achatado nos vidros dos aquários, assobiava para os perus, andava na chuva – todas essas coisas que as crianças fazem e os adultos desejam fazer, e não fazem, por vergonha. Sua vida escorria feliz por cima do desejo.”

Resumindo: *“...não sabia que uma conspiração estava em andamento. Tudo começara quando um nome lhe fora dada. Nome do pai. Confissão de intenções: de que o menino aceitasse como seus o nome e os desejos de um outro. Filho extensão do pai, realização de desejos não realizados, sobrevivência do seu corpo, uma gota de imortalidade.”*

“Que é que ele vai ser quando crescer? Médico? Diplomata? Cientista?”

“Até que chegou o dia em que lhe foi dito: É preciso ir para a escola. Todos os meninos vão. Para se transformarem em gente. Deixar as coisas de criança. Em cada criança brincante dorme um adulto produtivo...”

“Só que ele não entendia. E disto eram prova aquelas notas vermelhas no boletim, testemunhas de como o menino cavalgava longe do desejo dos outros, conspiradores secretos, escondidos na monotonia dos currículos que não faziam seu corpo sorrir...”

Mas com o tempo começaram as transformações. “Primeiro os olhos. Já não refletiam outros olhares e nem borboletas...Aprenderam a concentração, a disciplina. Depois o corpo, que desaprendeu a dança, o vôo dos papagaios e o brinquedo. Passou a morar no mundo das fórmulas e dos experimentos. Até o prazer da comida se satisfaz com os sanduíches rápidos do almoço e na cama o corpo se esqueceu do corpo...”

“Já não era o menino de outrora, carne e osso. A grande transformação aconteceu. Era um boneco de madeira, inteligência pura, sem coração.”

E vejo essa “estória” ganhar um “H” na minha própria história. De todo meu percurso escolar foi durante a universidade que mais senti tornando-me um boneco de madeira o que busco reverter lutando para manter viva a novidade que sou no mundo, mesmo hoje sendo um adulto jovem tento guardar no coração e na memória o baú de minha infância a que recorro como Manuel de Barros, para ser a criança que ainda sou, que sonha, imagina, fantasia e que pode “transver” o mundo por não ter me tornado uma pessoa razoável! E quando o “eu adulto” balança na grande tarefa humanizadora o “eu menino” vem para me dar a mão. Guia-me pela serenidade. O adulto e a criança seguem o caminho, sendo juntos um só!

Assim como a infância sofre os ataques à “novidade” que representa no mundo, a juventude também é atacada astuciosamente. Os jovens talvez pela proximidade da infância ainda sonham, imaginam e com vigor enfrentam o mundo para transformá-lo no que é

necessário e ideal ou simplesmente para poderem se expressar, garantir seus espaços para serem o que querem ser! Temos de guerrear, lutar para sobreviver numa sociedade em que simplesmente “Ser” e “sonhar” são verdadeiros atos de ousadia e confronto. No entanto tentam amortecer nosso embate com o discurso da experiência. Quero registrar meu respeito e reconhecimento às pessoas que me antecedem em vida, todos somos dotados de saberes, mas cada um vivência a si mesmo. Os mais velhos não podem submeter os jovens às suas experiências, subestimando e desvalorizando os anos que vivemos, tornando a experiência em algo que não nos encoraja a realizar coisas grandiosas, novas e futuras (Walter Benjamin). Devemos aprender com essa “experiência” que se encerra em si confrontando-a, contestando-a!

Estas questões sobre a infância e a juventude se relacionam inteiramente com esta instituição formadora de professores com o qual poderia aqui realizar uma série de análises referentes aos currículos, às avaliações, concepções de educação e sociedade, seus fundamentos políticos, epistemológicos, etc, etc. No entanto é especificamente nas relações de poder da correlação professor – estudante que as contradições se manifestam vivamente. Quero deixar claro que as críticas que apresento a seguir não são uma totalidade, uma única expressão da Faculdade de Educação e da Universidade de Brasília e que também reconheço as belezas e virtudes nelas encontradas, mas é algo que deve ser dito. Acredito na FE/UnB como um espaço de resistência e crítica, por isso não poderia deixar de fazê-las!

“A única maneira de aprender é contestar!” Jean-Paul Sartre

Abrirei com o que Sartre apresenta:

O professor de faculdade é quase sempre um senhor que fez uma tese e a recita pelo resto da vida. É também alguém que possui um poder ao qual se apegava ferozmente: o de impor às pessoas, em nome de um saber que acumulou, suas próprias ideias, sem que aqueles que o escutam tenham o direito de contestá-las (Cohen-Solal, 2005, p.77).

Esta incrível sentença revela os principais conflitos da relação professor-aluno, ajudando-nos a compreender uma série de questões. A primeira é a forte expressão na Faculdade de Educação/ UnB da contradição professor-aluno:

O educador é o que educa; os educandos, os que são educados; o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele; o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos (FREIRE, 1986, p.67).

Durante o curso de graduação lutei sempre que possível coletivamente para superação dessa contradição que busca assentar nossa formação numa educação bancária, na centralidade absoluta do professor em sala de aula, nos processos pedagógicos e na formação do estudante, negando a nós estudantes como sujeitos, negando nossa autonomia. Vivemos uma Faculdade de Educação em que grande parte dos estudantes tem medo de falar o que pensam por receio de retaliações políticas por parte dos docentes! Uma sentença se fundira na “cuca” dos estudantes: se a gestão da sala de aula é território de propriedade docente, logo a gestão da faculdade e da universidade são territórios próprios dos professores! Conheço muitos colegas de curso que acreditam não poderem entrar no “corredor da direção”, assim, como conheço professores que se incomodam profundamente com a presença de estudantes neste espaço. As relações de poder se expressam nos espaços físicos, há uma “cartografia do poder” lida pelos estudantes e que mostra quais espaços lhes cabem nesta instituição. Se mesmo sendo maioria numérica em sala de aula percebem a particularização do espaço por parte do professor (apropriação indébita em detrimento do coletivo!), imaginemos o que pensam de uma reunião departamental! A baixa participação dos estudantes em suas entidades e conseqüentemente nos espaços institucionais são inclusive efeitos dessas relações degeneradas. Independente do tamanho o Movimento Estudantil permanece vivo, sempre se renovando em ciclos que vão da extrema espontaneidade reivindicatória à organicidade política. É o incômodo dos professores. Estes que majoritariamente dirigem a estrutura universitária, outro poder a que se apegam ferozmente, que por vezes chega a uni-los indiscriminadamente num corporativismo indecente.

O que esperar de um professor formado por uma instituição como esta? Dos estudantes que não receberam diploma de bem comportado, LUTA! E foi o que fiz acompanhado de tantos colegas estudantes, funcionários e professores. Minha atuação no

Movimento Estudantil é marca imprescindível da minha formação e constituição enquanto pedagogo. Ele foi durante a maior parte do meu per(curso) nessa instituição o meu espaço de prática e de reflexão político-pedagógica em diferentes espaços, em âmbitos micros e macros, da sala de aula à gestão universitária, da ocupação da reitoria em abril de 2008 à ocupação da Câmara Legislativa do Distrito Federal em novembro de 2009, da extensão universitária aos movimentos sociais, do movimento estudantil do DF ao Nacional. Foi este processo que me possibilitou entender o meu papel enquanto pedagogo, educador. Isso foi fundamental para minha compreensão da luta política, das relações de poder, associado a meu envolvimento com movimentos sociais e com partido político “Socialismo e Liberdade” – PSOL que com todas as contradições e por todas elas fizeram com que eu percebesse na “pele” conceitos tão vagamente discutidos em sala de aula como “transformação”, “participação”, “democracia”, “resistência” e “autonomia”. Vagos pela ausência da prática, o que dificultava com que as contradições contidas dentro da própria sala de aula na relação professor-aluno viessem à tona para serem discutidas, questionadas e superadas.

Trazer à tona as contradições presentes no curso de formação de professores foi um dos meus principais exercícios. Passei a me posicionar na sala de aula do curso de pedagogia com um educando-educador. Minha postura crítica diante da instituição formadora foi fundamental para meu exercício agora “do outro lado da moeda” como educador-educando em outras instituições e em outros contextos políticos e sociais.

Buscas Identitárias

Todo meu esforço de participação e compreensão dos processos de formação acadêmica/profissional baseada no diálogo e na autonomia repercutia no exercício de minha cidadania e me levava a buscas pessoais que mostravam as contradições que eu estava submetido como, por exemplo, estar alienado da realidade histórica e social do município onde moro e de conhecer minhas origens étnico-raciais. A presença destas contradições se dão em grande parte pela falta de referências de responsabilidade fundamental de nosso sistema educacional que pouco ou em nada possibilita ao povo brasileiro se (re)conhecer local, regional e nacionalmente.

Por isso busco com este trabalho entender o lugar onde vivo e moro (Brasília/DF – Cidade Ocidental/GO) atentando para as características da formação histórica da Região Metropolitana de Brasília me percebendo nesta dupla cidadania e nas histórias invisibilizadas. E por isso que somente anos mais tarde, já na universidade, vi que o lugar para onde eu e meus colegas íamos na infância para pegar manga, jabuticaba e tomar banho nos córregos se tratava de uma comunidade quilombola e não um lugar qualquer julgado pela cidade como atrasado, aonde o “progresso” ainda não chegou. Esse julgamento era “óbvio” se tratando de uma cidade de retirantes que abandonaram o roçado nordestino, goiano e mineiro em busca de melhores condições e que viam naquela comunidade semelhança do que deixaram para trás com o agravante do racismo por lá só se encontrarem negros.

E finalmente essa busca me fez perceber outra angustia identitária que é minha afirmação étnico-racial. Ao ter que lutar pela memória do povo brasileiro e pela construção de nossa história e identidade, me encontro lutando por minha própria identidade. Sendo filho de pai oriundo de família nordestina, católica, branca e racista e de minha mãe com características indígenas que negou / omitiu sua descendência por conta dos preconceitos não consegui aceitar como identidade os conservadorismos nordestinos, não poderia aceitar como referência única a pele e cultura branca, não poderia aceitar o racismo, não consegui aceitar como referência o deus judaico-cristão-ocidental e as pretensões hegemônicas e homogeneizadoras sobre os povos pelo evangelho, mesmo sabendo hoje que essa não é sua única expressão. Isso me levou a buscar entender minhas referências culturais a tentar entender o que é ser brasileiro reconhecendo as contribuições e a presença dos indígenas, dos negros e dos lusitanos em mim, embora, por muito tempo não conseguisse enxergar na descendência portuguesa nada além de culpas históricas.

Recentemente minha mãe me falou pela primeira vez sobre seus pais biológicos e disse que seu pai e sua avó eram índios ou descendentes, não sabemos precisar. Isto me deixou muito feliz e me mostrou alguns sentidos de minhas buscas com os povos indígenas e pretendo investigar esta história para tentar conseguir saber qual etnia posso descender e tentar recuperar os laços.

2. Orientações - Fundamentos do Ser e da Vida

Há uma magia natural soprando através do ar,
se você escutar cuidadosamente agora você vai ouvir.
Bob Marley

Poderia chamar esta seção do trabalho de “referências teórico-metodológicas”, mas me sentiria sufocado diante desta expressão. Não por negar a importância e por isso não as deixo de ter. No entanto, pretendo me permitir a pensar além ou aquém das referências, para fazer questionamentos e chamar outros (você) para a conversa. Como já dito antes este trabalho é movido por buscas e o que nos move não são apenas convicções, mas, sobretudo, “incertezas”.

Não poderia buscar compreender a realidade histórica, me inserindo cada vez mais nela, sem apreciar a realidade como um Todo complexo. Já parou pra pensar o que é a Vida? O Ser humano se compreendido como uma totalidade dinâmica, biológica, psicológica, social, cultural, cósmica e indissociável (BARBIER, 2007), que dimensões de inteligibilidade podemos alcançar para sentir a vida e compreendê-la? As buscas da humanidade em compreender a Natureza-Vida se manifestam e compõem nossas tradições cosmológicas nos campos mítico-religioso-espiritual e filosófico-técnico-científico que pensados não em oposição, mas em complementariedade (Unesco-Declaração de Veneza, 1986 in D’AMBROSIO, 1994) são ambas tentativas da humanidade em descobrir seu posto no cosmo. E que posto ocupamos? Somos tão misteriosos quanto o próprio universo do qual emergimos. O universo se desdobrou bilhões e milhares de anos para que uma forma de vida pudesse refletir sobre si mesma (SWIMME, 1991, apud ANGELIM, M. L. P. & RODRIGUES, M. A. M. 2009). No entanto, toda essa capacidade também tem se manifestado em um autismo gerado pela racionalização de nosso viver-histórico com que criamos um mundo “autônomo” desligado de nossa realidade cósmica.

Parece-lhe esotérica ou absurda a afirmação do Jamaicano, Bob Marley? O que importa é que isso não nos exime de juntos encararmos a realidade. Mas que fazer se as compreensões e as incompreensões rompem com o chão e o teto da razão humana, demandando outras inteligências? Curiosas são nossas misteriosas capacidades de aprender com tudo que existe. O que será essa magia natural para você?

Estamos ligados à natureza-vida que se expressa em nossa condição de Ser Aprendiz Orgânico Cósmico em processo de evolução e geração de conhecimentos para sobreviver e

para transcender (ANGELIM, M. L. P. & RODRIGUES, M. A. M. 2009) o que se relaciona com o que Paulo Freire chamaria de “Ser Mais”, busca e construção incessante de nossa humanidade. No entanto, ao sair atrasado de manhã para o trabalho você percebe que todo o universo se move para que o sol te ilumine ou o amanhecer é tão automático quanto ligar o carro? Desde quando deixamos de ouvir as mensagens da natureza-vida, a “magia natural” dita pelos ventos? Em que medida nosso autismo “desliga” a vida terrestre do cosmo? Deixamos de perceber o céu como janela que abre nossa finitude ao infinito?

Parece-me que tão pouco nos inserimos na história sem estarmos conscientes de nossa dimensão cósmica, assim, como não há consciência cósmica que nos exima de responder as demandas históricas. Essa relação entre imanência e transcendência constitui nossa humanização e se nos afastamos dela nos afastamos de nós mesmos.

Neste sentido, as investigações humanas em busca de compreender nossas origens históricas ao momento atual, da Pré-História humana, o desenvolvimento da técnica e da linguagem (Leroi-Gourhan, 1964) à era da sociedade da informação e do conhecimento (Castells, 1996) inseridas no percurso imemorial da evolução da terra, dos seres e de nossas sociedades, passado centenas de milhares de anos para nos encontrarmos aqui-agora, com o que nos deparamos? Com a busca por nossa humanização no anseio por liberdade, justiça e amor. Se, por um lado, essa busca é infinita no sentido da inconclusão de nossa formação enquanto “Ser”, de outro, a buscamos não apenas no sentido de “evoluirmos” de “crescermos” em nossa humanização, mas, também, para recuperar o que viemos furtando de nós mesmos. Então, pergunto-me, quando nos desviamos de nossa humanização? Quando a desumanização se tornou viabilidade ontológica e histórica? A avidez humana por “poder” que ameaça a vida terrestre, subentendida por uma dialética materialista, como se inicia? Teríamos que passar por essa provação pra afirmar nossa humanidade e consciência cósmica, como supostamente Cristo enfrentou o deserto? O que isso tem a ver com as compreensões religiosas e espirituais sobre as forças que agem sobre nossas vidas como o “positivo” e o “negativo”, o “bem” e “mal” podendo ser pensadas em oposição ou em equilíbrio? A batalha por humanizar a humanidade se dá somente nas relações materiais-históricas ou há lutas que se dão em outros planos como o espiritual? Quais as relações constitutivas entre a historicidade e espiritualidade do Ser?

A questão é que todas essas reflexões não estão desconexas da compreensão crítica que todos devemos ter da realidade histórica a qual estamos inseridos para realizarmos as

mudanças necessárias para “sermos mais”, reconhecendo nossa incompletude no movimento permanente da história e do universo, propondo como problema nossa existência.

Do trabalho

Passo à reflexão que se apresenta de forma mais palpável neste momento, se tratando da profunda necessidade de superarmos os trágicos efeitos, para a humanidade e a vida terrestre, do sistema capitalista centrado na ideologia individualista - materialista, mudando e expandindo nossas consciências para sermos capazes de pensar a realidade a partir do que somos e de onde estamos.

Este trabalho tem por objetivo ou simplesmente revela intenções e compromisso de minha atuação enquanto pessoa, cidadão e profissional em atuar nos processos de educação que possibilitem a afirmação da identidade cultural brasileira e sua universalidade, na criação coletiva de soluções dos problemas de nossa sociedade/comunidade, propondo-nos a construção de uma sociedade justa e feliz, livre do medo de ser livre. Busco, assim, exercitar os princípios político-pedagógicos libertadores propostos por Paulo Freire em “Pedagogia do Oprimido” e “Pedagogia da Autonomia” e a auto-hetero-ecoformação (PINEAU, ?; GALVANI, 2002). Tratando-se fundamentalmente de buscas e construções de espaços de criação de significados e sentidos nas relações entre sujeitos no mundo e com o mundo, compreendidos como autores de sua história-vida, enquanto seres integrais onde se relacionam corporeidade, pensamento, linguagem e afetividade. E de uma tomada de consciência em busca de inserir-me criticamente na realidade histórica em que me encontro, apropriando-me dela junto às coletividades que integro, que (re)crio e que me re(criam), desenvolvendo-nos e gerando capacidades transformadoras de nossa vida no que seja necessário. Assim, a metodologia utilizada esforçou-se em refletir essa perspectiva, baseada na teoria da ação dialógica e suas características de co-laboração, união, organização e de síntese cultural (FREIRE,).

Trilhando os caminhos das mudanças político-epistemológicas no que, neste sentido, a educação problematizadora e sua “metodologia da investigação temática” em que investigadores profissionais e o povo são ambos os sujeitos do processo, orientam

metodologicamente este trabalho complementarmente às referências conceituais e técnicas da “pesquisa-ação existencial” (BARBIER, 2007) e da “pesquisa-ação para o desenvolvimento local” (DIONNE, 2007). A pesquisa-ação para estes autores assume um objetivo de mudança, compreendida como método de pesquisa desenvolvida coletivamente como modo de intervenção na realidade por grupos sociais que desenvolvem conhecimentos novos e originais na ação-reflexão. Fortalece a relação entre teoria e prática inserindo “pesquisadores” e a “atores” em processos de tomada de decisões com vista à resolução de problemas reais tendo um alcance sócio-político maior (DIONNE, 2007), entrecruzando no processo as noções do paradigma da complexidade e da escuta sensível (BARBIER, 2007).

Das técnicas utilizadas para a realização deste trabalho a primeira foi me colocar no exercício de “observador participante predominantemente existencial” de forma que em janeiro de 2011 coloquei meu TCC a disposição da comunidade para buscarmos desenvolver trabalhos juntos. Neste processo de aproximação fui sendo integrado em diversos espaços da comunidade sendo conhecido e conhecendo-a. A partir disto passava a assumir a condição de “observador participante ativo” estando dentro e fora do grupo, em busca de me tornar um “observador participante completo” implicado e integrante do grupo no qual nos constituiríamos como “pesquisador coletivo” ao qual passaríamos aos procedimentos da pesquisa-ação existencial.

Essas buscas foram se dando em diferentes espaços da comunidade, na associação, na escola e em suas manifestações culturais, onde vivenciei os potenciais e as dificuldades da proposta deste trabalho registrando estudos, vivências, pensamentos e sentimentos em meus “diários/jornais de pesquisa” (BARBOSA; HESS, 2010) que subsidiaram a escrita deste trabalho.

As dificuldades da proposta de realizar um trabalho coletivo se apresentaram e evidenciaram contradições neste processo. Durante o período de praticamente 18 meses de contato com a comunidade persegui a constituição de um grupo formador do “pesquisador coletivo” e apenas a pouco mais de um mês acredito ter chegado a este passo em que disponibilizei para análise de um grupo em formação meu “diário elaborado e comentado” apresentando minhas buscas e trajetórias dentro da comunidade e propusemo-nos a realização de determinados trabalhos. Será o início de uma pesquisa-ação existencial? Em que medida mudanças foram alcançadas? Vejamos a seguir.

3. Busca de compreensão espaço-temporal

A partir dos meus primeiros contatos com a comunidade iniciei buscas de referências histórico-sociais que me possibilitassem compreender minimamente o lugar que eu passava a me relacionar. Há pouca história escrita sobre o Quilombo Mesquita e o Município de Cidade Ocidental, assim, minhas investigações foram no sentido de fazer aproximações interpretativas baseadas no histórico de povoação do Goiás, do Planalto Central e da Região Metropolitana de Brasília e o histórico de origem da presença Africana no Brasil em vista de compreender o processo de formação e significação dos Quilombos.

3.1 O Município de Cidade Ocidental – GO

O Município de Cidade Ocidental – GO localiza-se na região Leste de Goiás, na microrregião do Entorno Sul do Distrito Federal, região metropolitana de Brasília, que compõe a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE. É limítrofe ao Norte com o Distrito Federal, ao Sul e Leste com o município de Cristalina – GO, ao Sul com Luziânia – GO e ao Oeste com Valparaíso de Goiás – GO. A região central da cidade está a 40 Km do Plano Piloto – DF.



Ilustração. 1. Localização do Município de Cidade Ocidental, Goiás. Fonte: Wikipedia.

Área, vegetação e hidrografia

Sua área corresponde a 389. 812 m² com topografia característica do Planalto Central com predominância de chapadas e planaltos. A vegetação é típica do Cerrado com bolsões de matas ciliares. Hidrografia: banhado pelos rios São Bartolomeu, Saia Velha (este de grande valor histórico no período da mineração de Luziânia e para Brasília fornecendo energia para as primeiras construções de Brasília possuindo a primeira hidrelétrica da Capital), Garapa e Mesquita. O município é banhado também por 31 (trinta e um) córregos perenes, alguns deles apresentam nomes que indicam a ocupação remota desta faixa territorial: Córrego Monjolo, Córrego Maria Pereira (sobrenome tradicional de uma das famílias quilombolas) e Córrego Quilombo.

Apesar da riqueza em águas como é característico desta região do Planalto Central, “berço das águas”, responsável por três grandes e importantes bacias hidrográficas do país Tocantins, São Francisco e Paraná, hoje o município enfrenta racionamento de água pelo aumento descontrolado da população associado a atividades econômicas como a monocultura que devasta o cerrado ao mesmo tempo que exige muita água para irrigação. Atualmente a empresa pública de abastecimento de água do Estado de Goiás – SANEAGO trabalha na construção de dutos que transportarão água do Rio Corumbá para os municípios do Entorno Sul do DF. O Rio Saia Velha é a principal fonte de abastecimento da população do município de Cidade Ocidental que corresponde a 55.883 habitantes (FONTE: IBGE CIDADES, 2010).

Economia

Consiste basicamente na agropecuária e agricultura, atividades comerciais de pequeno porte e uma pequeniníssima atividade industrial têxtil. Com a agricultura há a produção de grãos: Soja, feijão, arroz e milho. Horticultura para consumo interno e fruticultura com destaque para a produção de marmelo. Aqui se deve registrar que a famosa “Marmelada de Santa Luzia” produzida há mais de 200 anos é uma marca em posse de produtores quilombolas e de alguns fazendeiros que também fabricam o doce de marmelo, no entanto, a

tradicional produção da marmelada que envolve os conhecimentos tradicionais quilombolas desde a poda dos pés-de-marmelo à colheita para a feitura artesanal do doce, hoje está comprometida pela falta de marmelo na região por conta dos desmatamentos que resultam no processo de industrialização e de importação das frutas da Argentina para manter a produção da marca e a demanda de comercialização por se tratar de um produto com projeção nacional e de imenso valor histórico. No entanto ainda hoje há quilombolas que produzem o doce de forma tradicional principalmente para consumo próprio. O marmelo não é um fruto típico do cerrado, mas se adaptou muito bem a terra e ao clima *cerratenssi*.

A agropecuária é responsável pela produção de gado de corte e leiteiro, suinocultura, avicultura, equinocultura e piscicultura. O Município conta com um Frigorífico presente na Fazenda Mesquita.

O comércio hoje em franca expansão em virtude do considerável aumento populacional configura-se basicamente no atendimento doméstico da população ainda sendo marcante as feiras populares no centro da cidade. A economia e o custo de vida no município tem se modificado consideravelmente devido ao “mercado de terras” promovido pela especulação imobiliária que tem encarecido o custo de vida da população com a elevação dos impostos e principalmente com a atração de classes sociais elevadas pela criação de condomínios de luxo ao mesmo tempo em que a política habitacional atrai uma grande parcela da população de baixa renda aumentando as disparidades sociais.

A construção da Cidade Ocidental e seu processo emancipatório

As fontes específicas para esta análise são escassas do ponto de vista documental. Não há um arquivo público municipal que reúna, organize e produza registros documentais sobre a história do Município e de seu território. Os únicos documentos encontrados são visíveis tentativas de documentação da história do Município por parte dos governantes, com ares de historiografia oficial apesar do nítido amadorismo, a primeira dessas redigida em 1994, “Dados históricos da criação do Município de Cidade Ocidental”, no período da primeira gestão eleita e assinada pela então secretária de educação, cultura, desporto e lazer, Raimunda Inês Holanda Loiola. Outros dois documentos que seguem assinados em 1998 e 2001 são

cópias quanto ao “teor histórico” da origem do município divergindo somente em atualizações estatísticas quanto à população e oferta de serviços públicos, ambos documentos compõem o acervo da Biblioteca Pública Municipal de Cidade Ocidental/GO – José Sarney.

O Município de Cidade Ocidental completa 20 anos de emancipação política em janeiro de 2013. Emancipado em 16 de janeiro de 1991 pela Lei Estadual nº 11.403, somente elegeu seus representantes e passou a exercer sua autonomia enquanto ente federado em 1º de janeiro de 1993. Segundo estes documentos a cidade surge como um “núcleo habitacional” sonhado por Cleto Campelo Meireles, dono da “construtora ocidental” que iniciou a construção do bairro ainda pertencente a Luziânia em 1976 e da empreiteira advém seu nome. Ainda segundo os documentos da Biblioteca Municipal José Sarney, em nome do sonho de Cleto Meireles, o proprietário da “Fazenda Aracati” vendeu parte de suas terras para a construção.

Cidade Ocidental em 1989 elevou-se a Distrito do Município de Luziânia e durante a década seguinte surgiram os movimentos emancipatórios que culminaram com um plebiscito em 09 de dezembro de 1991. Apesar de serem documentos oficiais do Município, é nítida a falta de segurança quanto à origem das informações. Ao ler o documento são evidentes contradições e o tom de historiografia oficial que invisibiliza atores sociais e processos importantes. Iniciando pelo “mito” do sonho fundador de Cleto Campelo Meireles, membro da família Meireles, tradicional na política goiana, e quanto a falta de elementos referentes ao movimento emancipatório.

A construção de uma cidade e sua emancipação política se constitui essencialmente de “poder”, “relações de poder”, indo muito além de “generosos sonhos”. Quem são os sujeito e grupo envolvidos nestes processos? Que interesses defendiam? Essas questões devem estar claras para entendermos o histórico do Município e seus percursos políticos e sociais. Os documentos oficiais nem sequer tangenciam essas problemáticas e ao não fazer isto sugerem a posição/condição daqueles que os produziram. Entretanto, constam alguns elementos que nos fornecem pistas como a participação no movimento emancipatório do senhor Severiano Pereira Braga, membro de uma família quilombola da região, e a própria bandeira do Município que segundo o documento de 1994 apresenta a significação das cores e símbolos: A cor verde (a agricultura e a vegetação nativa), a cor amarelo (as riquezas naturais), a cor azul (córregos, rios e nascentes), os símbolos da estrela e dos ramos de marmelo (simbolizam o povoado Mesquita e a produção tradicional de dois séculos). Todavia, esta comunidade

originária no território atualmente pertencente ao Município de Cidade Ocidental e oficialmente simbolizada em sua bandeira não goza de reconhecimento de sua importante histórica na região do DF e Entorno.

Desta forma a busca por fontes alternativas ao “documental local/oficial” que possibilitem outras interpretações da formação do município é fundamental. Cheguei a realizar um mapeamento de entidades e pessoas que pudessem contribuir basicamente com relatos do período, sendo estes a Associação dos Moradores de Cidade Ocidental – AMCO, moradores pioneiros, servidores públicos de carreira municipal e membros de movimentos sociais locais / regionais. Por questão de tempo não consegui coletar estes dados que serão indispensáveis para a continuidade do trabalho. Porém, com os estudos que venho realizando sobre o histórico de ocupação da região do Planalto Central e mais especificamente da região do Distrito Federal e Entorno posso esboçar uma análise interpretativa que supere o “sonho” do Sr. Cleto Meireles em construir a cidade.

Histórico de ocupação e fragmentação política-territorial da Região do Entorno do Distrito Federal

A criação dos municípios goianos do Entorno do Distrito Federal está diretamente relacionada à construção de Brasília. A transferência da Capital Federal propiciou profundas mudanças sociais, políticas, econômicas, territoriais e ambientais em todo o Planalto Central, gerando impactos no plano nacional com o processo de integração entre as regiões do país por sua localização estratégica e em virtude de todos os investimentos infraestruturais, principalmente a construção de rodovias, que viabilizaram a expansão do mercado interno brasileiro e no plano regional inserindo o Centro-Oeste, especificamente o Goiás, na economia nacional. Tornou a região um centro de imigração a partir de 1956 no governo de Juscelino Kubitschek.

Brasília ao contrário do que prega a historiografia oficial não surgiu no “vazio”. O quadrilátero foi constituído a partir da desapropriação de parte das terras de três municípios: Luziânia que contribuiu com as áreas correspondentes a (Brazlândia, Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante e

país e que transformou cidades que já eram bicentenárias (Planaltina, Luziânia, Formosa) à época da inauguração da Capital em repositórios populacionais de migrantes em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Estes fluxos migratórios que inicialmente se alocavam dentro do Distrito Federal nas décadas de 1960 e 1970, gradativamente foram sendo alocados no Entorno Goiano sofrendo com toda a sorte de mazelas, baixo investimento em infraestrutura social, saúde, educação, habitação, emprego, segregação social e espacial das populações do Entorno e de parte significativa do próprio DF.

Outro aspecto importante que acompanha todo este processo de inchaço populacional é a reconfiguração territorial da região. Em 1950, na região em que foi construída Brasília haviam 07 municípios sendo eles: Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Pirenópolis, Planaltina de Goiás e Unaí. Em 1960 passou para 10 municípios e em 1970 para 12 municípios e no final da década 1990 chegou-se a 22 municípios, número que se mantém (QUEIROZ, 2007) **ver ilustração 5 na página 37**. Grande parte destes municípios, principalmente os mais próximos do DF surgiram e cresceram sem a mínima infraestrutura enfrentando sérios problemas sociais e econômicos, tornando-se profundamente dependentes do DF no atendimento a demandas como educação, atendimento médico-hospitalar e de oferta de empregos, além do mais sofrem historicamente com o abandono por parte do Estado de Goiás e do DF sendo tratada por muito tempo como “terra de ninguém”.

Para tentar solucionar este problema duas iniciativas foram tomadas ao longo dos anos pelo Poder Público para amenizar os efeitos desastrosos da política de ocupação do solo tanto do DF como do Entorno e das desigualdades econômicas na região. A primeira delas foi o Programa Especial para a Região Geoeconômica de Brasília – PERGEB, criado em 1975 e extinto em 1985 era gerido pela Presidência da República e pela Secretaria de Planejamento do DF com o intuito de:

fortalecer a infraestrutura física do território e o fornecimento de apoio à produção. Preservar Brasília como a Capital do país, cidade política, administrativa e cultural. Fortalecer subcentros polarizadores no entorno do Distrito Federal e evitar a migração intensiva (IPEA. 2002, p. 73, apud QUEIROZ, 2007).

No entanto, as disparidades não diminuíram e foi criada em 1979 a Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília – AMAB que buscava dialogar com o Governo do Distrito Federal propondo a criação de programas de desenvolvimento integrado, não conseguindo sucesso por sua fragilidade política. Por último, foi criada pela Lei complementar nº 94, de 19

de fevereiro de 1998, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE que tem como objetivo

criar programas e projetos voltados para a diminuição das desigualdades sociais entre DF e Entorno. Entretanto, a RIDE, como uma região politicamente deliberada, isto é, como um ente administrativo ligado ao Ministério da Integração Nacional, tem agido de forma tímida no processo de integração regional e de políticas públicas (QUEIROZ, 2007. p. 96).

A RIDE abrange 19 municípios goianos: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa. E três municípios de Minas Gerais: Buritis, Cabeceira Grande e Unaí (ver abaixo ilustração 3).

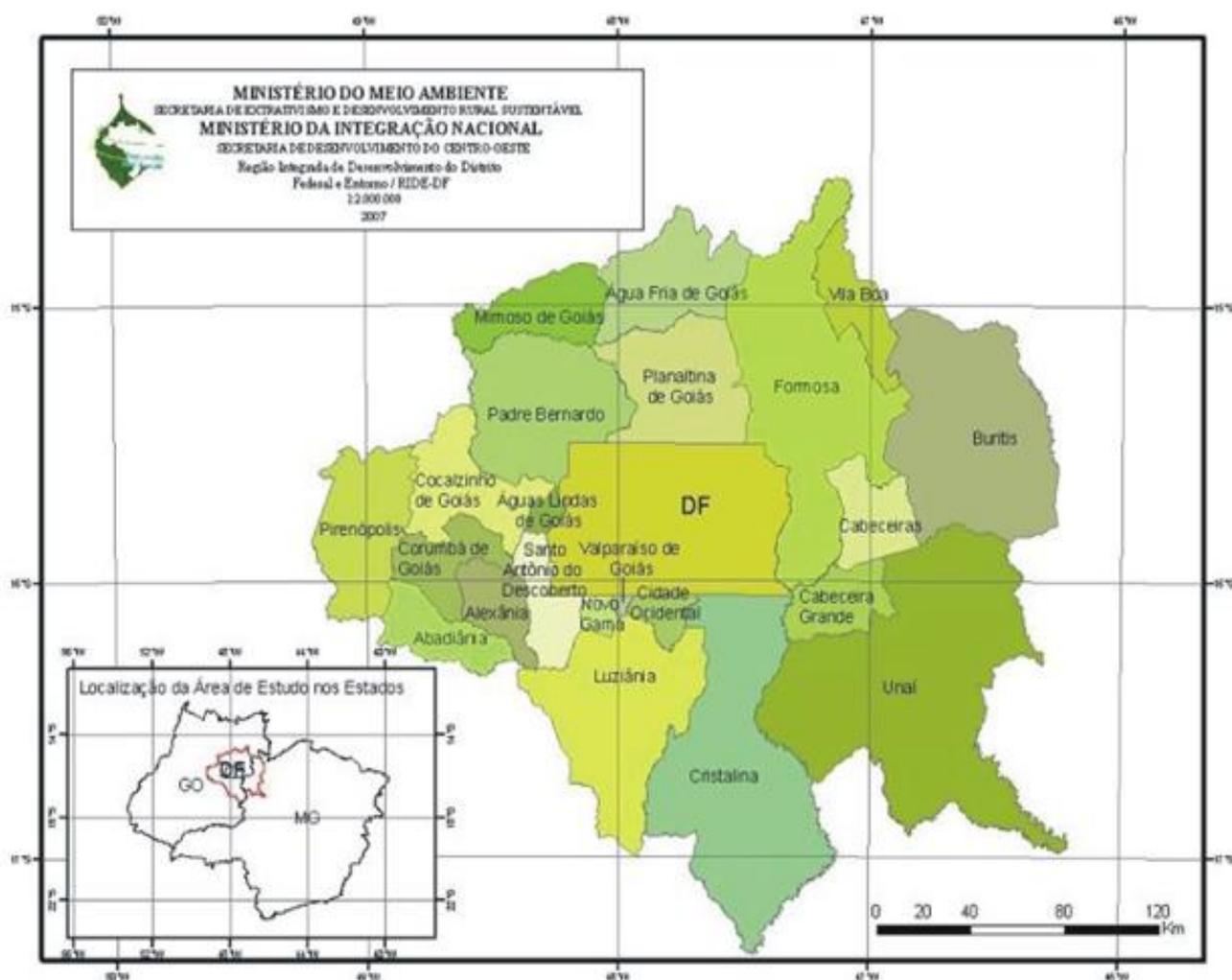


Ilustração. 3. Mapa da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno. Fonte: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/zoneamento-ecologico-economico/principais-iniciativas/item/8205>

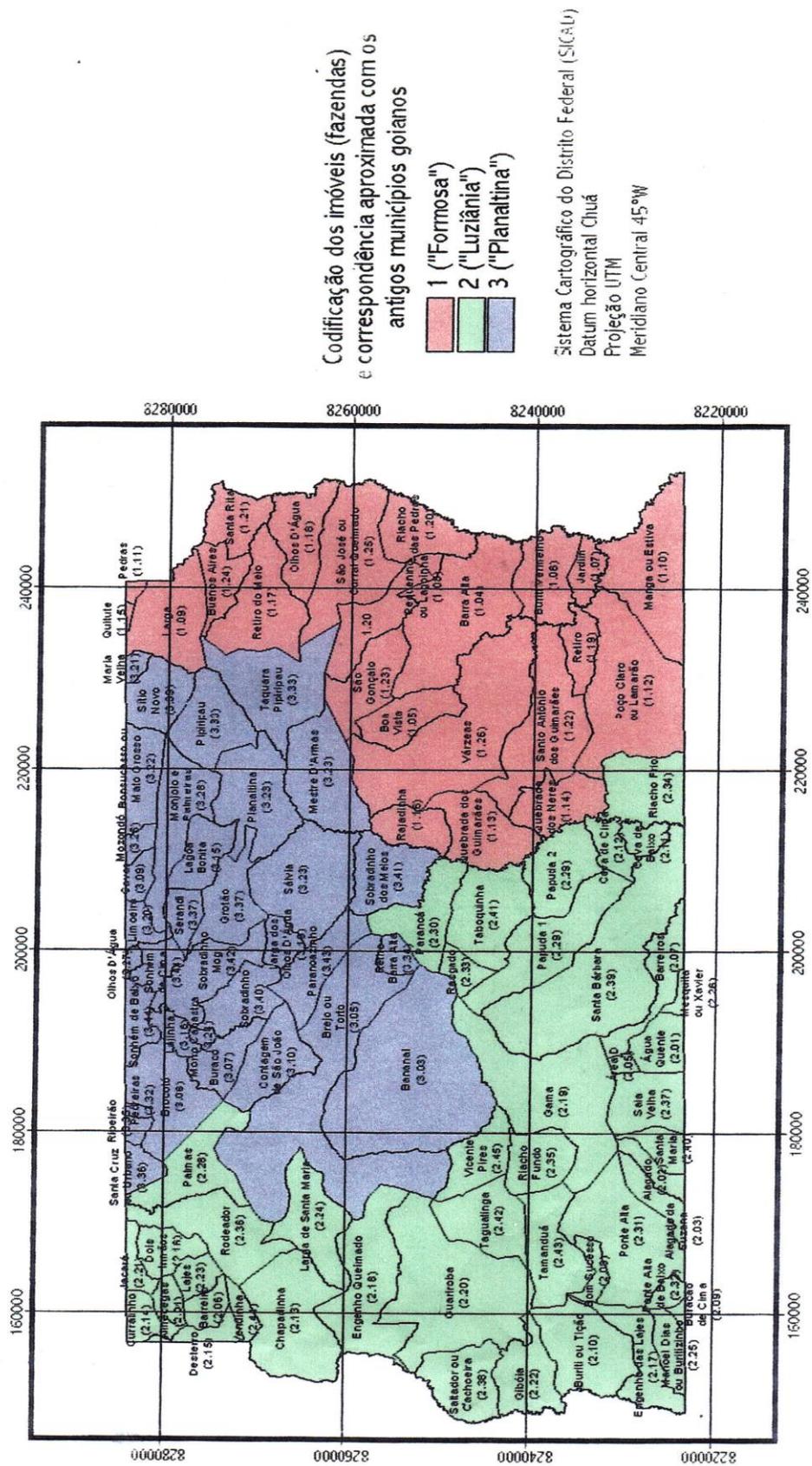
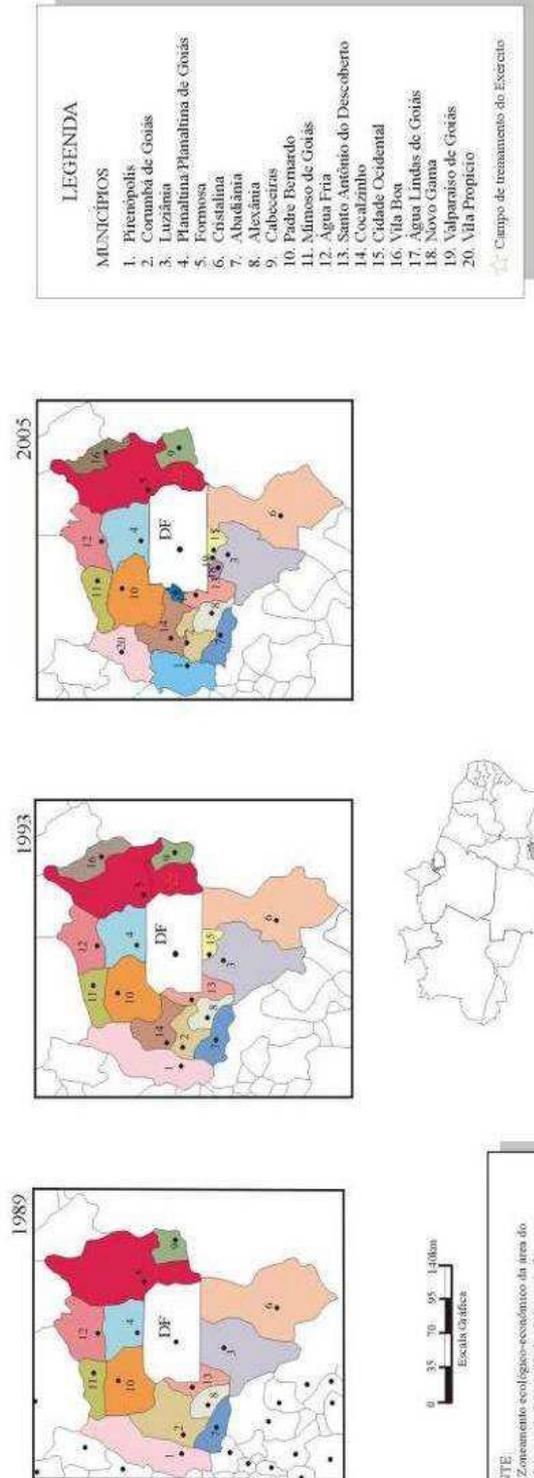
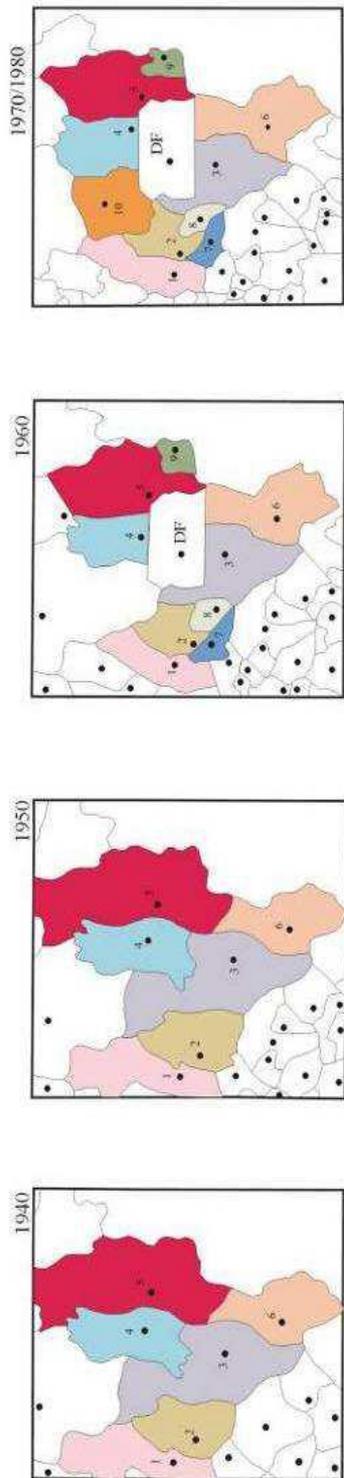


Ilustração. 4. Mapa das antigas fazendas do DF com nomes oriundos das primeiras sesmarias da região no início do séc. XVIII. Fonte: SICAD - DF

FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL NA REGIÃO DO ENTORNO/DF 1940-2005



- LEGENDA**
- MUNICÍPIOS**
1. Pirenópolis
 2. Corumbá de Goiás
 3. Luziânia
 4. Planaltina Planaltina de Goiás
 5. Formosa
 6. Cristalina
 7. Abadiânia
 8. Alexânia
 9. Cabecenas
 10. Padre Bernardo
 11. Mimoso de Goiás
 12. Água Fria
 13. Santo Antônio do Descoberto
 14. Cocalzinho
 15. Cidade Ocidental
 16. Vila Rica
 17. Água Lindas de Goiás
 18. Novo Gama
 19. Valparaíso de Goiás
 20. Vila Propício
- ☒ Campo de treinamento do Exército



NOTA:
Zonamento ecológico-econômico da área do
Estado do Distrito Federal - Sistema Execu-
tivo - SDA, DEGEUCO - IBGE, Brasília, 1994.
Cartografia digital: Leopoldo Evenger de Moraes,
Organização Final: Renato Araújo Teixeira

Mapa 03

Atualmente a principal mudança ocorrida nestas terras que durante tantos anos pareceu não pertencer a “ninguém”, nem ao Goiás, muito menos ao DF, é que agora atraem os olhares dos “especuladores de terra”, tornando-se expansão dos negócios dos grandes construtores e “grileiros” de terras do DF.

Este contexto se reporta a uma realidade regional a qual o Município de Cidade Ocidental integra e embora contribua não é suficiente ao que diz respeito às especificidades do município em questão, permanecendo lacunas. Dentre estas questões específicas encontra-se a Comunidade Quilombola Mesquita que vive tradicionalmente desde o século XVIII no território hoje pertencente ao Município de Cidade Ocidental, problemática em que este trabalho se insere.

3.2. A Comunidade Quilombola Mesquita – GO.

O Quilombo Mesquita situa-se na zona rural do Município de Cidade Ocidental – GO, está a cerca de 50 Km do Plano Piloto – Brasília sendo a comunidade quilombola mais próxima da Capital Federal. A proximidade dos poderes públicos centrais não garante necessariamente a efetivação das políticas para preservação dos modos de vida dos quilombolas que sofrem na luta pela manutenção de suas tradições culturais e território, que cada vez mais são ameaçados pela expansão urbana que se iniciou com a construção da Nova Capital e que se intensifica perversamente com a especulação imobiliária que todo o Distrito Federal e o Entorno enfrentam, além de latifundiários conhecidos como José Sarney, as famílias goianas Mello e Roriz e políticos locais presentes no território quilombola.

Localiza-se ao longo do Rio Mesquita, confluyente à direita do Rio São Bartolomeu que sofre demasiado impacto ambiental devido aos desmatamentos, pastos e lavouras de monoculturas, das práticas de irrigação e utilização de insumos agrícolas, atividades turísticas insustentáveis e o desordenado crescimento urbano. Sendo os quilombolas responsáveis pela preservação de uma área de cerrado nativo presente na área reivindicada para demarcação. Nesta área preservam a flora local contribuindo conseqüentemente para a preservação da fauna, das águas da região e também seus costumes e tradições.

Para compreendermos melhor as origens do Quilombo Mesquita é necessário entendermos o processo de colonização da região de Goiás a partir do século XVIII com os fluxos migratórios dos bandeirantes paulistas.

Suas Origens na Economia do Ouro em Goiás.

A história do Quilombo Mesquita tem origem na economia de exploração do ouro no Brasil, incentivada por Portugal, que se iniciou de forma intensa nos fins do século XVII. Em 1695, os bandeirantes paulistas fizeram as primeiras descobertas mais significativas de ouro em Minas Gerais, tendo a produção aceleradamente se expandido e em 1720 e 1726, tendo Mato Grosso e Goiás contribuído com esse crescimento. O extrativismo mineral gerou impactos extremamente significativos para a economia da colônia (o Brasil), na sua demografia e na sua relação com Portugal.

Os territórios das “minas” compreendidas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso eram governados pela Capitania de São Paulo. No entanto antes da exploração aurífera desenvolveram-se movimentos muito antigos de colonização pela pecuária que dos sertões de Tocantins e pelos são-franciscanos convergiam em largo abraço sobre as chapadas do Planalto Central (BERTRAN, 2000), mas foi a mineração tanto em Goiás quanto em Minas Gerais que acelerou os processos econômicos e sociais.

Três zonas do território goiano foram povoadas durante o século XVIII com relativa densidade em função da economia aurífera (PALACÍN, MORAES, 1994):

- Na zona centro-sul, Santa Cruz, Santa Luzia (atual Luziânia), Meia Ponte (atual Pirenópolis) – principal centro de comunicação – Jaraguá, Vila Boa (Goiás Velho).

- Na região do Tocantins, Traíras, Água Quente, São José (atual Niquelândia), Santa Rita, Muquém.

- E por fim entre Tocantins e os chapadões dos limites com a Bahia, Arraias, S. Felix, Cavalcante, Natividade e Porto Real (atual Porto Nacional).

Isso ajuda-nos a compreender a presença dos quilombos no Estado de Goiás e da comunidade em questão. Contribui também para entendermos a constituição da estrutura fundiária do DF e Entorno, pois a economia do ouro gerou uma intensa movimentação de pessoas e mercadorias em toda a atual região do Distrito Federal. Essa movimentação foi impulsionada pela descoberta aurífera de Pirenópolis em 1731 e muitos se instalaram como sesmeiros na região (retornar a ilustração 4 na página 21).



Ilustração. 6. Município de Cidade Ocidental / Quilombo Mesquita - 15. Fonte: Rafael Sanzio.

O Planalto Aurífero: Santa Luzia

Luziânia, fundada em 1746 por Antônio Bueno de Azevedo, teve nas duas primeiras décadas que seguem sua descoberta intensos fluxos populacionais de portugueses e de brasileiros com grandes migrações provenientes de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Estas migrações trouxeram famílias conhecidas até os dias de hoje por sua expressão política e econômica. É o caso dos Roriz chegando ao longo do século XVIII. Paulo Bertran apresenta um dado interessante de que já havia no século XVIII, meia dúzia de povoados e lugares denominados “Roriz” no norte de Portugal. Outras famílias influentes são os Meirelles, Sardinha Siqueira, Braz de Queiros, Gomes Curado e os Araújo Mello. Todos grandes sesmeiros da região e da província de Goiás.

Segundo Bertran (2000), em termos classificatórios, as minas do julgado de Santa Luzia eram a quinta em importância dentre os 14 julgados em número de escravos, seguindo na mineração a Vila Boa (Goiás Velho), Traíras, Crixás e Natividade. Isto na segunda metade do século XVIII, podendo ter sido nos primeiros anos a primeira em riqueza e habitantes.

Praticamente nada do ouro extraído ficou no Goiás. No entanto o ouro garantiu a expansão territorial do Brasil, que ocupou enormes territórios que formam hoje as fronteiras ao norte, ao centro e ao sul. O ouro permitiu os gastos desta expansão e foi o principal financiador da manutenção das fronteiras brasileiras sendo determinante para solucionar o impasse com os espanhóis nas insustentáveis fronteiras de Tordesilhas.

Ainda segundo o autor cerca de 45 a 65 por cento do ouro dos Guayazes era importado para a Bahia. O que lhe faz suspeitar que

grande parte da escravaria – senão toda – internada nas minas de Goiás e Mato Grosso provenha dos portos baianos, quem sabe se, em parte, das senzalas do Recôncavo. É um indicador interessante para a história do africano no Brasil Central (BERTRAN, 2000. p.84).

E foi justamente a força de trabalho dos africanos escravizados que viabilizaram a difícil mineração nos sertões goianos e no Planalto Central. No ano de 1783 estima-se que a população escrava representava 80% da população total de Santa Luzia (PALACÍN, MORAES, 1994).

Transição da Economia do Ouro para Economia Agropastoril

No entanto não tardou com que a escassez do metal viesse a definhando a economia da região. A decadência do ouro afetou profundamente a sociedade goiana, além da regressão a uma economia de subsistência houve uma redução demográfica significativa. Com a decadência, a população não só diminuiu como se dispersou pelos sertões, os arraiais desapareciam ou se arruinavam e a agropecuária estava circunscrita à produção de subsistência. A economia se desmonetarizou em toda a província.

Em 1804 apenas dois gêneros eram objeto de exportação na capitania: o bom fumo de rolo de Meia Ponte (Pirenópolis) e Corumbá e desde então a famosa **marmelada de Santa Luzia**...expressão de toda a riqueza a que se resumia agora Santa Luzia (BERTRAN, 2000, p. 185. Grifo nosso).

Que também era conhecida como Santa Luzia das marmeladas. Ainda hoje o doce é produzido pelos quilombolas de Mesquita e importante símbolo da comunidade e do Município de Cidade Ocidental.

O Mito Fundador e Sua Evidência Histórica

O que há são indícios da formação do arraial Mesquita. Com o referido declínio da mineração, muitos senhores abandonaram suas terras em Goiás. O que não era um absurdo para a época, pois

as fazendas goianas eram conhecidas por sua escassa base documental, o que arrefria compradores e deprimia o valor da terra nua. No censo agrícola de 1920, Goiás e Acre disputam as terras menos valorizadas do país (BERTRAN, 2000. p. 91).

Seguindo a isso, o mito fundador amplamente difundido pela comunidade é que três negras libertas receberam as terras de um antigo senhor “Mesquita”, Paulo Bertram, apresenta-nos um José Correa de Mesquita, segundo ele um sargento-mor que “deixou seu nome ao ribeirão, à fazenda e ao arraial do Mesquita” (BERTRAN, 2000. p. 112.). Coincidente com o número de matriarcas fundadoras da comunidade são as das três famílias

originárias do Quilombo: Pereira Braga, Lisboa da Costa e Teixeira Magalhães, que se unem por parentescos.

O fato é que os quilombolas ocupam essa região há mais de 200 anos, em efeito do regime escravista que movimentou a economia de Santa Luzia, atual Luziânia - GO, como apresentado anteriormente. Esta que foi a “última grande mineração aurífera da história do Brasil: a dos sertões *Guaiases* nos séculos XVIII e XIX”. Para se ter ideia das minas do ribeirão do Inferno (atual ribeirão Santa Maria na Região Administrativa XIII do DF), que:

compunham uma das principais lavras, mas não que tenham sido as mais ricas de Santa Luzia, suas escavações cobrem uma área de dez hectares e o volume de terra removido, há mais de dois séculos, pode equivaler ao da moderna Serra Pelada (BERTRAN. 2000. p. 103-111).

As áreas tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas se estendem pelos municípios goianos do Entorno Sul de Brasília sendo eles: Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama e também nas atuais regiões do DF como Santa Maria e Paranoá em que a Empresa Pública Distrital TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília - responde judicialmente ao pagamento de indenização às famílias quilombolas.

3.3 A presença Africana no Brasil: Origem e contribuições

Embora a comunidade tenha referências de suas origens históricas em Santa Luzia (Luziânia) e conheçam relativamente essa história é nítida a carência de referências quanto a suas origens africanas e a compreensão histórica do sistema escravocrata e seus desdobramentos até os dias atuais sobre a sociedade brasileira e sobre a própria comunidade.

E nesse sentido trabalhar com a Comunidade Quilombola Mesquita é desafiador e instigante. Exige mergulhar na história da comunidade, conhece-la íntima e reciprocamente a partir do “presente”, na zona rural do Entorno Sul, região metropolitana do Distrito Federal, mergulhar na história do Planalto Central, do Goiás, mergulhar nas águas turvas das rotas dos navios negreiros, desvendar a história além-mar e retornar para a sua vida humilde e fértil, herança africana da luta em solo brasileiro por humanidade. Que essa luta herdada por todo povo brasileiro seja cultivada até que não haja injustiças nesta Terra!

Existe uma questão muito forte que expressa a “crise identitária” da comunidade: o que é “quilombo”? Talvez não pareça óbvia partindo de “remanescentes quilombolas”, pois o esperado seria que a comunidade “remanescente de quilombo” oferecesse as respostas melhor do que ninguém. No entanto porque essa questão existe?

Na verdade ela é bastante pertinente, pois para respondê-la é necessário fazer aquele mergulho a que me referi inicialmente. Entender a presença de comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil implica compreender a construção deste país. Ter consciência histórica de que essa construção, na versão de alguns, teve início com os aventureiros navegadores portugueses que aqui chegaram considerando-se descobridores, embora, estas terras já tivessem donos, anunciaram seu “descobrimento” e tomaram posse. O que na verdade se tratou de dominação política dos povos indígenas pela invasão de seus territórios, explorando economicamente suas riquezas naturais e sujeitando-os culturalmente (MUNANGA, K. & GOMES, N. L. 2008).

Os bandeirantes, “heróis civilizadores”, invadiram terras e atrozmente exterminaram massivamente as populações indígenas que resistiam ao processo de dominação. No entanto a exploração econômica das terras brasileiras exigia força de trabalho, mão-de-obra. A escravidão foi o meio que os portugueses encontraram para tirar maior lucro do Brasil, intervindo na África e instalando o tráfico negreiro. A partir do século XVI iniciou-se a deportação dos africanos para o Brasil dando início a construção da base econômica do país com a produção de açúcar, gradativamente explorando outros ramos da agricultura e as atividades de mineração.

Fatores que justificavam a substituição do índio brasileiro pelo africano como escravo colonial, Segundo Rafael Sanzio, eram que,

trocando na África produtos manufaturados por homens cativos, e na América estes por mercadorias coloniais, as classes dominantes das metrópoles da Europa apropriavam-se mais facilmente das riquezas aqui produzidas

Reconhecendo que:

entre os vários fatores que fizeram com que os povos europeus se voltassem para a África e a transformassem no maior reservatório de mão-de-obra escrava jamais imaginada pelo homem, o principal deles foi a tradição dos povos africanos de bons agricultores, ferreiros, construtores, mineradores e detentores das mais avançadas tecnologias desenvolvidas nos trópicos.

Não condizente com as falaciosas argumentações sacro-religiosas e das “teorias” raciais que serviram para “justificar” a escravidão, a exclusão dos negros e a discriminação racial. Todavia, o brasileiro de ascendência africana ficou por muito tempo privado da memória de seus ancestrais, grande parte em virtude da historiografia oficial, que distorce e estereotipa a África e os Afro-brasileiros, seja nos livros didáticos e/ou pelas informações divulgadas nos meios de comunicação. Além do mais a população negra no Brasil sofre historicamente processos de exclusão sociais, conseqüentemente educacionais que dificultaram com que registrassem sua própria história, pois nem tudo foi assegurado pela tradição oral. Por isso a pergunta da comunidade faz todo sentido. O que é “quilombo”? Ainda bem que a fazem, pois é o mesmo que se perguntem “quem somos”?

Os negros brasileiros de hoje são descendentes de africanos que foram trazidos para o Brasil pelo tráfico negreiro. Durante quase quatro séculos configurou como uma das maiores e mais rentáveis atividades para os negociantes europeus, considerada uma das maiores tragédias da história da humanidade (MUNANGA, K. & GOMES, N. L. 2008; ANJOS, R. S. A.).

Os africanos trazidos ao Brasil, através da rota transatlântica, originavam-se de três regiões geográficas:

- a- África Ocidental, de onde foram trazidos homens e mulheres dos atuais Senegal, Mali, Níger, Nigéria, Gana, Togo, Benin, Costa do Marfim, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné, Camarões;
- b- África Centro-Ocidental, envolvendo povos do Gabão, Angola, República do Congo, República Democrática do Congo (antigo Zaire), República Centro-Africana;
- c- África Austral, envolvendo povos de Moçambique, da África do Sul e da Namíbia.

Tópicos “a” e “b” representados nas rotas de Guiné, Mina e Angola; tópico “c” representado na rota de Moçambique (mapa abaixo).

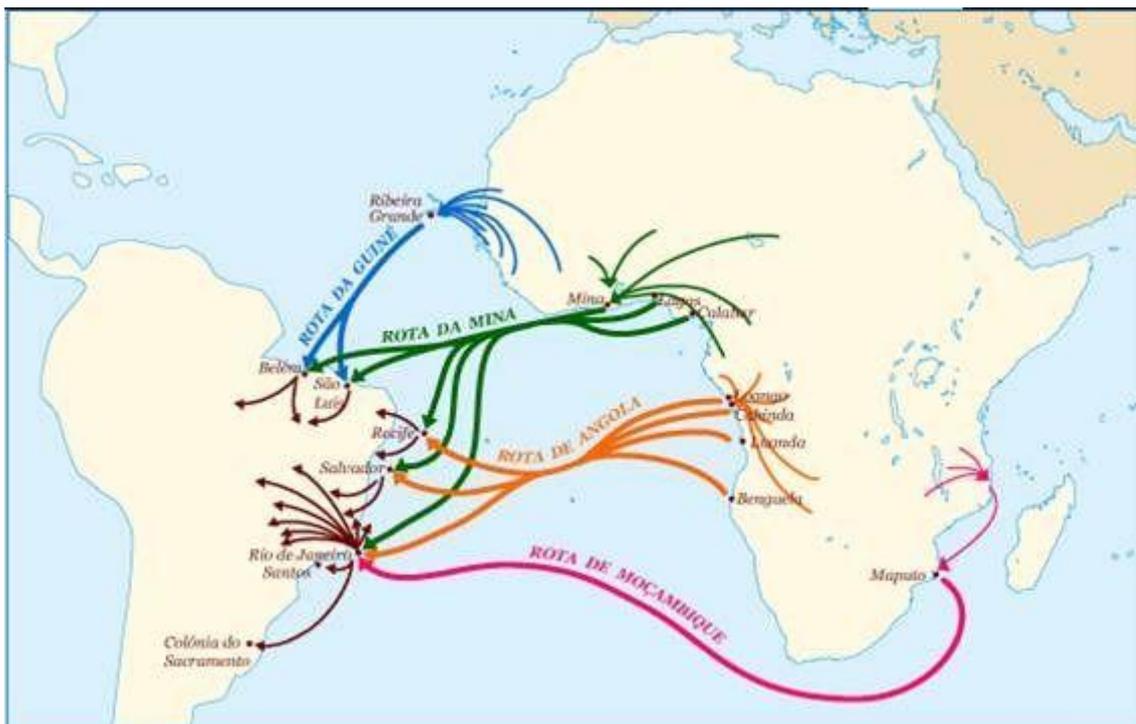


Ilustração. 7. Rota transatlântica – Tráfico Negreiro para o Brasil. Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br>

Os povos de matriz africana trazidos para o Brasil são responsáveis por contribuições de três ordens: econômica, demográfica e cultural (MUNANGA, K. & GOMES, N. L. 2008).

- a- Produziram as riquezas que ajudaram na construção do Brasil colonial e na construção da base econômica do país. E, segundo Rafael Sanzio, são responsáveis pela adequação, nos trópicos, das técnicas pré-capitalistas brasileiras, como, por exemplo: a mineração, a medicina, a nutrição, a agricultura, a arquitetura, a pecuária, a tecelagem, a metalurgia, a cerâmica, as estratégias militares e a construção.
- b- Os africanos ajudaram imprescindivelmente no povoamento do Brasil, sendo hoje o país de maior população negra fora da Continente Africano.
- c- No plano cultural, destacam-se notáveis contribuições dos negros africanos na língua portuguesa do Brasil (português africanizado), no campo da religiosidade, na arte visual, na dança, na música, na arquitetura etc.

Compreender as reais circunstâncias do regime escravista e conseqüentemente os significados da presença dos africanos no Brasil é passo fundamental para aprofundar a reflexão.

A Resistência Negra

Outro fator importante a ser considerado para o estudo e compreensão da presença africana no Brasil é desmistificar a “crença” de que o africano escravizado sofreu de maneira passiva. A crença na “passividade”, na indolência, preguiça e do conformismo diante da escravidão trata-se de um equívoco histórico como nos apresenta o antropólogo da USP, o congolês Kabengele Munanga, e a atual conselheira do Conselho Nacional de Educação, Nilma Lino Gomes, (MUNANGA, K. & GOMES, N. L. 2008) destacando alguns fatores que contribuem para que tal equívoco persista entre nós:

- a- A existência do racismo.
- b- O desconhecimento de uma grande parte da sociedade brasileira, inclusive de intelectuais, sobre os processos de luta e organização dos africanos escravizados e dos seus descendentes durante o regime escravista e após a “queda” do regime e os “movimentos negros” desde os primeiros anos da República à atualidade.)
- c- A falta de divulgação de pesquisas e livros que recontam a história do negro brasileiro, destacando-o como sujeito ativo e não como vítima da escravidão e do passado escravista.
- d- A crença de que no Brasil não há racismo e de que os diferentes grupos étnico-raciais aqui existentes, nos quais está incluído o segmento negro, viveram uma situação mais branda de exploração e escravidão quando comparados com a realidade de outros países.

Por mais humilhante e opressor que tenha sido a escravidão, ela não conseguiu roubar a humanidade dos africanos ao contrário os negros africanos escravizados lutaram por sua humanidade! Não houve passividade e apatia, mas, sim, processos de luta e organização que existem desde que os primeiros africanos que chegaram ao Brasil instituindo a resistência negra.

Os Quilombos

A palavra “quilombo” é originária da língua banto *umbundo*, falada pelo povo *ovimbundo*, e se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central e que segundo alguns antropólogos, na África, a palavra quilombo refere-se a uma associação de homens, aberta a todos desde que submetidos a rituais de iniciação (MUNANGA, K. & GOMES, N. L. 2008).

Os quilombos africanos e brasileiros se formam mais ou menos na mesma época e possivelmente os quilombos no Brasil sejam inspiração africana reconstruída aqui para se opor a estrutura escravocrata implantando outra estrutura política (idem).

Os quilombos não se restringem ao Brasil. Em todas as Américas existem grupos semelhantes como os “cimarrónes” presentes em muitos países de colonização espanhola, “palenques”, em Cuba e Colômbia, “cumbes”, na Venezuela e “marrons” na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos.

Podemos entender o quilombo como:

uma estratégia de reação coletiva dos africanos e seus descendentes, uma estratégia de reação à escravidão, somada da contribuição de outros segmentos com os quais interagiam em cada país, notoriamente alguns povos indígenas (MUNANGA, K. & GOMES, N. L. 2008).

Inúmeros quilombos foram constituídos no século XIX, principalmente nas décadas finais do período escravista e seus habitantes eram chamados como ainda hoje “quilombolas”, “macambeiros” ou “calhambolas”. A formação dos quilombos presentes de forma quase generalizada no Brasil constitui questão importante para compreender a formação do campesinato no Brasil e a luta pela reestruturação fundiária no país.

Breve Análise Institucional dos Quilombos no Brasil

Desde 1988, a Constituição Federal, em seu Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/CF), garante:

aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Embora assegurados pela Constituição Federal os quilombolas viram os governos de Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso passarem e praticamente nada ser feito enquanto se encontravam ameaçados sem terem seus territórios titulados e demarcados.

Passados esses governos e assumindo a Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, os quilombolas esperavam a retomada institucional da efetivação do artigo 68 do ADCT, identificando, regularizando e titulando os territórios, ao mesmo passo com a implementação de políticas públicas voltadas a atender os direitos sociais básicos e fundamentais das comunidades quilombolas há tempo esperados.

Fruto de diálogo com a sociedade civil, nasce, em 20 de novembro de 2003, o Decreto 4.887, que trouxe consigo muitas das reivindicações feitas pelo movimento quilombola como o “auto-reconhecimento”, entendendo os quilombos como:

grupos étnicos-raciais segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Art. 2º do Decreto 4.887/2003.)

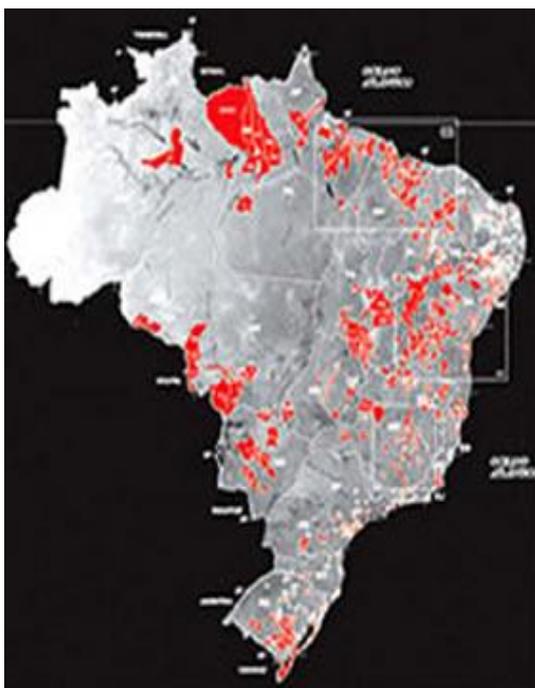
Espelhado nos entendimentos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais – OIT.

O órgão que identifica e registra essas comunidades é a Fundação Cultural Palmares (FCP), uma entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, que formula e implanta políticas públicas que têm o objetivo de potencializar a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento, a partir de sua história e cultura. E o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA é o responsável pelo processo de regularização fundiária.

No entanto esses avanços legais obtiveram pouca efetividade prática tanto pela burocratização do processo, de 2004 a 2009 foram editadas 5 Instruções Normativas pelo INCRA que praticamente pararam o processo de titulação e regularização fundiária quanto pela ação de parlamentares da bancada ruralista que elaboraram medidas contra os dispositivos legais garantidores dos direitos quilombolas. Prova disto é o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 44/2007 e o Projeto de Lei (PL) nº 3654/08, ambos apresentados à

Câmara Federal pelo Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC) arquivados graças a articulada mobilização da sociedade civil e; a Ação Direta de Inconstitucionalidade protocolada no Supremo Tribunal Federal – STF pelo atual Democratas – DEM.

Todos esses impasses políticos-burocráticos intensificaram os conflitos, deixando os quilombolas em estado de apreensão, desgaste e insegurança jurídica. Segundo dados divulgados pelo INCRA o governo Lula chegou ao seu último ano de mandato emitindo



apenas 11 títulos de territórios às comunidades quilombolas, sendo que a meta para 2010 era de 57 titulações, número pífio considerado a quantidade de comunidades em todo território nacional. Segundo a Fundação Cultural Palmares a estimativa é de que existam 3.524 comunidades quilombolas identificadas no Brasil, das quais 1.711 já foram certificadas, sendo que o processo de titulação dos territórios acontece de forma lenta tendo o INCRA, em 20 anos, apenas 189 comunidades foram tituladas. Todavia, o Centro de Cartografia Aplicada e Informações Geográficas da Universidade de

Brasília (CIGA/UnB), dirigido pelo professor Rafael Sanzio, identifica cerca de 5.000 comunidades quilombolas em todo o Brasil (ver mapa ao lado).

Soma-se a isto o desempenho financeiro. A pesquisa do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), publicada em julho de 2010, copilada no artigo integrante do *Relatório Direitos Humanos 2010 da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*, revela que as ações destinadas aos processos de titulações dos territórios quilombolas entre os anos de 2003 e 2010 sempre estiveram em baixa.

Conforme resultados obtidos pelo Instituto, o Programa Brasil Quilombola (PBQ) criado pelo Decreto nº 6261/2007, que prevê a Agenda Social Quilombola (ASQ), representou o principal programa social do Governo Lula para os quilombolas, envolvendo ampla maioria de seus Ministérios, mas que do valor a ele destinado, por exemplo, em 2008 e 2009, o total gasto não atingiu a marca dos 24%, repetindo resultado semelhante de anos anteriores.

Pesou nessa baixa performance financeira do Programa o desempenho do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que alcançaram utilizar somente 13,26% do recurso autorizado em 2008 e 15,02% do autorizado em 2009.

A principal ação que pesou nesse resultado foi a de “indenizações aos ocupantes das terras demarcadas e tituladas aos remanescentes de quilombos”. Dos cerca de R\$ 33,672 milhões orçados em 2008, nada foi utilizado, retornando para o Tesouro Nacional o valor integral. Em 2009, dos R\$ 28,3 milhões autorizados pelo Congresso Nacional, foram empregados somente 6,52%.

Ainda segundo o INESC, na ação de reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombo, foram utilizados em 2008 cerca de 55,73%, de um total autorizado de R\$ 7,4 milhões. No ano seguinte, em 2009, foram gastos apenas 33,46%, de um orçamento de R\$ 10,287 milhões.

4. Os caminhos de uma pesquisa-ação existencial

Introdução

Como estudante de pedagogia e morador do Município de Cidade Ocidental estabeleci contato em outubro de 2010 com a Comunidade Remanescente de Quilombo “Mesquita” através da Associação Quilombola que lutava neste ano contra os desmatamentos em suas terras em função da especulação imobiliária encampada pelo poder municipal junto a latifundiários da região que ocupam indevidamente o território tradicional da comunidade. Com esta aproximação a partir do 2º/2010 direcionei e articulei trabalhos e reflexões desenvolvidas em cinco disciplinas às minhas primeiras vivências na comunidade, sendo elas: “Educação Adultos”, “Ensino de História, Identidade e Cidadania” e “Oficina de Audiovisual” ambas ofertadas pelo Departamento de Métodos e Técnicas – MTC da Faculdade de Educação – FE / UnB; a disciplina “Educação do Campo” do Departamento de Teorias e Fundamentos – TEF / UnB; a disciplina “Pensamento Negro Contemporâneo” ofertada pelo Decanato de Extensão – DEX / UnB; a disciplina “Educação em Direitos Humanos” ofertada pelo Centro de Estudos Avançados – CEAM / UnB e a disciplina “Encontro de Saberes: Artes e Ofícios dos saberes tradicionais” ofertada pelo Departamento de Antropologia – DAN / UnB, convergindo meu processo de formação para minha vivência na comunidade.

Durante o ano 2011 também atuei na escola presente na comunidade em virtude do Projeto 04, estágio obrigatório de prática docente na área de educação do campo, em que formamos um grupo de 04 estudantes da Faculdade de Educação (Alisson Silva da Costa, Isabela, Thalita Samara de Souza Pereira e eu) que acompanhamos o desenvolvimento dos trabalhos da escola que com dificuldades e força de vontade busca inserir-se na realidade da comunidade quilombola, valorizando e fortalecendo sua identidade. Por motivações políticas saí da escola e passei a atuar em projetos junto a Associação dos Moradores do Quilombo desde janeiro de 2012.

Em pouco mais de um ano e meio de contato com a Comunidade Quilombola Mesquita, participei de suas principais manifestações culturais tradicionais realizando

observações e documentações audiovisuais, fotográficas e escritas em “diário de pesquisa” da ocorrência da “Festa do Marmelo” em janeiro, da “Folia do Divino Espírito Santo” em maio e da “Folia de Nossa Senhora da Abadia” em agosto, ambas no ano 2011 e no correspondente ao ano de 2012. Estas vivências me possibilitaram compreender importantes aspectos de sua cultura e organização social.

Desde meus primeiros contatos com a comunidade fui movido pela clareza da importância de atuar no diálogo, a respeito da formação da identidade, entre escola e a associação do quilombo permeado pela valorização dos saberes populares e tradicionais da comunidade no que busquei trilhar este caminho. Apresento a seguir esta trajetória.

4.1. Participação nas manifestações culturais do Quilombo Mesquita: ao encontro dos saberes populares e tradicionais da comunidade.

Ainda viro este mundo em festa, trabalho e pão – Gilberto Gil

Independente da temática que o trabalho porventura pudesse assumir diante das incontáveis possibilidades e necessidades desta comunidade, a tarefa de ir ao encontro dos saberes tradicionais, das artes e ofícios deste povo se constituía como tarefa fundamental. Grande parte das “respostas” aos problemas enfrentados pela comunidade, como o forte processo de aculturação, podem ser “encontradas” em sua própria cultura compreendida como

os sistemas de significados, os valores, práticas e costumes; ética, estética, conhecimentos e técnicas, modos de viver e visões de mundo que orientam e dão sentido às existências individuais em coletividades humanas (Cultura Popular e Educação – MEC, 2008.).

Isto permite ao pesquisador oriundo de outros contextos conhecer a comunidade estabelecendo relações mais aproximadas, aprender com a comunidade e à medida que a curiosidade do pesquisador pela cultura e identidade tradicional local é alimentada pelos membros da comunidade que ao abrirem suas memórias para o outro ao mesmo tempo abrem para si mesmos, resgatando histórias, lendas e sentidos já escondidos nos porões do tempo, lhes dando liberdade e possibilidade de nova vida. De um lado permite ao pesquisador superar a postura etnocêntrica e cientificista a caminho de uma perspectiva de

complementaridade entre tradição e ciência (D'AMBRÓSIO, 1996, p. 8), por outro, possibilita a comunidade reconhecer a importância de seus conhecimentos e de sua tradição cultural que devem ser divulgados e reconhecidos na própria comunidade e na sociedade abrangente. Este é um papel fundamental da escola e da “Associação do Quilombo” que devem deliberadamente atuar na preservação do patrimônio cultural da comunidade buscando a superação dos profundos processos de exclusão social, econômica, política e cultural da sociedade brasileira.

Nesta busca pelos saberes tradicionais do Mesquita procuro conhecer elementos fundantes da identidade deste povo que se expressa por uma linguagem de sintaxe própria que quanto mais eu possa compreender determinados sentidos desta forma de ser e de estar no mundo, poderei dialogar, compartilhar e contribuir com este grupo. Esse não é um processo simples, pois exige abertura, sensibilidade e tempo de ambos. As identidades (do pesquisador e dos membros da comunidade) por vezes conflitam divergindo em pensamentos e atos e até que afinem o diálogo de forma transparente para que ambos possam ser entre si da forma que são, no exercício de relativismo/pluralidade cultural e de respeito às diferenças nas relações imediatas.

Estou em permanente procura do que o historiador Pierre Nora definiu como “lugares de memória”:

locais materiais ou imateriais nos quais se encarnam ou cristalizam as memórias de uma nação, e onde se cruzam memórias pessoais, familiares e de grupo: monumentos, uma igreja, um sabor, uma bandeira, uma árvore centenária podem constituir-se em lugares de memória, como espelhos nos quais, simbolicamente, um grupo social ou um povo se “reconhece” e se “identifica”, mesmo que de forma fragmentada (Cultura Popular e Educação – MEC, 2008.)

E neste sentido pude entrar em contato com muitas histórias em minhas andanças pela comunidade. As festas populares, a música, a dança, as comidas e bebidas, o trabalho de agricultores, as artes e artesanatos, os mistérios e mitos, construções antigas, guardam inestimáveis memórias para os mais velhos e que para as novas gerações por serem tão triviais e domésticas estas lembranças quase sempre parecem não ter tanta importância, quando na verdade constituem o patrimônio material e imaterial deste povo, a riqueza construída e transmitida que influencia o modo de ser e a identidade deste grupo social. Atualmente o Mesquita começa a perceber mesmo que timidamente a relevância de sua cultura e a

importância de preservá-la e fortalece-la, tarefa a qual direciono meus esforços nesta comunidade.

4.1.1. Vivências e Percepções dos Aspectos Culturais e da Organização comunitária do Quilombo Mesquita

Economia

Na comunidade a agricultura familiar é uma matriz econômica do quilombo. São produzidas culturas de marmelo, goiaba, laranja, mexerica, jaboticaba, pequi, cana-de-açúcar, milho, mandioca e possuem forte produção de hortaliças. Trabalham no fabrico artesanal dos doces de marmelada, goiabada e rapadura que são vendidos junto a outros produtos nas feiras da Cidade Ocidental e Luziânia. Ainda são encontrados pequenos engenhos como do Sr. Sinfrônio Lisboa da Costa.



Ilustração. 9. Engenho. Fonte: Wesley da Silva Oliveira.

No entanto esta veia econômica que expressa principalmente a relação deste povo com a terra, com a origem cultural camponesa do quilombo, vem sistematicamente perdendo espaço pela concentração de terra exercida por latifundiários invasores que investem principalmente na mecanização do trabalho do campo, na cultura de soja e na pecuária,

gerando sérios impactos socioambientais, submetendo inúmeros trabalhadores dentro da comunidade ao desemprego / subemprego por não possuírem terras para trabalhar na produção sequer de subsistência.

Outro aspecto que contribui para o “distanciamento” da terra, do trabalho camponês, é que parte significativa da comunidade desloca-se diariamente para Brasília, Cidade Ocidental e Luziânia para trabalhar e para dar continuidade aos estudos o que tem resultado também em processos de aculturação dos membros comunitários que abandonam e/ou perdem uma série de referências e práticas que de alguma forma são inferiorizadas diante dos signos da “modernidade” e do “progresso”, supervalorizando o espaço urbano diante do rural. Esta questão é muito importante e repercute profundamente na cultura e organização social comunitária. Uma medida que tem reanimado os trabalhadores rurais é a implantação neste ano de 2012 do Plano de Aquisição de Alimentos – PAA do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB que consiste na compra pelo Estado de 30% da produção dos agricultores familiares para oferta de merenda escolar e atendimento a instituições sociais cadastradas. Hoje parte da produção da agricultura familiar do Quilombo Mesquita é ofertada à própria comunidade pela cota pertencente a Associação do Quilombo, atendendo aqueles que pouco ou nada produzem e abastece a própria merenda escolar o que significa um grande avanço.



Ilustração. 10. Horta do “Seu” César. Fonte: Wesley da Silva Oliveira.

Arquitetura e organização espacial da comunidade

O Quilombo Mesquita guarda ricas expressões de nosso passado na região do Planalto Central. Na arquitetura podemos encontrar antigos “casarões”, exemplares das casas rurais do Goiás no período colonial, construídos com “adobe” e “madeiras de lei” representações da simplicidade do barroco goiano. Destes casarões há alguns muito bem conservados e até restaurados, no entanto em propriedade de famílias com influencias políticas e econômicas da região, incluindo José Sarney. Estas propriedades além do traço arquitetônico proporcionam interpretações históricas, demonstrando quais propriedades serviram como residência de antigos senhores de engenho, algumas segundo relatos da própria comunidade guardam o “tronco” utilizado para os castigos aos negros escravizados. Além destes casarões que pertenciam e em grande parte continuam a pertencer a “senhores”, as casas de forma geral são “caipiras” e com traços semelhantes a arquitetura colonial, mesmo aquelas erguidas em adobe ou alvenaria.



Ilustração. 11. Imagem lateral do casarão da fazenda em posse de José Sarney. Fonte: Registro da saída de campo da disciplina Educação do Campo do TEF/ FE-UnB ao Quilombo Mesquita no 2º/2010.



Ilustração. 12. Casa do Sr. Sinfrônio Lisboa da Costa



Ilustração. 13. Casa da Dona "Tina". Fonte: Escola Aleixo P. Braga I.

Com o passar dos anos e a aproximação das cidades a arquitetura das novas construções se modificam para alvenaria. Todavia, referencias como os “terreiros”, os “quintais”, os “alpendres” permanecem junto a pequenas culturas, hortas e os fogões a lenha.

Outro aspecto interessante é que praticamente toda a comunidade tem seu abastecimento de água garantido pelos inúmeros “regos d’água” feitos há tanto tempo que não encontrei ninguém que pudesse relatar a construção destes regos que cortam a comunidade levando água dos rios, córregos e nascentes para as casas e plantações. Suspeito que a construção destes “regos d’água” tenha relação com a construção do famoso “rego das cabaças” construído no século XVIII pelos negros escravizados para levar água a uma distância de 40 Km do ribeirão Saia Velha para o centro de Santa Luzia (Luziânia) para a lavagem do ouro no rio vermelho.



Ilustração. 14. Um dos regos d’água que abastecem a comunidade. Fonte: Simone.

A maior parte do povoado vive em chácaras relativamente isoladas, circunscritas a uma vizinhança de origem familiar. Em alguns casos esta formação de vizinhança gera pequenos núcleos populacionais, o mais antigo deles se configura como uma vila na região central do povoado constituída de duas ruas paralelas onde se encontram a antiga capela, primeira igreja católica construída pelos próprios moradores na década de 60 como nos relata alguns de seus construtores ainda vivos, os senhores Nicodênio e Sinfrônio, e ao lado encontramos a quase finalizada construção do Santuário de Nossa Senhora D’Abadia erguida também com o trabalho dos moradores que se reúnem aos finais de semana para construí-la

desde o 2.000 com revezamento das famílias para fazer almoços para os construtores durante as obras que são mantidas com as arrecadações de leilões realizados em almoços comunitários geralmente em nome de algum “Santo Católico”, nas Folias e com participação de fazendeiros.

Encontra-se também nesta vila o “Galpão Comunitário”, a “Associação Renovadora Quilombo Mesquita” onde funciona a caixa postal comunitária, a Escola Municipal “Aleixo Pereira Braga I”, o “Posto de Saúde”, a “Administração Regional”, o Cemitério da Família Pereira Braga e uma sequencia de pequenos comércio formados por 06 bares e uma pequena mercearia não havendo outros estabelecimentos comerciais, tudo o que seja necessário comprar como remédios, produtos do gênero alimentício, etc. busca-se na cidade. Embora isso implique numa “dependência” a cidade, sugere pensar a possibilidade de que a produção da comunidade e seus conhecimentos de curas, de plantas e ervas medicinais possam atendê-la em alguma medida.



Ilustração. 15. À esquerda primeira igreja e à direita construção do Santuário de N. Senhora D’Abadia.
Fonte: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira.

A vila provem do fracionamento das terras em virtude de heranças, formada por casas avizinhas que aparentemente se apresentam como um pequeno núcleo urbano e periférico, principalmente pela aproximação das casas, pela “pavimentação asfáltica” de suas duas ruas e por estar a beira da rodovia que cruza o território quilombola ao meio, ligando Cidade Ocidental ao Jardim ABC e Brasília.

Religiosidade no Quilombo

A religiosidade é uma marca da comunidade de forte expressão católica e que tem sua rotina interrompida com as “Folias” e os “Festejos”. Ao longo do ano são muitas as manifestações em que parte significativa da comunidade se mobiliza para a realização destes grandes eventos religiosos. Em janeiro podemos encontrar a “Folia de São Sebastião”, em Fevereiro a “Festa do Marmelo”, em maio a “Folia do Divino Espírito Santo”, em agosto a “Folia de Nossa Senhora D’Abadia”, mais recentemente em outubro a “Folia de Nossa Senhora Aparecida”. No entanto, atualmente parte significativa da comunidade se encontra nas inúmeras igrejas evangélicas o que tem gerado atritos e separações. Encontram-se também manifestações religiosas de matriz africana estas menos aparentes e mimetizadas pelo sincretismo religioso.

As Folias de Origem Portuguesa

Não pretendo aprofundar sobre este tema, mas buscarei fazer uma rápida contextualização sobre estas manifestações religiosas presentes no Quilombo em especial a “Folia do Divino Espírito Santo” que se caracteriza como o maior e mais tradicional culto do catolicismo popular brasileiro em especial do “mundo” camponês, dando origem a folias de outras divindades.

Para Agostinho da Silva, o culto popular do Espírito Santo possivelmente chegou com os portugueses ao Brasil no século XVI penetrando a região de São Paulo em direção ao sul e a partir da Bahia com as emigrações avançado pelas regiões de forte influência portuguesa como Goiás e o Amazonas. Mas qual é a origem deste culto? O que significa? Quais suas implicações históricas e atuais do ponto de vista religioso, espiritual, político e social?

São questões como estas que o estudioso apresenta em seu trabalho sobre o culto popular do espírito santo. O culto existente no Brasil iniciou-se em Portugal nos fins do século XIV, estabelecendo-se durante o século XV como um culto popular o que não excluía a família real. Teria chegado a Portugal por influências de audaciosas ideias do italiano da

Calábria, o abade Joaquim de Flora (Fiori), que supunha que Deus evolui ou que cada uma das pessoas da Trindade tem em um contexto de eternidade, seu tempo de se mostrar com maior vigor. Não pretendo aprofundar nesta discussão que Agostinho da Silva faz com propriedade o que não exclui as polêmicas. Todavia, essa compreensão teológica / filosófica que este Joaquim de Flora propõe transita nos planos do “sobrenatural” e do “natural” (realidade físico-social), teria as possíveis interpretações:

Tendo as pessoas da Trindade seus tempos de se mostrarem com mais vigor com um caráter de certa maneira evolutivo, o tempo do Pai se ligaria a tarefa de criação e organização do mundo, passando do caos a um cosmos, referindo à ordem e a disciplina. Na escala humana seria tempo da disciplina e da obediência, o tempo dos impérios, a subordinação do cidadão à cidade, o surgimento dos aglomerados urbanos, hierarquias políticas, militares e divinas, etc. O tempo do Filho não se acentua na disciplina, mas no sacrifício, na caridade e na ajuda entre irmãos, a época de uma Igreja paternal no caminho de um só rebanho, sob a guarda de um só pastor, podendo este ser o tempo de dominação dos nacionalismos. E com o tempo do Espírito Santo viria o Império da Fraternidade, tempos de liberdade!

Com as características deste pensamento Agostinho da Silva pensa ter Portugal voluntariamente se convertido a estes ideais por possuir uma disposição interna a esta liberdade proposta. Pois, assim, Deus seria indefinido pela sua absoluta liberdade e capacidade de vir a ser e de criar, e sendo o homem imagem e semelhança deste Deus teria semelhantes capacidades. Isto gerava mudanças religiosas e políticas que o próprio culto ao Espírito Santo significava do ponto de vista das ideias e dos atos.

O tempo de liberdade era entendido como o fim da fome, da cadeia e do medo, tendo este culto como atos fundamentais a coroação pelo povo de um imperador, geralmente uma criança, o que representa o “sinal da Idade Nova”, representada também por tipos mais antigos, das pombas simbólicas, e marca-se o início deste Império com a libertação dos presos e com um banquete aos pobres. Desta forma o pensamento teológico se corporificava nas práticas sociais, não se tratando a liberdade que o Espírito Santo traz de forma puramente metafísica. Agostinho nos diz ainda que este “estado de espírito livre” português seria o principal motivo inicial deste Portugal descobridor, sem desconsiderar as questões políticas e comerciais que para ele poderia se tratar de desvirtuações a partir das trocas de bens materiais principiando o comércio que passou também a comércio espiritual. Para uma pessoa crítica ou simplesmente para um brasileiro imbuído de certo ranço do colonialismo esta proposição de

Agostinho da Silva pode parecer minimamente ingênua ou uma tentativa de “tirar o corpo fora”, dando outro sentido menos negativo e mais humano, mais sonhador a empresa portuguesa do mar. Concordo! Mas o que ele nos propõe é pensarmos na possibilidade de não simplesmente atribuímos causas primordialmente econômicas aos empreendimentos de um povo, que no caso português demonstrou, segundo ele, arruinando-se, ter pouca vocação de economista. Também co-responsabiliza os países europeus, num contexto interno a Europa, e especificamente em Portugal. Há diferenças entre o governo de um povo e o próprio povo, podem agir e pensar contraditoriamente. Fica a reflexão que me parece importante para nós brasileiros repensarmos as relações com nossas origens portuguesas.

E o interessante e importante nesta perspectiva apresentada por Agostinho da Silva, é que para ele a chegada deste culto ao Brasil pode contestar a ideia corrente de que a atitude de Portugal quanto à “sua” América foi a de uma metrópole frente a uma colônia. E que o este culto tendo se espalhado e o povo ter tomado para si esta devoção e a conservado pode levar a conclusão de que para as massas que se deslocavam para o Brasil não era um domínio a explorar, mas sim a possibilidade de fuga às limitações encontradas em Portugal. Assim, ele distingue o povo português dos grupos dirigentes, os últimos tendo aderido ao surto do capitalismo do século XVI ou a revolução industrial do século XIX.

Com isso Agostinho quer propor que tendo estes ideais de liberdade representados no culto ao espírito santo se espalhado pelo Brasil, que não se passe como um simples pormenor etnográfico, folclórico e histórico, por suas implicações como o fato deste conjunto de ideias e sentimentos ter estado na base de movimentos significativos como o da resistência de Canudos e Contestado.

De fato estas questões que visam reinterpretar e reestabelecer as relações entre Brasil e Portugal são muito polêmicas pelas marcas históricas de uma relação Metrópole – Colônia com efeitos tão desastrosos como o sistema escravista e a dizimação indígena seguida de tantas marcas profundas ainda hoje sentidas pelo povo brasileiro. No entanto, Agostinho observa não querer tratar de um entendimento de recolonizar o Brasil, de torná-lo adepto de Portugal, mas de prepará-lo para a sua missão de levar ao mundo uma mensagem de esperança.

Trouxe esta reflexão sobre as origens do culto ao Espírito Santo por ser fundamental para a compreensão das algumas causas e efeitos destas manifestações religiosas plasmadas

na cultura popular brasileira e no caso específico da Comunidade Quilombola Mesquita em que suas tradições estão em grande medida ancoradas e sustentadas na realização destes cultos populares que lhe conferem algumas das principais características de sua organização social, política, cultural e espiritual.

Dinâmica dos rituais dos pousos de Folia no Mesquita

As Folias, independente da divindade e do calendário litúrgico, são de forma geral grandes comemorações comunitárias marcadas pelo encontro de pessoas que comungam trabalho, pão e espírito. Elas podem ter a duração de semanas ininterruptas, como a que participei como “folião” na tradicional “Folia de Nossa Senhora D’Abadia” com a duração de 15 dias.

O ciclo de duração da folia é iniciado na “alvorada” onde são pedidas as bênçãos e a licença às divindades para a realização da folia e a saída das bandeiras para fazer o “giro” que é o trajeto que a folia percorre finalizando o ciclo com a desalvorada. São alvorados por cantorias as “bandeiras” que são as imagens da divindade, os instrumentos musicais utilizados nas cantorias e os “foliões” com suas devidas funções: alferes da bandeira, coordenador da folia ou dono da folia, procuradores, regentes, guias de folia, violeiros, caixeiros, pandeiros, rabequeiros ou rebequeiros, cargueiros, catireiros e cozinheiras, podendo haver mais funções. Sendo alvorados os “foliões” são “divisados” recebendo uma insígnia da divindade não podendo abandonar seus postos até que a folia seja desalvorada.

O “coordenador” ou “dono” da folia é o responsável por “tirar” a folia, ou seja, fazer que ela aconteça, organizar o trajeto da folia, ver quais casas serão visitadas e quais casas oferecerão o “pouso” que é o lugar que abriga ao longo de um dia a divindade e todos os seus seguidores (os “foliões”) ofertando almoço, jantar, desjejum, rancharia aos animais e pouso aos “foliões”. Estes que oferecem o “pouso” são conhecidos como “barraqueiros” e/ou “donos do pouso”. A comida é feita por inúmeras cozinheiras para atender a centenas de pessoas. Geralmente todos aqueles que cumprem funções na folia, dão pousos ou simplesmente recebem a folia nos “giros” o fazem por promessas à divindade. O extenso grupo de devotos denominados “foliões”, em geral é formado por homens, tendo as mulheres ultimamente se

inserido neste espaço que tradicionalmente restringia a participação feminina a cozinha. De uma forma simples o ritual dos pousos de Folia que ocorrem no Mesquita pode ser assim descrito:

Chegada: a folia chega do “giro” ao entardecer à casa que oferece o “pouso”. É feito uma cantoria para pedir o pouso para a divindade e a todos os foliões. As bandeiras são entregues aos donos da casa.

Saudação ao Cruzeiro: a casa que recebe a folia fixa um cruzeiro (crucifixo geralmente feito de tronco de bananeira) que por de trás é erguido o “arruamento” feito com folhas de bananeira por onde a Folia entrará na casa em direção ao altar que receberá as bandeiras. Diante do cruzeiro é feita uma cantoria que geralmente lembra o sacrifício de Jesus.

Saudação ao Altar: realiza-se uma cantoria saudando o altar e todas as imagens de santos colocados pelo dono da casa, em seguida o dono da casa oferece o jantar.

Bendito de Mesa: Após a janta é feita a cantoria de agradecimento à divindade, ao dono do pouso e as cozinheiras. A cantoria segue em procissão circundando a mesa e posteriormente se dirigindo ao altar onde é finalizado, seguindo em alguns casos da ladainha, reza oriunda do latim. Após estes trabalhos é oferecido como agradecimento ao dono do pouso o “catira” e a “dança da raposa” que ainda fazendo parte dos aspectos sagrados são uma transição para a profanidade (BRANDÃO, 1981) dando abertura aos “bailes”.

No dia seguinte é oferecido o dejejum, a Folia oferece o catira, fazem o giro na vizinhança levando as bandeiras às casas onde são recebidos com mais comida, bolos, biscoitos, doces e café. Retornam para o almoço ainda na casa onde jantaram em que realizam o bendito de mesa, saúdam o altar fazendo uma cantoria de despedida. A folia segue o “giro” em direção ao próximo pouso tornando a realizar estes ritos.



Ilustração. 16. Chegada da Folia à casa do pouso. Fonte: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira.



Ilustração. 17. Cruzeiro e arruamento. Foto: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira.

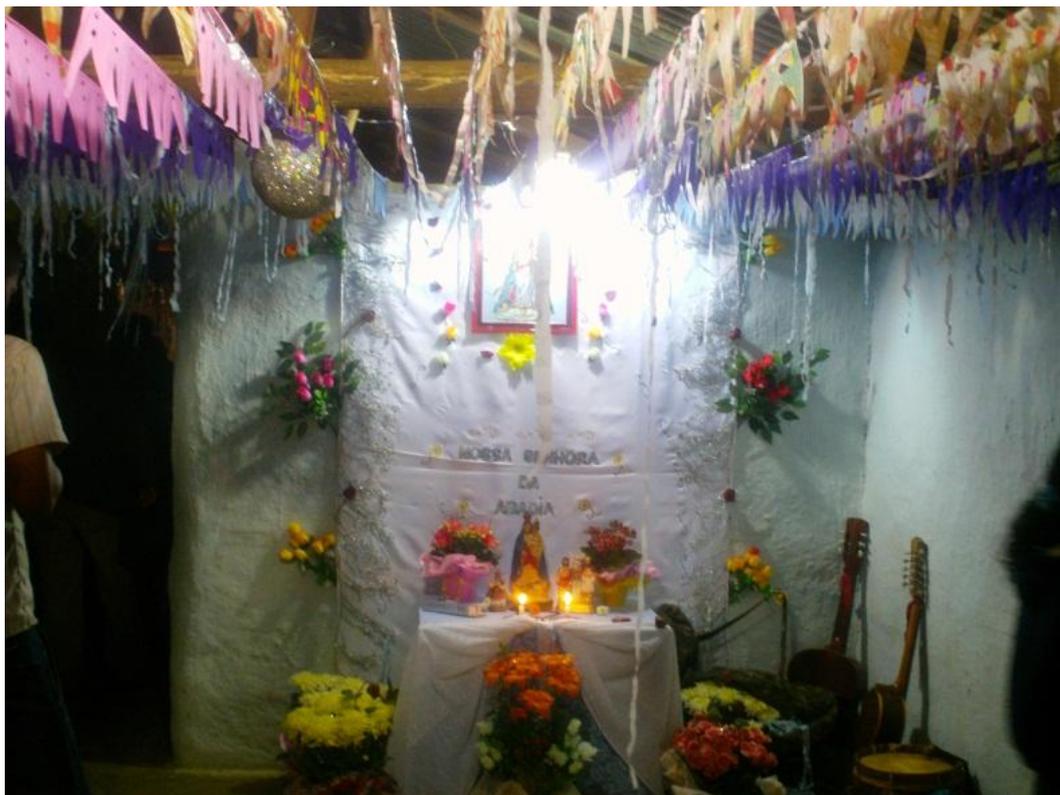


Ilustração. 18. Altar. Fonte: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira.



Ilustração. 19. Bendito de mesa. Fonte: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira.



Ilustração. 20. A dança do catira. Foto: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira.

As folias cumprem um papel evangelizador levando de casa em casa nos “giros de Folia” a representação das divindades e as escrituras sagradas entoadas por cantadores acompanhados de violeiros e outros instrumentistas que compõem a extensa delegação de cavaleiros chamados de “tropeiros” ou simplesmente “foliões”. (BRANDÃO, 1981) sugere uma simplificação desta sequência descritiva que possivelmente demonstra mais objetivamente os sentidos da Folia: “dar, receber e retribuir”. Esta sequência parece mesmo apresentar a verdadeira face deste ritual.

Não tenho a intenção de neste trabalho realizar uma análise minuciosa deste extenso ritual que é cheio de detalhes certamente omitidos em minha escrita. Outros autores realizaram estudos etnográficos de algumas Folias presentes nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás com mais riqueza de detalhes como (BRANDÃO, 1981.) e (VELOSO, 2009.). Este último estudou as Folias da região da antiga Santa Luzia (Luziânia - GO), atual região dos municípios goianos do Entorno do DF, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama e Luziânia e que tem relações diretas com as Folias que ocorrem no Quilombo Mesquita, pois elas agem como uma rede de cooperação para a manutenção desta cultura. No entanto um estudo detalhado sobre estas manifestações no Quilombo Mesquita é fundamental, pois apesar

de as Folias de forma geral compartilham muitas semelhanças portam muitas especificidades. Isso ocorre pelo caráter dinâmico da cultura que embora conserve aspectos fundantes acaba por incorporar novos elementos.

O culto a Nossa Senhora D'Abadia

Nossa Senhora da Abadia é a santa padroeira do quilombo Mesquita e seu culto é a mais tradicional devoção religiosa da comunidade. Reconhecida pela igreja católica, a santa de origem portuguesa, é cultuada principalmente nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, curiosamente nestas regiões que estiveram no centro da economia mineradora. No século XVIII na cidade de Goiás, antiga Vila Boa, já havia edificado um templo para seu culto. Possivelmente a devoção desta santa por esta comunidade tão antiga tenha origens neste contexto que para mim ainda não está claro. Qual a relação desta divindade com as regiões de mineração e com as populações negras? Quais outros sentidos que somente sua origem portuguesa não é capaz de revelar? Estas são questões que faço com frequência e que ainda não consegui avançar.

Em agosto de 2011 participei da 62ª Folia de Nossa Senhora da Abadia que ocorreu durante 15 dias percorrendo inúmeras localidades do quilombo, seus arredores na zona rural do município e nos bairros do “Jardim ABC” e no centro da Cidade Ocidental. Tive a oportunidade de entrar em contato com as principais lideranças da comunidade, buscando compreender a importância deste trabalho devocional da comunidade e as origens deste culto.

Segundo o Sr. Evandro Pereira Braga, “Mestre” da Folia, a devoção a Nossa Senhora D'Abadia é anterior ao surgimento da Folia, antes ocorriam somente as novenas que eram realizadas nas casas dos devotos em que ao término da reza do terço e da ladainha ofereciam biscoitos caseiros e doces de todas as qualidades, feito de laranja, marmelo, goiaba, batata, abóbora, leite e de feijão. Atualmente permanece a tradição das novenas agora realizadas no Santuário dedicado à santa, assim como o costume dos biscoitos e doces ao fim dos trabalhos espirituais.

A Folia como forma de culto a Senhora D'Abadia surgiu somente em 1949 criada por Benedito Lambari na região do Saia Velha, três anos depois Sr. Evandro assumiu por promessa o compromisso de conduzir esta Folia enquanto tiver saúde e forças. A alvorada ocorre tradicionalmente na pequena capela presente na casa de “seu” Evandro e após o “giro da folia” a desalvorada é realizada no dia destinado a santa, 15 de agosto, na capela de Nossa Senhora D'Abadia no Mesquita onde erguem um mastro com a bandeira da divindade e acendem um gigantesca fogueira tradicionalmente feita pelo Sr. Sinfrônio Lisboa da Costa.



Ilustração. 21. Imagem de Nossa Senhora da Abadia.

Representação Política da Comunidade

A comunidade tem como entidade representativa a “Associação Renovadora Quilombo do Mesquita”, fundada em 2003, atualmente tem como Presidenta Sandra Pereira Braga também filiada ao PT - Partido dos Trabalhadores e seu pai João Antônio Pereira Braga como Vice-Presidente e conta com um grupo diretor composto por 05 membros. A Associação tem encontrado muitas resistências na luta pela demarcação territorial e afirmação da identidade do povoado enquanto quilombola. Uns dos obstáculos são as ameaças por parte de fazendeiros, o próprio poder municipal por defender interesses ligados a especulação da terra e a empreendimentos imobiliários na região, negando assim a existência do quilombo como afirma o então administrador do Mesquita parente do prefeito, José Antônio Batista, “aqui não é quilombo há muito tempo” já o prefeito, Alex Batista, manifesta opinião semelhante: “O que tiver de ser feito, será”, referindo-se aos projetos arbitrariamente

pensados para a região (Revista Darcy, Unb Agência. 2ª edição, set-out. 2009. p. 43). Outro importante obstáculo se encontra no seio da própria comunidade que sofre com o processo de aculturação e pré-conceitos étnico-raciais, sociais e culturais em prejuízo a identidade quilombola, necessitando se apropriarem de sua história para se fortalecerem.

A Associação tem empreendido esforços no desenvolvimento de projetos de resgate histórico da comunidade, de valorização dos agricultores, luta pela adequação da escola à realidade quilombola, realização de encontros com outras comunidades quilombolas e buscando junto aos poderes municipais e outras instâncias governamentais a garantia e efetivação das políticas públicas. E são nestas frentes de luta que dentro de minhas possibilidades de contribuição tenho atuado junto à comunidade, tratarei disto adiante no trabalho.

Desde 2006 é devidamente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares - MinC e atualmente tramita no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA o Processo Administrativo nº 54700.001261/2006-82, que trata da regularização fundiária das terras da COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS MESQUITA, tendo publicado no Diário Oficial da União – DOU, em 29 de agosto de 2011, página 106, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. A área delimitada corresponde a 4.292,8259 há (quatro mil duzentos e noventa e dois hectares, oitenta e dois ares e cinquenta e nove centiares), pequena em comparação a área originalmente ocupada, porém fundamental para a manutenção da cultura deste povo formado atualmente por 755 famílias.

O processo de luta por reconhecimento e regularização fundiária encampada pelas lideranças comunitárias não está acompanhado do entendimento da maior parte da comunidade a respeito destas questões, principalmente quanto ao caráter identitário. Durante muito tempo a comunidade se referia a sua identidade quilombola no passado: “aqui era quilombo”, e com todo esse processo político que agora trás para o presente esta identificação, “aqui é quilombo”, uma crise identitária foi despertada na comunidade que pelas faltas de referencias se pergunta o que é quilombo? O que é ser quilombola?



Ilustração. 22. Placa do Gov. Federal de reconhecimento da comunidade. Fonte: Registro da saída de campo da disciplina Educação do Campo do TEF/ FE-UnB ao Quilombo Mesquita no 2º/2010.

4.2. Estudo sobre a escola na Comunidade Quilombola

Logo no início de minha participação na comunidade realizei um estudo em parceria com Alisson Silva da Costa na disciplina de “ensino de história, identidade e cidadania” ofertada pelo Departamento de Métodos e Técnicas – MTC da Faculdade de Educação – FE/UnB no 2º/2010 direcionado à escola presente no quilombo. Com este trabalho buscamos analisar aspectos referentes *“A luta por educação formal e a relação comunidade – escola no quilombo mesquita”* partindo de duas questões. A primeira analisar o que (SANTOS, 2007) evidencia como o grande consenso dos Movimentos Sociais Negros: a luta por educação formal e a reivindicação de políticas educacionais não eurocêtricas que se constitui como uma forma de combate ou um instrumento de luta contra o racismo. A segunda analisar as condições do estudo da história local e a construção de identidades, percebendo a relação comunidade-escola suas contribuições e/ou percalços.

Quanto a primeira (SANTOS, 2007.) apresenta a tese de que a luta por educação é um consenso histórico e político entre os Movimentos Negros sendo:

uma das reivindicações, já dos primeiros Movimentos Negros a se organizarem no pós-abolição, conforme se pode verificar numa carta de abril

de 1889 encaminhada ao futuro ministro da justiça, o então jornalista Rui Barbosa, por uma comissão formada por libertos do Vale do Paraíba: ‘para fugir do grande perigo que corremos por falta de instrução, vimos pedi-la para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina para abater aqueles que querem a República, que é liberdade, igualdade e fraternidade’. (Carta da Comissão Formada por Libertos do Vale do Paraíba, apud SANTOS, 2007: 50).

Percebemos este apontamento durante a caminhada do Movimento Negro ao longo do século passado, assim ocorreu na Frente Negra Brasileira – FNB movimento de massas que protestava contra a discriminação racial que excluía o negro da economia no início do século XX e que tinha o entendimento de “que a primeira frente de luta se localizava no campo da educação” (Nascimento e Nascimento, 2004: 120, apud SANTOS, 2007: 77). No Teatro Experimental do Negro – TEN que “tinha na educação a primeira prioridade de ação” (Nascimento e Nascimento, 2004: 121, apud SANTOS, 2007: 88).

Mas não se tratava somente de ler e escrever[...] Tratava-se de aprender a ler e escrever para tornar-se sujeito do seu destino. Era uma educação comprometida, que, a exemplo da proposta de Paulo Freire, possibilitava ler a realidade sócio-racial a partir de uma consciência crítica, reflexiva, posicionada, entre outras características, visando a transformação das relações raciais brasileira (SANTOS, 2007: 89).

E a luta por educação formal continua presente entre as pautas fundamentais do Movimento Negro e se intensifica com as políticas de ações afirmativas que, paulatinamente, se expandem mesmo enfrentando resistências.

Quanto à segunda questão referente ao estudo da história local e a construção de identidades. É fundamental para nossa reflexão pelo fato de ser a escola um espaço ideológico e politicamente contraditório, podendo servir a manutenção de uma determinada ordem/estrutura ou para sua desconstrução/transformação. Neste sentido entender a atuação da escola, se atua “para” ou “com” a comunidade, se facilita a organização e representa os interesses da comunidade ou caminha em outras direções não atendendo as reais demandas da comunidade, neste caso específico, a conscientização de seus integrantes, do percurso histórico deste povo remanescente quilombola, que precisa se apropriar de sua história, que também é a história deste país, para agirem conscientemente em seu por vir histórico, sendo sujeitos de sua própria história, de forma que isso reflita em seus espaços de organização política, social, cultural e espiritual.

Para tal se faz indispensável reforçar a perspectiva do estudo da história local que:

requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado (Samuel, 1989, apud FONSECA, 2003.).

Por se tratar de uma comunidade quilombola, a história de exploração e discriminação étnica-racial, marca fundante da sociedade brasileira, que por séculos de história matou, explorou, subjugou indígenas e negros africanos e afro-brasileiros sem lhe conferirem espaços para contarem suas próprias histórias ou mesmo sem reconhecer a importância destes na formação de nosso povo brasileiro, deve ganhar outro teor que supere esta história “oficial” que em nada contribui para a superação de problemas seculares de nossa sociedade.

O ensino de história local pode oferecer a comunidade oportunidades de situar-se no momento histórico em que se vive, do processo de construção da história da comunidade de forma que desenvolva o sentido de pertencimento. Ora, o que é um quilombo? O que significa ser quilombola? Será que a educação formal, escolar, com currículos e práticas instrumentalistas, pragmáticas e lineares pode oferecer pistas para que a comunidade alcance respostas a respeito de sua identidade dentro deste espaço institucional?

Partindo da primeira questão fomos investigar como se deu a presença da escola na comunidade recorrendo basicamente a uma pesquisa de fonte oral.

A luta por educação escolar no Quilombo Mesquita – História da Escola

Segundo a memória da comunidade a escola presente no quilombo tem sua trajetória principiada ainda quando as terras do quilombo pertenciam ao município de Luziânia. Fundada pelo senhor Aleixo Pereira Braga que segundo relatos, era semianalfabeto e se preocupava com a falta de instrução escolar na comunidade, assim, iniciou de forma precária aulas regulares em uma sala disponibilizada em sua casa aonde ele e outros moradores do próprio povoado eram responsáveis pelo ensino, isso em meados da primeira metade do século XX.



Ilustração. 23. Antigo casarão de Aleixo Pereira Braga. Fonte: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira

Com o passar do tempo o senhor Aleixo construiu uma casa próxima a sua para o funcionamento da escola que por pressão da comunidade fora assumida pelo município de Luziânia que disponibilizou professores que passavam a semana no quilombo e regressavam a Luziânia ao final de semana devido ao difícil acesso à comunidade aonde se chegava somente a cavalo e por carro de boi. Em 1984 foi construída a atual escola em um terreno doado pelo senhor Alípio Pereira Braga, onde foram construído inicialmente duas sala de aula, um banheiro e a cantina. Em 2003 a escola teve suas instalações ampliadas e recentemente neste ano de 2012 foram construídas mais três salas de aulas.

Este histórico da escola foi constituído a partir de depoimentos de professores moradores da comunidade com parentesco direto com Aleixo Pereira Braga, que teve seu empenho na luta por educação formal no quilombo reconhecido e homenageado tendo a escola recebido seu nome.

Algo importante verificado na história da escola é que reforça a tese de (SANTOS, 2007.) quanto a luta histórica por educação formal dos Movimentos Negros, no caso um movimento local.



Ilustração. 24. Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I. Fonte: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira

A Luta por Educação Escolar Quilombola e suas contradições

Verificamos também, mais recentemente, a reivindicação por parte da escola e da “Associação dos Moradores do Quilombo” de políticas educacionais que visem superar o racismo trabalhando o pertencimento étnico-racial. Quanto a esta questão que se relaciona diretamente ao estudo da história local e a construção de identidades, foi possível perceber / evidenciar contradições político-pedagógicas e conceituais importantes na execução do Projeto Político Pedagógico 2011 (ver anexo).

Foi possível analisar melhor esta questão à medida que me inseri diretamente na escola por meio do estágio obrigatório em que acompanhei o ano letivo de 2011 e que pude participar de alguns momentos muito importantes como: o processo de implementação do Projeto Político Pedagógico – PPP com o acompanhamento de três “projetos / atividades” na escola que foram o “projeto 13 de maio – abolição da escravatura”, a “semana do meio ambiente”, a “Feira Cultural Familiar do Quilombo Mesquita” e a festa junina “Arraiá do Quilombo”. Descreverei a seguir estes momentos com o intuito de evidenciar as contradições e as potencialidades destes trabalhos desenvolvidos pela escola.

Os projetos da escola:

“**Abolição da escravatura – 13 de maio**”: as turmas confeccionaram painéis que celebravam o dia da abolição da escravatura buscando “retratar” a questão racial na sociedade brasileira e resgatar a autoestima da população negra relacionando à história do quilombo, os painéis foram expostos pelas paredes do pátio da escola. Um painel com o título “Lei Áurea” trouxe a seguinte poesia:

*“A princesa Isabel
Num gesto bravo
Deu liberdade a todo escravo
A escrava embalava
O filhinho nascido
Mas não tinha esperança
De vê-lo crescido
Preto escravo
Ajudou a nação
Banhada em suor
De enxada na mão
Raiava o dia
De sol tão radiante
Mas a morte que sabe?
Estava distante
Distante de tudo
Dos entes queridos
Da terra amada
Dos seus amigos
E a preta velha
Que trabalhava tanto
Ao ver o filho vendido
Não contia seu pranto
As lágrimas rolavam
Em seu rosto enrugado
Vendo ao longe partir
O seu filho amado
Obrigado Isabel
Quanto pranto cessou
Desde que com bravura
A Lei Áurea assinou.”
(autor não identificado)*

Outro painel seguia com fragmentos de textos que abordava a escravidão:

Os portugueses precisavam de mão-de-obra dócil e barata para trabalhar na lavoura e mineração e resolveram buscá-la nas terras distantes da África.

E apresentava os “responsáveis” pelo processo abolicionista:

A escravidão continuou até que alguns brasileiros (escritores, jornalistas, poetas e políticos) compadecidos e envergonhados com a situação do negro no Brasil iniciaram uma campanha a favor da abolição.

Finalmente um ultimo fragmento atribui todo o protagonismo abolicionista a Princesa Isabel ao instituir a Lei Áurea: *“A Princesa Isabel passou para a história como a ‘Redentora’”*.

Isto evidencia que, apesar dos esforços em trabalhar a temática étnico-racial na escola presente em uma comunidade quilombola, há profundas contradições neste processo. Como pode não parecer absurda aos professores essa representação secular do negro no Brasil dentro de um quilombo? Como atribuir a Isabel o título de “redentora” dos negros, quando na verdade o próprio quilombo, o chão em que pisam, conta outra história que diz da luta dos negros escravizados por sua liberdade e humanidade? Pensemos. Isto pode nos fornecer elementos para compreender a recusa de muitos na comunidade em assumirem identidades quilombolas.

Outro elemento importante do projeto foi painel denominado **“Qual é a nossa cor?”** que apresentou um trabalho de simulação do CENSO do IBGE com a comunidade escolar tendo participado respondendo aos questionários as turmas de estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental, os professores, funcionários técnicos administrativos, merendeiras e os funcionários de serviços gerais da Escola Aleixo Pereira Braga I.

O referido questionário compreende num instrumento de pesquisa fechado de múltipla escolha também intitulado de **“Qual é a nossa cor?”** com as seguintes alternativas: **Preto, Branco, Pardo e Indígena**. É importante registrar que a pesquisa realizada pela escola e fixada nas paredes não expressava nenhum “resultado” nítido, objetivo. Na observação realizada na escola no dia 17 de maio de 2011 registramos os dados contidos nos questionários fixados no painel e posteriormente efetuamos a tabulação dos mesmos, expressando em termos percentuais. A pesquisa nos revelou os seguintes dados na comunidade escolar pesquisada:

Simulação do CENSO

Qual é a nossa cor?			
	Estudantes	Funcionários	Professores
Preto	20	06	07
Branco	27	02	01
Pardo	67	09	02
Indígena	-	-	-
Outros*	04	-	-
Total**	118	17	10

Qual é a nossa cor? (%)			
	Estudantes	Funcionários	Professores
Preto	16,9 %	35,2 %	70 %
Branco	22,8 %	11,7 %	10 %
Pardo	56,7%	52,9 %	20 %
Indígena	0%	-	-
Outros*	3,3 %	-	-

* O campo “Outros” se refere aos estudantes que marcaram mais de uma opção.

** O numero de participantes da pesquisa corresponde respectivamente a 30,17% do total de estudantes, 37,7% dos funcionários e 71,42% dos professores.

Ilustração. 25. Tabela “simulação do senso”. Fonte: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira.

Se partirmos da compreensão de que o grupo étnico-racial formado pelos “negros” é a soma dos “pardos” e “pretos”, como realizado nas pesquisas censitárias no Brasil, teríamos os seguintes resultados percentuais para estudantes, funcionários e professores: 73,6%, 85,1% e 90,0%, respectivamente, considerando-se “negros”.

Isto torna os dados ainda mais expressivos, no entanto, não tabulamos com os referidos cálculos, pois há elementos há serem examinados. Será que a classificação como “pardo” pode estar apresentando uma recusa ao termo “preto” e/ou ao se classificarem como “pardos” assumem ou negam sua negritude? Prosseguirei nos relatos.

“Semana do Meio-Ambiente”

Este projeto tinha por objetivo propiciar discussões e mobilizar a comunidade escolar e o quilombo de forma geral na preservação do meio-ambiente e na participação da “Coleta Seletiva” no Município. Acompanhei as discussões preparatórias realizadas pela coordenação

pedagógica que giraram em torno de críticas aos poderes municipais que ao tentar instituir políticas de gestão dos resíduos sólidos no Município são contraditoriamente responsáveis pelo lixão existente no município que se avizinha do quilombo e que estava sendo alvo de denúncias por receber lixo hospitalar do DF e resíduos de outros municípios e pelos desmatamentos ocorridos na comunidade para a construção de condomínios ilegais que foram embargados pelo Ministério Público Federal por meio da Procuradoria da República no Distrito Federal que moveu uma Ação Civil Pública - ACP nº 2008.35.01.000868-0 contra o Estado de Goiás que liberou as licenças ambientais sem os estudos e sem considerar o tramite de regularização fundiária instaurado no INCRA, assim, como a “TAQUARI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA” empresa responsável pelos desmatamentos na comunidade. Os professores discutiram de forma politizada a temática relacionando-a diretamente a realidade da gestão ambiental municipal e os efeitos sobre a comunidade quilombola centrando as discussões na política habitacional e seus efeitos socioambientais, principalmente no caso do Condomínio Alphaville em construção a 5 km da comunidade, considerado o novo vetor de expansão do DF.



Ilustração. 26 . Projeção do condomínio Alphaville em Cidade Ocidental – GO. Fonte: Correio Braziliense, 18 de agosto de 2012.

Uma mobilização / manifestação marcou o dia do meio ambiente na escola e no quilombo, houve a realização de diversas oficinas, produção de uma horta na escola,

exposição de fotografias do cerrado da região, trilha ecológica na mata presente atrás da escola e uma manifestação nas ruas chamando a atenção da comunidade para esta questão.



Ilustração. 27. À direita manifestação em defesa do meio ambiente, à esquerda aluno na horta feita na escola. Fonte: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira.

Arraiá do Quilombo Mesquita

Realizar festas juninas em escolas é algo de certa forma comum, mas são sempre momentos importantes de congregação da comunidade escolar e de aproximação da escola com as famílias. No entanto duas questões chamaram minha atenção para esta manifestação nesta escola, a primeira, como este evento quebrou a rotina da comunidade quilombola, sendo um evento muito esperado pela comunidade que se mobiliza para participar. A escola se abriu e recebeu tantas pessoas da comunidade que me surpreendi com a relação aproximada com a comunidade. A escola aproveitou este momento de proximidade para dialogar com a comunidade através da exposição de cartazes e painéis que abordavam temáticas ambientais e étnico-raciais.

Segundo Sandra Pereira Braga, presidente da Associação, que compareceu ao evento disse que pela primeira vez a escola estava assumindo publicamente a identidade quilombola da escola/comunidade. Desta forma o nome dado a festa junina, “arraiá do quilombo”, já se configura como um avanço de compreensão e postura da escola perante a comunidade.



Ilustração. 28. Arraiá do Quilombo. Fonte: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira.

Feira Cultural Familiar do Quilombo Mesquita

Dentre as atividades realizadas pela escola com o propósito de dialogar com a comunidade quilombola esta em minha opinião teve uma importância especial, pois tinha por objetivo reunir as famílias na escola para entrarem em contato com a história e cultura do Quilombo Mesquita. Este reconhecimento por parte da escola é fundamental para comunidade que necessita de referências e de valorização.

A “feira cultural” se estruturou em cinco eixos. O primeiro, denominado “história do quilombo” tratou de sua origem e a origem das 03 famílias. O segundo “Cultura e Educação” tinha como propósito apresentar as pessoas que contribuíram para o avanço cultural e educacional da comunidade. O terceiro eixo abordou aspectos do trabalho, da agricultura e do artesanato desenvolvidos na comunidade. O quarto eixo “Mesquita hoje” apresentou atualidades da comunidade e o quinto e último eixo apresentou os produtos locais da comunidade como a marmelada, a diversidade de doces e a produção de rapadura.

Todos os professores se mobilizaram para estudar e pesquisar sobre as temáticas dos eixos recorrendo aos membros da comunidade principalmente os idosos que contribuíram relatando histórias com as quais os professores fundamentaram seus trabalhos para no dia evento apresentar para toda a comunidade em forma de cartazes, exposições, apresentações teatrais e musicais que envolveram os alunos e que contou com a participação destes membros que representam a própria fonte da história ali contada. Os professores saíram em grupos visitando as casas daqueles que poderiam contribuir com as atividades propostas e isso gerou um processo de envolvimento da escola com a comunidade e incentivou os professores a estudarem a história do quilombo.



Ilustração. 29. “Seu” José Coutinho segurando trabalho feito pela escola sobre seu ofício de artesão ao lado de Idelma, professora quilombola. Foto: Thalita Samara de Souza Pereira e Wesley da Silva Oliveira.

Estrutura e funcionamento da Escola

A escola possui uma estrutura física que não contempla as demandas para seu bom funcionamento. Sua estrutura física dispõe de 08 salas de aula, sala destinada à orientação educacional, uma sala para secretaria e coordenação pedagógica, um laboratório de informática com 10 computadores, uma cantina, sala de professores, uma saleta para o almoxarifado, 02 banheiros sendo um masculino e outro feminino que não contam com estrutura adequada faltando torneiras e descargas, pátio externo utilizado para atividades recreativas e esportivas que está situado entre dois pavilhões de salas de aula o que gera muito incômodo.

Possui materiais como bolas, equipamento de tênis de mesa “pingue-pongue”, redes e cordas. Equipamentos eletrônicos de TV, som e DVD. Não possui espaço para biblioteca, embora na sala dos professores se encontre duas estantes metálicas com diversas obras acadêmicas, literárias e livros didáticos que necessitam ser devidamente organizados. Podemos encontrar nestas estantes obras de autores como Karl Marx, Sartre, Leonardo Boff, Machado de Assis, Fernando Pessoa, Jorge Amado, Guimarães Rosa, José de Alencar, entre outros.

Recursos Humanos

Quadro de Funcionários					
Cargo	Concursados	%	Temporários*	%	Total (100%)
Professores**	9	64,28	5	35,72	14
Diretora***	0	0,0	1	100	1
Secretario Escolar	1	100	0	0	1
Agente Administrativo	1	33,34	2	66,66	3
Serviços Gerais	4	40	6	60	10
Merendeira	4	80	1	20	5
Coordenação Pedagógica	1	100	0	0,0	1
Coordenação de Turno	2	100	0	0,0	2
Vigilante	2	28,58	5	71,42	7
Orientador Educacional	1	100	0	0,0	1
Total	25	55,55	20	44,44	45

* Professores substitutos e funcionários vinculados ao programa de assistência social do município com contratos temporários de 03 meses.

** 71,42% dos professores pertencem a comunidade quilombola.

*** Cargo comissionado indicado pelo prefeito.

Ilustração. 30. Tabela recursos humanos da escola. Fonte: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira.

Corpo Discente

Os alunos são oriundos da comunidade e das fazendas da região.

Corpo Discente		
Turmas - Matutino		
	Ano	Numero de Estudantes
	1° A	34
	2° A	25
	3° A	24
	4° A	31
	4° B	26
	7° A	20
	8° A	30
	9° A	21
Subtotal	8 Turmas	211 Estudantes
Turmas - Vespertino		
	Ano	Numero de Estudantes
	2° B	26
	3° B	22
	5° A	22
	5° B	25
	6° A	31
	6° B	32
	7° B	22
Subtotal	7 Turmas	180 Estudantes
Total	15 Turmas	391 Estudantes

Ilustração. 31. Tabela corpo discente. Fonte: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira

Os cargos da direção, coordenação pedagógica e orientação educacional são preenchidos por indicação do poder executivo. Esta situação é geradora de muito desgaste entre os professores que se veem diante de disputas políticas que atravancam os trabalhos na escola. Durante o período que atuei na escola não obtive informações precisas sobre o funcionamento do conselho de classe e do conselho escolar. Os professores não se organizam no movimento sindical, no município há somente um único sindicato que abarca todas as categorias de servidores públicos municipais sem distinção o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cidade Ocidental - SINDSERCO.

4.2.1. Participação na agenda política da escola, a proposta de trabalho com os professores – primeira tentativa de instituir o Pesquisador Coletivo e a intervenção política da direção escolar.

Acreditamos que a escola possa contribuir na superação da “crise identitária” da comunidade buscando superar a fragmentação rígida dos espaços e temas estudados, superar a naturalização da vida social e política, que o ensino e a aprendizagem estejam voltados para a compreensão local. Pensamos que assim a escola poderá oferecer caminhos para que a comunidade responda, construa sua própria identidade conscientes do passado, de seu presente para projetarem o futuro.

Ao mesmo passo que acompanhávamos a realização de todas estas atividades e em parte delas com a oportunidade de participar dos processos de elaboração, nós enquanto estudantes do projeto 04 estávamos propondo um grupo de estudos com os professores com o intuito de formarmos um “pesquisador coletivo” (BARBIER, 2007.) em que os trabalhos partissem das discussões que a escola estava encampando e nos inserindo em espaços de discussões político-pedagógicas que tratavam do processo de implementação da Lei 10.639 / 2003 na escola. Particpei de duas reuniões realizadas na própria escola com a presença de representantes da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – MEC / SECADI, da Associação Renovadora do Quilombo Mesquita, da Secretaria Municipal de Educação e em uma delas com a presença do atual prefeito Alex Batista PSD– Partido Social Democrata.

Estas duas reuniões foram articuladas pela Associação do Quilombo, a primeira ocorrida em 12/07/2011 tinha uma pauta específica que se tratava de diligências que o município respondia ao MEC, pois o Ministério havia enviado materiais didáticos adequados a realidade quilombola que auxiliam a implementação do ensino de história da África e dos Afro-brasileiros e computadores que foram destinados para a escola por meio de programas específicos do MEC em atendimento as comunidades quilombolas. Nada do que foi enviado pelo Governo Federal à comunidade através da Prefeitura Municipal havia chegado ao Quilombo Mesquita. Após esta reunião os materiais didáticos apareceram junto aos computadores que foram instalados na escola sendo o primeiro laboratório de informática da comunidade quilombola, porém ainda sem acesso a internet. A segunda reunião em 23/09/2011 ocorreu para que os membros do MEC que compõem a coordenação do Programa

Brasil Quilombola, programa da Casa Civil e interministerial para cooperação técnica e implementação de políticas públicas para as comunidades quilombolas pudessem esclarecer tanto a escola, quanto a associação quilombola e os gestores municipais da educação sobre as políticas públicas para este público específico. No entanto estas reuniões basicamente caíram numa discussão política e identitária que era a tônica do discurso dos professores na escola que diz respeito a identidade rural da comunidade. Isso porque mesmo sendo reconhecida pela Fundação Palmares desde 2006 a comunidade continua pertencendo a “zona de expansão urbana” no Plano Diretor de Ordenamento Territorial em vigência no município até 2013. Os professores aproveitaram a oportunidade e a presença de tantos gestores, principalmente os municipais, para questionar esta situação que inclusive travou a aprovação do PPP que ao ser submetido à Secretaria de Educação Municipal classificando a escola como rural divergia da compreensão dos gestores municipais que a classificavam como urbana.



Ilustração. 32. Professores, lideranças quilombolas e representantes do MEC. Fonte: Wesley da Silva Oliveira

Estava tendo a oportunidade de participar destes espaços privilegiados de discussão que me inseriam num contexto em que minha participação repercutia positivamente entre os membros da comunidade escolar, principalmente entre os professores, com quem passei a

gozar de certo respeito na escola e a ser convidado para outros espaços de discussão que se abriam na escola incluindo os já previstos institucionalmente.

O processo de construção do grupo de estudos / pesquisador coletivo estava caminhando, havíamos firmado um calendário e selecionado os primeiros textos dos livros entregues pelo MEC a serem estudados sobre educação quilombola com o objetivo de iniciar avaliações das atividades empreendidas pela escola na temática de pertencimento étnico-racial para superar algumas das contradições presentes como foi observado nos relatos anteriormente apresentados e dar corpo a energia e ao grande potencial presente no trabalho dos professores vale aqui registrar a iniciativa da professora Idelma de escrever um livro sobre a história da comunidade. Tratava-se de uma proposta no sentido do que se convencionou chamar “formação continuada dos professores”, mas de forma que partisse da realidade da escola, propomos partir literalmente do momento atual da escola, buscar primeiramente os recursos presentes na escola, partir da realidade tal qual ela é, inclusive para podermos refletir sobre as limitações da realidade presente, da realidade vivida. E com isso proporcionar outros olhares sobre a prática docente, sua riqueza e o quanto ela pode ser produtora de conhecimentos a partir do estudo, da pesquisa. Nunca deixando de lado a dimensão e o diálogo com os saberes populares e tradicionais da comunidade, ancorando esta proposta na cultura local.

No entanto este projeto foi interrompido, pois nossa atuação na escola foi comprometida por motivações políticas. Após minha participação na Conferência Municipal de Educação - CME em 28 de setembro de 2011, a qual fui informado e convidado um dia antes de sua realização pelos professores da escola, sendo que a escola também havia sido convocada de última hora pela Secretaria de Educação. Acompanhei nesta Conferência a orientadora educacional da escola, a coordenadora pedagógica, a diretora e mais duas professoras. Eu estava lá enquanto morador da cidade e estudante universitário. A Conferência ocorreu com o objetivo de elaborar o Plano Municipal de Educação dos próximos 10 anos a ser encaminhado à aprovação na Câmara Municipal, de acordo com a proposta da Conferência Nacional de Educação – CONAE / Brasília -2010.

Ao contrário de um verdadeiro espaço de exercício democrático a Conferência seria um grande circo armado para a promoção política dos atuais gestores que tinham a pretensão de aprovar qualquer documento que não proporcionaria nenhuma reflexão crítica e análise fundamentada da realidade educacional do município. Estava tudo armado. Como averiguado

na plenária ao serem todos questionados por mim se sabiam o que o realmente estávamos fazendo ali, se alguém estava acompanhando as discussões geradas na CONAE/2010, ninguém respondeu positivamente, nem o próprio secretário de educação que estava presidindo a mesa da plenária. Eu era o único que estava com o documento do novo Plano Nacional de Educação que havia sido submetido ao Congresso Nacional em dezembro de 2010. Quero com isso dizer o que disse naquela plenária: não havia condições básicas para se elaborar um Plano Municipal de Educação em um dia de debates mal fundamentados que tinham mais a intenção de promover uma imagem democrática dos gestores do que realmente propiciar uma discussão qualificada da educação municipal.

Mesmo com minhas intervenções deram andamento aos “trabalhos” e constituíram os grupos de discussão em cinco eixos temáticos insuficientes para discutirem as 10 diretrizes e as 20 metas do documento do novo PNE proposto pela CONAE. Desta forma o grupo de discussões que participei redigiu um documento que propunha outra dinâmica a discussão não atribuindo caráter deliberativo de metas e estratégias do novo Plano Municipal de Educação na Conferência Municipal de Educação em questão. Seguindo a isto foram apresentadas outras sete propostas que versavam da metodologia da Conferência Municipal de Educação. Todas as propostas foram aprovadas o que mudou radicalmente as intenções projetadas pela Secretaria de Educação Municipal. Na semana seguinte fui literalmente convidado a me retirar da escola. A professora orientadora do estágio supervisionado foi chamada até a escola sendo informada pela diretora que seus “superiores” não haviam gostado de minha participação na Conferência e que estavam questionando minha presença na escola. Continuei até o fim do semestre letivo, mas já não havia espaço com o cerco da direção, tendo o restante do grupo do projeto 04 também sofrido a intervenção da direção escolar.

4.3. Participação na Associação do Quilombo Mesquita – duas tentativas de instituir o “pesquisador - coletivo”.

Após a finalização do projeto 04 e a saída da escola por motivações políticas já relatadas se tornou necessário buscar outros espaços para continuar a atuar na comunidade e recorremos a Associação Renovadora do Quilombo Mesquita - AREME. Neste momento,

estando há um ano na comunidade, ainda não estávamos tão sintonizados com a associação quilombola em função de suas características de funcionamento que dificultavam de certo modo uma aproximação mais efetiva, como a falta de regularidade de reuniões por exemplo. Desta forma, Alisson Silva da Costa e eu buscamos nos organizar para propor um trabalho em parceria com a Associação.

Projeto “Quilombo Mesquita Identidade e o valor das tradições”

Com a participação nas “Folias” conhecemos duas irmãs, Elizabete Izídio e Elvira Izídio, moradoras do Município que participam das “folias” como “catireiras” e que demonstravam preocupação e interesse na realização de trabalhos de valorização das tradições culturais do quilombo. Elas tiveram grande importância em nosso processo de introdução e interpretação das “folias” do mesquita e apesar de não pertencerem a comunidade possuem vínculos muito fortes e respeitáveis. Com elas formamos um grupo em que inicialmente trabalhávamos na edição dos vídeos feitos em parceria entre Alisson Silva da Costa e eu no 2º/2011, no projeto 04, durante os 15 dias da Folia de Nossa D’Abadia em agosto de 2011, para a elaboração de um vídeo-documentário, projeto inacabado até o momento por dificuldades técnicas.

Como estávamos organizados em torno desses vídeos muitas discussões eram geradas acompanhadas de algumas propostas de trabalho e em janeiro de 2012 com o lançamento do edital do Festival Latino Americano e Africano de Cultura – FLAAC organizado pela Universidade de Brasília tivemos a ideia de um trabalho a ser construído com a comunidade e que resultasse na aproximação de nosso grupo (agora formado por Alisson Silva da Costa, Elvira Izídio, Elizabete Izídio e eu) com a Associação do Quilombo.

Realizamos algumas conversas com Sr. Evandro, líder da “folia”, com Sr. César um entusiasta de projetos em prol do quilombo, com um grupo de adolescentes que participam das “folias” e com a Associação na figura de Sandra Pereira Braga e seu pai, João Antônio (João de Dito) presidenta e vice-presidente da associação. Elaboramos nestas conversas um projeto a ser submetido ao edital do FLAAC com o título “Quilombo Mesquita: Identidade e o valor das tradições”, este projeto não tinha por objetivo somente a participação no festival,

mas principalmente articular e fortalecer a própria comunidade no trabalho de valorização de sua cultura com a realização de encontros semanais no galpão da associação que não estava em funcionamento, mas a Associação apresentava a intenção de utilizá-lo para fins culturais.

O projeto não foi contemplado pela organização do festival que não respondeu o motivo. Todavia, funcionou regularmente aos sábados de fevereiro a maio de 2012. Apesar do curto período a experiência resultou importância como a criação de um espaço comunitário intergeracional de valorização da cultura local e um canal de diálogo direto entre nós (grupo de colaboradores), membros da comunidade de diferentes faixas etárias e a Associação da comunidade.



Ilustração. 33. Encontro do projeto. Fonte: Alisson Silva da Costa e Wesley da Silva Oliveira.

Quanto a este espaço de valorização da cultura local conseguimos reunir crianças, adolescentes e idosos em torno de ensaios das danças do “catira” e da “raposa”, dos toques das violas e das cantorias das folias. Notamos durante as “folias” uma dificuldade enfrentada pela comunidade que é a falta de jovens que dancem, toquem instrumentos e que conheçam as cantorias das folias ao modo tradicional do Mesquita. As “folias” do Mesquita contam com a participação de “foliões” de toda a região do DF e Entorno e como houve pouca renovação

dos participantes e os mais velhos estão morrendo, a própria comunidade percebe que as formas tradicionais do mesquita de cantar, dançar e rezar estão se descaracterizando e a participação de foliões de outras localidades que se de alguma forma contribui para a manutenção desta cultura também a atrapalha quando substitui os quadros da comunidade. Com o intuito de trabalharmos estas questões os encontros foram muito importantes para juntos conscientizarmo-nos desta questão começando a investigar as causas e efeitos desta situação.

Com o grupo que se formou incluindo o grupo de catira feminino, formado por 8 adolescentes, conseguimos apresentar-nos no Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia, encontro que reuniu estudantes de nove estados da Federação em maio de 2012 na Universidade Estadual do Goiás – UEG campus Luziânia, nos apresentamos no “Encontro de Memórias” organizado pela “Associação” em parceria com o projeto “Som de Quilombo” e em outros eventos comunitários, grupo com o qual se tentou constituir o P.C.

Atraindo a comunidade a partir das danças e das músicas começamos a tratar minimamente de questões históricas, culturais e políticas da comunidade, proporcionando o diálogo entre jovens e idosos que por vezes debateram suas relações e seus papéis na manutenção da cultura. O preconceito existente entre as gerações evidente na falta de valorização dos mais velhos por parte das novas gerações e a falta de espaços aos mais novos para aprenderem por serem demasiadamente subjugados ao mesmo tempo em que lhes atribuem responsabilidades futuras. Surgiram questões sobre as origens dos quilombos e do quilombo Mesquita estas questões fortemente presentes na comunidade que expressam a “crise” identitária deste povo.

Estes encontros geraram muitos registros em meu “diário/jornal de pesquisa” (BARBOSA, 2010) constituindo um rico material. Aqui a tentativa foi no empenho em constituir o “pesquisador coletivo” envolvendo a partir deste projeto a Associação e seus demais colaboradores em discussões da organização política da entidade e das práticas políticas-pedagógicas necessárias para a compreensão e envolvimento na luta por toda a comunidade, possibilitando a construção de um projeto coletivo.



Ilustração. 34. Participação dos idosos. Da esquerda para à direita: Eu, “seu” Mauro, “seu” César, atrás sua neta e ao lado Elizabete.

O trabalho aprofundou nossa aproximação com a Associação, o que nos entusiasmava, pois esse era um dos objetivos pensado por nós (grupo de colaboradores) para este projeto de valorização cultural. Neste processo de atuação acabamos “inaugurando” algumas reuniões que começaram a se tornar frequentes. Participavam das reuniões membros da associação sendo, Sandra Pereira Braga, seu pai João Antônio (João de Dito) e o sr. José Roberto (Seu Roberto); Nós “colaboradores” militantes no quilombo mesquita somados agora a Daiane Souza, jornalista da Fundação Cultural Palmares, que realizou seu trabalho de conclusão de curso no Mesquita em 2006 refletindo o processo de reconhecimento do Quilombo pelo Governo Federal e Manuel Neres, ex-frei da igreja católica, que atuou na igreja da comunidade e que agora desenvolve um trabalho social com o projeto “Som de Quilombo”.

Com isso comecei a participar de mais frentes de trabalhos existentes na comunidade conhecendo outros militantes / colaboradores internos e externos à comunidade. Sendo elas:

Projeto “Som de Quilombo”: Inicialização musical em instrumentos de corda, percussão e canto com o objetivo de trabalhar o pertencimento histórico da comunidade e que promove eventos culturais comunitários com a intenção de conscientizar sobre os problemas

enfrentados pelo quilombo. Ocorreram dois eventos chamados de “Encontros de Memória”. Os encontros contaram com a apresentação do grupo “som de quilombo” e com a participação do nosso grupo do projeto de “valorização cultural”. Se trataram de musicais apresentados pelo “som de quilombo” em que as músicas remetiam a relação com a terra/campo, religiosidade e nos intervalos das músicas diálogos foram estabelecidos com o público. O primeiro tratou de questões referentes à terra, a demarcação e titulação das terras do Mesquita, das Cotas Raciais e da História do Mesquita, incluindo a participação do Mesquita na construção de Brasília. Foi a primeira vez que vi publicamente se tratar destas questões na comunidade, embora existam relatos de outros momentos. Esteve presente cerca de 100 pessoas, contando com a participação da Daiane (jornalista da Palmares), do grupo do Programa de Educação Tutorial – PET “Conexões de Saberes: Música do Oprimido” do qual fiz parte, dos professores da Escola, Artesões, Membros da Associação e famílias da comunidade. Este primeiro foi realizado no galpão da associação que com a utilização do espaço passou a ser chamado de “Espaço Comunitário Aleixo P. Braga” o que culminou com surgimento de ameaças de tomada do espaço feitas pelo fazendeiro e candidato a vereador Fábio Correa, que alegava reivindicar o espaço que segundo ele pertence à Associação dos Produtores do Mesquita – APROMAQ, da qual se diz ser presidente. O galpão foi tomado em agosto de 2012 e hoje segundo a associação tramita na justiça processo de resolução. O segundo musical tratou das questões socioambientais de gestão dos resíduos sólidos e dos recursos hídricos da comunidade ocorrendo na sede da Associação por conta do impasse referente ao galpão;

Viveiro de mudas comunitário: Trabalho financiado pela Fundação Banco do Brasil e executado pela Fundação FUNATURA em parceria com a Associação da comunidade, que faz parte do projeto “São Bartolomeu Vivo” de revitalização das matas ciliares do Rio São Bartolomeu. Este espaço poderá ser utilizado com os alunos da comunidade para despertar o interesse dos conhecimentos relacionados à terra e a identidade camponesa;

Parceria com o Arquivo Público do DF – ArPDF: Em função dos trabalhos do GDF que instaurou 2012 como “ano de valorização de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade”, uma articulação foi feita entre a comunidade e o ArPDF por meio do trabalho jornalístico de Daiane Souza que coletou depoimentos a respeito da participação do Quilombo Mesquita no fornecimento de alimentos para as levas de trabalhadores que chegavam de diversas regiões do país e na construção das primeiras obras da Nova Capital conhecidas como “Brasília de madeira”, Palácio do Catetinho, as cantinas na Cidade Livre (atual Núcleo

Bandeirante), o antigo hospital de Brasília na “Vila IAPI” (atual museu vivo da memória candanga) o que resultou no reconhecimento por parte do GDF e na participação de membros da comunidade no curso organizado pela superintendência do Arquivo Público do DF – ArPDF “**Brasília 10.000 anos de história**”, processo que contou com reuniões na sede do Arquivo Público na NovaCap e visitas da equipe do ArPDF ao Quilombo Mesquita.



Ilustração. 35. Sr. Sinfrônio Lisboa da Costa homenageado pelo governador e vice-governador do DF em abril de 2012 por participação na construção de Brasília. Fonte: Drielly Jardim / FCP

O curso inicialmente tinha como público alvo gestores de diversas secretarias do GDF em um esforço de conscientizar o próprio governo a respeito do histórico da região da Capital com o objetivo de trabalhar as “invisibilidades” geradas pela história oficial de Brasília possibilitando compreender criticamente o processo histórico da região do Planalto Central incluindo a mudança da Capital e seus desdobramentos. Dividiu-se basicamente em três etapas, a primeira, buscou tratar da pré-história da região com os indícios arqueológicos que datam cerca de 10.000 anos; a segunda referiu-se à região no período colonial onde já se manifesta as perspectivas de mudança da Capital do Brasil paralelo à colonização da região e; a terceira e última, o processo de transferência da Capital, seus ideais e as reais concretizações. Sua duração foi de seis encontros semanais durante os meses de maio e junho de 2012, e contavam com materiais e exposições teóricas seguidas de visitas a localidades dentro e fora do Distrito Federal, correspondentes aos três municípios goianos (Formosa,

Luziânia e Planaltina) que disponibilizaram parte de seus territórios para a formação do quadrilátero do DF. Na primeira etapa fomos à Formosa, antiga “Arraial dos Couros”, visitamos os sítios arqueológicos da “toca da onça” e “Bisnau”; e o “Salto do Itiquira”.



Ilustração. 36. Formosa, sítio arqueológico “Toca da Onça”. Foto: Wesley da Silva Oliveira.

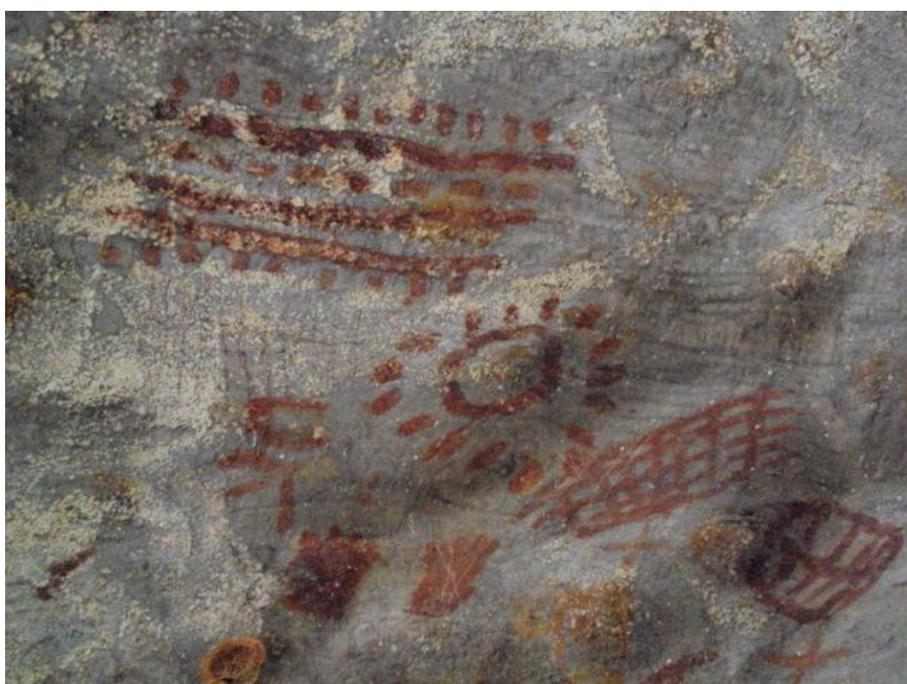


Ilustração. 37. Pinturas rupestres no sítio arqueológico “Toca da Onça”, Formosa-GO. Fonte: Wesley da Silva Oliveira.

Na segunda visitamos a região correspondente à antiga Planaltina, fomos ao Memorial das Idades do Brasil / Memorial Paulo Bertran no Lago Sul - DF localidade antes pertencente à “Fazenda Bananal”; visitação na zona rural de Sobradinho - DF à “Casa Velha”, expressão da arquitetura colonial do barroco goiano, localidade antes conhecida como “Sobradinho dos Melos”; e na região da atual Planaltina – DF, antiga “Mestre D’Armas”, fomos ao “morro do centenário” onde foi erguido o obelisco da “Pedra Fundamental da Futura Capital Federal” em 1922 e ao centro histórico da cidade.

No referente à Luziânia fomos ao sítio histórico da rua do rosário onde é possível encontrar casarões antigos, encontra-se a “Casa da Cultura” e a igreja do Rosário (igreja dos escravos construída em 1763).



Ilustra o. . Igreja do Rosário, Luziânia – GO. Fonte: <http://www.cml.go.gov.br/simbolos-de-luziania/>

Ao Município de Cidade Ocidental – GO limítrofe com o DF, território pertencente a Luziânia até o ano de 1993 visitamos a primeira usina hidrelétrica de Brasília que funcionou entre 1956 e 1959 no importante e histórico ribeirão “Saia Velha” que abasteceu em ouro Luziânia do século XVIII, gerou energia elétrica para a constru o da Nova Capital e hoje   fonte de abastecimento hídrico dos municípios de Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental sendo também atrativo turístico. Aqui fomos também   zona rural do município em que a delega o do curso composta por cerca de 150 pessoas foi conhecer o Quilombo Mesquita sendo recebidos pela Associa o no galpão da igreja católica, único local com condi oes de abrigar esta quantidade de pessoas. Em meio   recep o que se seguia de contextualiza oes históricas todos os presentes, membros da comunidade e do governo do DF, foram

surpreendidos por uma manifestação de um rapaz de origem quilombola, filho do atual administrador do Mesquita, que faz parte do grupo formado por políticos e fazendeiros inclusive de origem quilombola que se organizam contra a demarcação e titulação de terras do Quilombo. Com gritos dizia: “Não sou quilombola! Sou empresário, quero progresso, não vivo de tradição”. Sandra Pereira Braga, presidenta da Associação, argumentou que a origem destas manifestações está na falta de referências históricas por parte dessas pessoas, enquanto outros comunitários o afastavam do local em meio aos aplausos do público. Voltarei a tratar desta questão adiante que se relaciona com as tentativas de instituir o (P.C.).

Na terceira e última etapa do curso realizamos visitas a já mencionada “Brasília de madeira”, visitamos a região do plano piloto em estudo ao projeto urbanístico de Lúcio Costa e uma visita ao Instituto Histórico e Geográfico de Brasília – IGHB.

Somente relato este curso por três motivos. O primeiro, pela importância desta parceria para a comunidade, o resultado do reconhecimento pelo GDF da contribuição deste povo na construção da Capital o que gerou um processo de reconhecimento por parte da própria comunidade de sua importância histórica para a região. Segundo, que este curso possibilitou a alguns membros da comunidade a se perceberem em processos históricos mais amplos. E por último, que a comunidade nesta parceria com o GDF ficou muito entusiasmada, somente a presença de carros oficiais do GDF nas visitas do ArPDF ao Quilombo já geravam esperanças e conflitos no interior da comunidade. Esperanças para aqueles que desejam ver a questão das terras solucionadas e conflito, pois quando a organização quilombola avança gera reações daqueles que lutam contra a titulação das terras como no acontecido. Outras duas questões se somam que é o fato da baixa participação de quilombolas no curso a exemplo do que acontece na Associação que pode ser justificada pelo próprio argumento utilizado por sua presidente no embate relatado anteriormente: “a falta de referências históricas a respeito da identidade”. Perguntei-me, quem então poderia dar esta resposta na ausência de Sandra P. Braga, principal liderança da comunidade. E assim persequi em mais uma tentativa do (P.C.) reunindo-me com um grupo de quatro meninas adolescentes que participavam do projeto em que se deu minha participação inicial na Associação. Tendo como “tema gerador” a “negação da identidade quilombola” por parte daquele rapaz e/ou o “desconhecimento da própria história” como pertinentemente sugeriu Sandra Braga. Questionadas se concordavam com o que ele havia dito, todas negaram. Questionadas então se assumiam-se quilombolas, todas afirmaram positivamente. Quando indagadas sobre o que vem a ser a identidade quilombola

silenciaram e somente com tempo começaram a se remeter a origem da presença negra no Brasil ainda com as incongruências históricas presente na escola (um reflexo), tangenciaram temas como a escravidão, preconceito racial, religioso e de gênero.

Infelizmente, apesar de meu entusiasmo com esta tentativa, o calendário de festividades do mês de maio e de junho travaram os encontros, enquanto isso perseguia a construção do (P.C.) dentro da associação, mas as dificuldades se mostravam mais imperiosas.

Relacionamento com a associação – reuniões:

Participando das frentes de militância na comunidade/associação deparei com a ausência de espaços definidos para reuniões de planejamento, execução, avaliação, gestão dos processos e trabalhos políticos desenvolvidos na comunidade por seus membros e por pessoas externas. Há muitas ações em processo na comunidade, porém falta o espaço de reflexão, de decisão e de informação comum que deve ser a Associação da comunidade. Há necessidade urgente de concretizar uma agenda política com periodicidade de reuniões para que possamos agir e refletir os trabalhos que estão sendo desenvolvidos enquanto “projeto de comunidade”. Sem o que as ações se tornam ativismo, pontual, paliativo e espontaneísta, sem direção. Acrescenta-se a isto a falta de participação da comunidade o que acarreta em processos centralizadores nas pessoas que dirigem a Associação.

Buscamos “costurar” esta compreensão com os membros da Associação e com os colegas envolvidos na militância no quilombo. Tínhamos nesta tentativa de articulação esperanças de que deste processo de dinamização organizativa da Associação pudéssemos constituir um “pesquisador coletivo” que ao mesmo passo em que pensássemos, avaliássemos e direcionássemos coletivamente nossa organização política estaríamos realizando uma pesquisa-ação existencial (Barbier) para o desenvolvimento local (Dionne), simplesmente produzindo algo relevante. No entanto, o que me parecia tão obvio não se mostrou tão simples, pois questões de ordem das relações de poder estabelecidas à afetividade entremearam-se no processo gerando dificuldades não esperadas.

De qualquer forma por questões de dificuldades nas relações políticas e pessoais a pesquisa tomava outros passos conduzindo-se para outros sentidos, observando a necessidade de tempo e amadurecimento das conversas e das pessoas para cada proposta de trabalho a ser desenvolvida dentro da Associação.

Rio + 20 e a Cúpula dos Povos

Todos esses trabalhos e tentativas ao longo dos seis primeiros meses de 2012 geraram alguns desgastes pessoais e coletivos. Particularmente para mim enquanto pedagogo em processo de formação perceber o quanto é desafiador tentar trabalhar coletivamente sem perder a esperança e reconhecendo os limites que devem ser superados inclusive com a ajuda do tempo. O certo é que eu precisava de um tempo para me perceber longe um pouco da associação e talvez ela também se perceber longe de mim. Chegando o mês de junho a comunidade se preparava para ir à Cúpula dos Povos evento organizado por diversos setores da sociedade civil organizada em contraposição à pauta da “economia verde” tema discutido na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), a Rio+20, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Pensei na possibilidade de ir junto com a comunidade para tentar mais uma vez constituir o P.C. tendo a viagem ao evento possibilidade de vivenciar ricas experiências coletivas que se relacionavam com as lutas políticas da comunidade que ali entraria em contato com delegações e entidades de diversos movimentos. No entanto eu não estava em condições e percebi que sensato seria obedecer minha vontade de “descansar das relações”. Fui à “Cúpula” com a delegação da UnB com o objetivo de me encontrar com grupos de outros países, grupos que trabalham corporeidade, com os indígenas para me aproximar e conhecer segmentos desse grupo étnico, entrando em contato com índios Pataxó - BA, Xucuru Cariri – AL, Xavante – MT, Kalapalo – MT, Kamaiurá – MT, Ashaninka – AC, Lacota – EUA e com os negros brasileiros. Tudo isso além de fazer parte de uma busca pessoal se relacionavam com meus trabalhos no Quilombo Mesquita servindo neste momento de “descanso das relações” para ganhar oxigênio e inspiração para retomar as atividades.

Encontrei várias vezes com a delegação do Quilombo Mesquita em que se encontravam também Alisson Silva da Costa, Daiane, Bete e Elvira que me informavam das situações problemas enfrentadas por todo o grupo. Muitas pessoas não estavam devidamente contextualizadas dos objetivos destes eventos o que levou a pensarem que participavam de uma “excursão” promovida pela associação. Se por um lado o resultado foi a baixa participação, por outro, escancarava-se as contradições político-pedagógicas da Associação no sentido de mobilização e conscientização da comunidade. Neste espaço se repetiu e/ou se reproduziu o que acontece na comunidade de forma geral, baixa participação política na Associação. Recordo-me que em uma reunião 12 de maio de 2012 conversava com Sandra a respeito de mobilizar a comunidade para participar da vida política da Associação e registrei em meu “diário de pesquisa” sua fala: “Não há valorização da associação por parte da comunidade”. No entanto se a baixa participação da delegação nos eventos ocorridos no Rio de Janeiro também foram proporcionados pela falta de informação, a (des)valorização da associação por parte da comunidade também. Desta forma nós (militantes/colaboradores) chegamos a ponto de questionar mais incisivamente a condução dos trabalhos da Associação o que de certa forma poderia acirrar as relações principalmente por nós (militantes/colaboradores) não pertencemos a comunidade. Por outro lado também mostrou o quanto nossa relação com a Associação é frágil no sentido de que ainda não percebemos abertura para falar tudo que pensamos o que fragiliza ainda mais nossa união na luta política dentro da comunidade.

O que não esperávamos era o surgimento de reações dentro da comunidade por parte de sujeitos interessados em participar dos eventos ocorridos no Rio de Janeiro e que não conseguiram vagas nos ônibus pela falta de informações e de critérios para compor a delegação. Tendo retornado dos eventos na última semana de junho, na primeira semana de julho fui contatado pelo “facebook” por duas irmãs quilombolas estudantes da Universidade de Brasília, as duas primeiras a entrarem em uma universidade pública, Danusa Benedita Lisbôa (Agronomia) e Dalila Maria de Fátima Lisbôa (Serviço Social). Conheci-as nos meus primeiros contatos com a comunidade, elas sempre se demonstraram críticas às questões do quilombo, porém não se envolviam diretamente. Fiquei surpreso com o contato, pois estavam me convidando para apresentarem suas críticas e proposições a respeito dos processos organizativos e políticos da comunidade. A possibilidade da quarta tentativa de constituir o (P.C.) parecia estar sendo protagonizada agora por membros da própria comunidade!

4.4. O processo de formação do Pesquisador-Coletivo

Com o chamado de membros da comunidade para discutirmos propostas políticas encontrei terreno fértil para a proposição do P.C. que poderia nascer junto ao processo de constituição e organização deste “novo” grupo que se anunciava. Uma questão importante é que praticamente todo esse processo de organização desde o primeiro contato para agendarmos as conversas aconteceu por intermédio das redes sociais no caso “bate-papo” por correios eletrônicos e principalmente pelo “Face-book. A internet não é realidade para a maior parte da comunidade que praticamente não dispõe de telefonia fixa e móvel e a internet apenas está presente em algumas casa via rádio, mas já se constitui uma ferramenta auxiliar importante.

A primeira reunião articulada por integrantes da comunidade (as irmãs Danusa Lisbôa e Dalila Lisbôa) via “facebook”, me apresentaram a intenção de discutir ideias e propostas de atuações / projetos.

1º Reunião – Negociação e constituição do P.C.

Nesta primeira reunião ocorrida em 06/07/2012 estiveram presentes quatro quilombolas (Dalila Maria de Fátima Lisbôa, Danusa Benedita Lisbôa, Marta Magalhães Rodrigues, Danilo A. Magalhães) e eu. A pauta apresentada por eles neste primeiro momento se tratava de dois aspectos fundamentais para todo movimento social, Formação e Comunicação. Apresentaram as necessidades de estudos por parte da comunidade sobre as questões quilombolas e sobre a própria história/identidade do Quilombo Mesquita, de analisar as interpretações da comunidade sobre as ambiguidades da “tradição” e do “desenvolvimento”. Querem se articular com outros quilombos, compreender o processo de regularização fundiária, as políticas públicas voltadas para os quilombos e superar a falta de informações dentro da comunidade sobre todas estas questões. Em meio a estas discussões contextualizei minha inserção nas questões políticas da comunidade e lhes propus a leitura dos escritos de minhas experiências e estudos a respeito da comunidade para análise coletiva

na intenção de iniciarmos os trabalhos de “formação” e “comunicação” do próprio grupo com a comunidade. Neste momento negociamos a instituição do P.C. que se constituiria para se “formar” e “comunicar”, buscando se agregar a outros espaços comunitários em especial a associação e a escola. Assim organizamos um cronograma inicial para o mês de julho, nos dias 10 e 12 realizamos estudos, discussões do texto em elaboração deste TCC e propostas de atuação em conjunto com a “associação” e no dia 15 apresentação das ideias à Associação, pois a intenção se trata de construir os espaços de movimento político já existentes na comunidade com o cuidado de não gerar contraposições a princípio principalmente pelo fato do parentesco ser uma característica central dos quilombos e que tem forte repercussão nas relações políticas entremeando afetos e desafetos do campo doméstico para o público.

As relações de poder nos espaços públicos e privados e a delimitação destes espaços em uma comunidade parental é muito difícil de ser compreendida, pois se os parentescos geram “solidariedade” e “colaboração”, também geram conflitos que chegam a dividir os clãs familiares apagando socialmente o parentesco, tornando indivíduos que apesar da ancestralidade comum, se alheiam e disputam entre si. Isso fica nítido na relação dos descendentes quilombolas que lutam contra ou a favor do quilombo. No entanto é possível perceber também “distinções” sutis dentro destes dois grupos quanto a quem exerce a liderança. Outra situação, por exemplo, é que proposições de princípios da gestão democrática nos processos políticos do quilombo interferem diretamente em processos organizativos familiares onde a “autoridade” dos papéis sociais é baseada em outros princípios, não esqueçamos quais sejam os efeitos do condicionamento histórico desta comunidade à “autoridade” de senhores escravocratas e/ou de senhores latifundiários capitalistas que vivem “hospedados” em grande medida na consciência coletiva desta comunidade.

2º Reunião - Análise do texto em elaboração de meu TCC

Neste dia, 10/07/2012, somaram-se ao grupo Elvira e Elizabete Izídio. Com a formação deste “grupo” / “P.C.” buscamos envolver as pessoas que estavam militando, boa parte delas já mencionadas anteriormente, pois estava claro desde a reunião de “negociação” que estávamos buscando abrir um espaço de organização que envolvesse novas pessoas e as

que já estavam atuando e que isso repercutisse no aumento da participação da comunidade na “associação”. Neste dia realizamos uma “roda de diálogos”, que foi registrada em áudio e transcrita, a respeito do texto que eu vinha escrevendo sobre meus estudos e atuação na comunidade. O objetivo era saber em que medida o texto condizia com a realidade da comunidade, se os integrantes quilombolas haviam identificado nos escritos, o que o “grupo” pensava sobre as questões suscitadas pela leitura e, por fim, identificar os limites e as possibilidades, construindo proposições de atuação.

Transcrição do áudio:

Logo no início da conversa os questioneei quanto à linguagem do texto, se era suficientemente compreensível. Apenas dois integrantes manifestaram ter dificuldades, mas não esclareceram as motivações.

Questionei se estava compreensível a trajetória do texto:

Dalila: Você começa a falar da história, mas eu acho que valeria a pena você antes contextualizar quilombo. Contextualizar politicamente o quilombo como espaço de resistência, de luta. “Eu acho que valeria a pena dar essa contextualizada antes”. “Isso aqui é um material muito rico para os projetos que estamos pensando”. “Senti falta da sua bibliografia”.

Quanto às contribuições do texto e as relações com a realidade da comunidade:

Daniilo: “O texto é um ponta pé inicial”. “Achei fantástico”, “muito interessante”. “Eu acho que tem muito mais informação aqui dentro [no mesquita]. “Eu gosto de conversar com os mais velhos, tem muita história guardada aí, pessoas que agente pode ir atrás”, “tem gente que não conhece nada do mesquita, eu gosto de ouvir velho conversando”. “[o texto] contribuiu muito, acho que foi muito bacana, mas assim agente tem que preparar uma ideia mais objetiva, a sua história foi assim até Portugal, saber as origens”. “Eu acho que você tá no caminho certo, mas precisa a principio ser mais objetivo com a história nossa”.

Indaguei sobre o que ele sentiu falta no texto:

“Eu não consegui fazer essa ponte, mas a gente precisa ouvir mais pessoas, precisa fazer mais pesquisas, foi uma pesquisa bacana, faltou muito, eu já ouvi muitas pessoas, faltou um pouco mais de pessoas pra dar informações aqui pra gente [no texto]”.

Eu: “a história do Mesquita ainda não está registrada, eu entrei em contato com várias pessoas e é difícil porque não são todas que estão dispostas a falar sobre a história do Mesquita com pessoas de fora”. “O que eu tentei fazer foi buscar referências, existem muito mais coisas sobre Santa Luzia que sobre o Quilombo Mesquita, só que a partir de Santa Luzia agente consegue compreender algumas coisas, neste sentido eu concordo que o texto está mais cercado o Mesquita que tratando dele.”

Daniilo: “é chato falar de uma coisa sua por que a crítica...”

Wesley: “Não tem problema eu quero ser sabatinado”

Daniilo: “ainda bem que você entendeu”

Wesley: Mesmo o assunto “cercado” o que você entrou em contato que você ainda não tinha entrado em contato que serviu pra você compreender alguma história?

Marta: “tem informação [no texto] que eu nem sonhava em saber”. “Praticamente tudo, fiquei admirada de saber que Luziânia era chamada de Santa Luzia”.

Daniilo: “O que você colocou é o que todo mundo escuta”.

Marta: “É o que agente cresceu e ninguém aprofundou mais... As três mulheres que ganhou a terra”.

Daniilo: “Essa história de Luziânia...”

Eu: “Eu tentei ir um pouquinho além... o porquê o mesquita existe? Porque Luziânia foi criada a partir da economia do ouro. Como funcionou esse sistema econômico baseado no tráfico negreiro na escravidão? Compreender o que foi de fato o sistema escravocrata no Brasil que trouxe uma centena de milhares de negros para o Brasil para trabalhar inclusive aqui nesse lugar onde estamos... Como isso se deu? É muito simples chegar e dizer: os negros foram escravizados durante quatro séculos no Brasil, Porque e como? Quais foram os caminhos que os negros tomaram pra não permanecerem nessa condição? Os Quilombos”.

A conversa ia fluindo inicialmente de acordo com os temas levantados pelo texto.

Sobre a escola:

Daniilo: “A escola declarou que é quilombo já é alguma coisa”.

Danusa: “Senti falta da minha escola D. Jorgina. Faltou falar sobre a existência de outras escolas na comunidade”.

Bete: “O Danilo conseguiu ouvir histórias da comunidade por ele é da comunidade e tem uma abertura que o Wesley já não tem. A visão de vocês é ampla desse universo aqui. Vocês são ricos de informações que nesse bate papo vai ser enriquecedor para o trabalho, e para o “movimento” vai ser super importante para documentar”.

Aqui pela primeira vez em mais de um ano e meio de contato com a comunidade e com as pessoas que durante o trabalho vim chamando de “colaboradores”, pois assim a associação nos denomina, ouvi o termo “movimento” no sentido político da expressão.

A conversa não necessariamente esgotava os pontos abordados e aleatoriamente alguém puxava outra reflexão.

A religiosidade no Quilombo:

Dalila: “Você fala em sincretismo religioso, aonde aqui no mesquita?”

Eu: “Isso é algo que tá ainda muito velado, por exemplo professores me falaram que aqui no mesquita há práticas religiosas de matriz africana, até agora não entrei em contato”.

Dalila e Danusa debatem sobre pessoas conhecidas na comunidade que se declaram católicas, mas que em suas casas tem outras práticas religiosas.

Danilo: “A dificuldade é essa, como ela vai levantar a bandeira: eu sou macumbeira aqui dentro do mesquita? Ela não vai falar isso jamais... Ela faz o que faz e vai pra igreja pra tentar passar uma imagem”.

Bete: “A pessoa não se sente a vontade para declarar: eu sou!”.

Eu: “Vou tentar fazer uma mediação: estamos no Século XXI, julho de 2012, e a gente a partir de uma fala aqui que existem pessoas que fazem seus cultos para não serem julgados. A Constituição Federal de 1988 ela resguarda a diversidade religiosa, para que as pessoas não sejam alvo de preconceito religioso. Essa prática de ir a igreja pode ser para manter uma imagem ou não. Quando os negros chegaram ao Brasil tinham outras referencias religiosas, espirituais. E vieram para um país colonizado pelos portugueses católicos que impuseram inclusive a religião. O que os negros fizeram? Sincretismo religioso. Vários santos católicos fazem referencia a divindades africanas.

Danusa: “O grande problema aqui do mesquita é que o candomblé é visto como uma religião do mal. Macumba é um instrumento musical...existe este preconceito”.

Eu: “existe aqui no Mesquita terreiro?”

Danusa: “É bem velado!”

Danilo: “Meu tio tinha terreiro e funcionava até a morte dela há 3 anos atrás, mas a família dele continua na prática. Ele associava as duas religiões, ele dava pouso!”

Eu: “Porque acontece isso que Dalila falou das pessoas associarem essas práticas as coisas amaldiçoadas?”

Danilo: “O que foi ensinado é que é do mal, a cultura é essa?”

Marta: “Tem pessoas que vivem enfurnadas dentro da igreja e que procuram outras práticas”.

Elvira: “Nasci no catolicismo, hoje eu tô na umbanda, passei pelo cardecismo, estudando outras religiões, hoje eu estou na umbanda onde me sinto bem, onde sinto a minha raça, onde me identifico”.

Dalila: “quando eles vão buscar em outros lugares, eles tão buscando...se não tá dando no catolicismo vou em outra fonte...”

Eu:” Como a gente pensa essa questão da religiosidade associada a identidade quilombola? Agente constata uma questão, os quilombolas desconhecem suas origens, nesta terra, neste local, quanto suas origens além mar. Se desconhecem sua origens aqui de pelo menos 265 ano que é a idade de Luziânia, mas também origens na África...Se práticas religiosas de matriz africana é negada no mesquita, estão negando parte de suas origens, de suas identidades. A comunidade nega ou desconhece suas origens históricas, a África, nega suas origens étnico-raciais, sua origens culturais. Se eu trazer um tambor aqui pra toca ritmos africanos, como os vizinhos vão interpretar?”

Danusa: “Amanhã agente não entra na casa de ninguém, tá praticando macumba”.

Eu: “A partir dessa discussão que começa na religião, na negação e desconhecimento de suas origens podemos chegar a um ponto que é encontrar quilombolas que não saibam o

que é ser quilombola, por negar e/ou desconhecer suas origens culturais, musicais, religiosas, etc..”

Dalila: “Mas o que acontece aqui no Mesquita são pessoas sem referências por isso que nós propomos as oficinas [projeto com a comunidade]. Oficinas para explicar sobre o que é quilombo...”

Eu: “E se fizermos um oficina de música com ritmos africanos”

Dalila: “Não podemos chamar o povo pra tocar tambor, vamos ser excomungados”.

Daniilo: “A música não pode estar em primeiro plano”.

Danusa: “Pra poder introduzir o tambor vai ter que demorar muito”.

Eu: “Como que agente trabalha a resistência? Pra trabalhar determinadas coisas agente vai ter que resistir”.

Dalila: “Olha vamos ter um trabalho árduo e penoso”.

Daniilo: “A princípio não vamos tratar de religião”.

Bete: “Eu quero conhecer os evangélicos da comunidade, tem uma separação e eu fico tentando entender por quê?”

Dalila: “Tem uma total separação entre a rua dos evangélicos...”

Dalila se refere a “rua dos evangélicos”. Há dentro da comunidade um forte movimento de cisão religiosa que já se expressa territorialmente.

Dalila: “O canal de disseminação de comunicação aqui é igreja católica. Tinha padre que queria acabar com a folia, mas Evandro não deixou, aí separou!”

Eu: “A igreja católica, a escola e associação são os centros de comunicação da comunidade”.

Dalila: “O grande problema é que uma religião fica criticando a outra”.

Bete: “A questão é de respeito independente da religião. Essa questão do movimento aqui é em torno do bem comum diante da comunidade independente da religião que professe”.

Daniilo: “Para isso nós vamos ter que falar uma língua comum. O mais interessante é isso que está acontecendo no grupo, cada um tem sua religião”.

Eu: “tem pessoas evangélicas que assumem ser quilombolas?”

Daniilo: “Eu!” “Celinir e a mãe de Sandra”.

Eu: “Trabalhar no mesquita respeito as diferenças”.

A conversa continuou, mas a gravação que era feita em um aparelho celular foi interrompida sem que percebêssemos. Não houve muito prejuízo, pois com o adiantar da hora basicamente encerramos propondo atividades para o grupo sendo elas: Pensar e discutir a organização política da comunidade relacionada às questões abordadas na análise do texto principalmente centrada na religiosidade e estudar as melhores formas de pesquisar a história oral da comunidade.

3º Reunião - Estudos e Proposições

Em todos os encontros levei panfletos de jornais sobre a comunidade, encartes do MDA para quilombos, editais para comunidades quilombolas, panfletos de cooperativas, estatuto da igualdade racial, livros, vídeos, etc. Neste encontro, ocorrido em 12/07/12, ninguém apresentou mais considerações a respeito do “texto” debatido no encontro anterior, era perceptível a ansiedade em formular as proposições e pensar na forma como iria ser conduzida a conversa com a Associação.

Foi firmado que a conversa seria no intuito demonstrar que o interesse é “somar”, participando da vida política da associação e que para isso iríamos apresentar propostas de trabalhos que já poderíamos começar a desenvolver.

As propostas pensadas foram:

- Comunicação – Pontos de Internet na comunidade, na escola que já dispõem de laboratório de informática e criação de meios eletrônicos de comunicação com o intuito de se articular com outras comunidades, criação de sítio eletrônico / “site” pra comunidade.

- Trabalho com escola – Colaborar com produção de materiais didáticos e pesquisa da história oral, a partir dos trabalhos do P.C. envolvendo membros da escola-associação-comunidade.
- Campanha de plantio de marmelo, buscando apoio do Ministério da Desenvolvimento Agrário / MDA – Selo Quilombola.
- Projetos culturais com exibição de vídeos / filmes sobre preconceito racial, discriminação.
- Conhecimento dos direitos e acesso a políticas públicas em diversas áreas com a cota quilombola para energia elétrica.
- Campanhas de informação sobre como funciona o processo de identificação, certificação e titularização dos quilombos e informando o estágio do processo de regularização fundiária da comunidade.

Esses pontos iniciais estariam sendo propostos para a associação junto à entrada / participação dos quilombolas e do “grupo” de forma geral na associação, pois a intenção é manter os espaços de estudo/reflexão coletiva como continuidade do P.C.. Neste dia também assistimos vídeos da coleção “a cor da cultura” que tratavam da formação dos quilombos e da religiosidade afro-brasileira.

4º Reunião – Apresentação das ideias do grupo / Pesquisador-coletivo à AREME (Associação Quilombola)

Esta reunião ocorrida em 15/07/2012 representava um movimento muito interessante no contexto político da comunidade em que a baixa participação na Associação é a tônica. Primeiro, pelo fato de ser resultado da mobilização de membros da própria comunidade envolvendo outros “agentes” para atuarem neste espaço de representação. Segundo, porque exigiria dos dirigentes da associação “abertura” política e confiança, pois a participação de novos sujeitos requer “descentralização”, “compartilhamento” de “poder”, “transparência” quanto aos processos políticos-administrativos e conseqüentemente processos mais democráticos / coletivos para possibilitar participação política qualificada de todos os envolvidos. Com estas considerações não quero dar a entender que a associação seja “sectária”, mas contradições desta natureza fazem parte do imaginário político de nossa

sociedade, da cultura política brasileira, fortemente marcada pelo personalismo, fisiologismo e autoritarismo de diferentes formas e intensidades, que se manifestam inclusive em setores / sujeitos que se colocam a lutar por perspectivas revolucionárias.

A reunião ocorreu na casa de Sandra Pereira Braga (presidenta da AREME) e estiveram presentes sua mãe D. Euclídia, suas irmãs Celenir Pereira Braga e Célia Pereira Braga, e nós proponentes da reunião, Danilo A. Magalhães, Marta Magalhães Rodrigues, Danusa Benedita Lisbôa e eu. Nesta condição eu continuava participando na função de “colaborador” / “parceiro”, pois dentre os assuntos iríamos tratar da entrada de novos integrantes quilombolas na associação, processo que acompanho, mas que não pretendo ocupar espaços dos “quadros políticos” da comunidade.

A conversa foi aberta pelos colegas quilombolas que contextualizaram nosso processo de discussão, organização e intenções de atuação na associação. Desde o início colocando que a intenção é “somar” ao movimento já existente na comunidade. Basicamente se conversou sobre os processos e mecanismos de comunicação dentro da comunidade o que já evidenciavam processos “centralizadores”, não no aspecto positivo que possa ter como, por exemplo, a associação se tornar a central de comunicação da comunidade, o canal de informações, sendo uma fonte segura, objetiva e mobilizadora. No entanto, esta “centralização” pode estar assumindo um caráter canalizador das informações sem propagação pela comunidade. Se por um lado pode ocorrer para manter as relações de poder entre “lideranças” e “liderados” isto é algo que não está claro e que esta análise requer demasiado cuidado e maturidade de quem porventura faça a crítica ou as receba.

Eu tentei, creio que de forma pouco exitosa, fazer uma mediação no sentido de que toda essa necessidade expressada pelos colegas quilombolas de formação / informação devem fazer parte do processo de formação e organização das atuais lideranças e das futuras lideranças em torno da construção de um “projeto de comunidade”. Embora hajam diversas iniciativas na associação em minha opinião elas ainda não estão devidamente articuladas na forma de organização de um projeto comunitário, convertendo-se em ativismo, e neste sentido o “projeto comunitário” não quer dizer simplesmente algo que se volta “para” ou “sobre” a comunidade, mas que parta da comunidade que projeta coletivamente o seu futuro, correndo os próprios riscos assumidos coletivamente e não os riscos das mais profundas, inteligentes e bem intencionadas que sejam as projeções de um pequeno grupo de lideranças. Coletividade pensada em processos amplamente coletivos, sem “dirigismo”, não pensada por uma pequena

fatia que se julga “saber” ou “poder” pensar o presente e o futuro. E para tal é preciso que as lideranças comunitárias criam profundamente em sua comunidade e na capacidade que ela tem de pensar e agir corretamente também. Paulo Freire nos diz do caráter eminentemente pedagógico da revolução algo do qual a transformação radical das estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais do Quilombo Mesquita não poderá fugir e no que se constitui um elevado desafio! Desafio este que me insiro e que coloca constantemente à prova minha capacidade de pensar, agir e crer nos processos deliberados de transformação.

Esta reunião, no entanto, acabou por ser convertida em assuntos “eleitorais” devido ao processo de organização da campanha eleitoral de Sandra Braga que se candidata nas eleições municipais de 2012 a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores – PT. E a aproximação intentada por nós foi interpretada como apoio à candidatura em voga. A princípio o apoio à candidatura é unânime entre os militantes na comunidade, mas algumas questões merecem ser debatidas e entendidas por todos que se colocam a apoiar como as contradições presentes no partido da candidata nas esferas nacional a local, contradições aparentemente contidas na organização da candidatura e campanha eleitoral da candidata quanto a apoios e coligações, princípios e estratégias, pois esta candidatura é muito importante para os rumos políticos da comunidade e do município. Esta foi a avaliação que fizemos ao sair da reunião, via “facebook” o que tornava muito veloz e intenso o tempo e qualidade de nossa comunicação. Toda via, não adentrarei estas questões eleitorais em virtude do recorte histórico deste trabalho e por se tratar de questão em demasiado polêmica e ainda em aberto para fazer análises mais consistentes e com a ponderação necessária. O fato é que a campanha eleitoral tomou praticamente os espaços, convertendo toda construção política em bases eleitorais o que nós exigiu dar tempo ao tempo.

5. Considerações Finais

Formação de minha identidade pessoal, cidadã e profissional.

A realização deste trabalho implicando todos seus processos possibilitaram de forma pouco mais profunda perceber-me no exercício de minha formação pessoal, cidadã e profissional. A orientação que sigo com convicção intelectual das perspectivas “humanistas” e não “humanitarista”, que devem consistir em postura autenticamente revolucionária como argumentado por Paulo Freire, se constitui desafio grandioso.

À medida que problematizo o mundo ao meu redor tenho como parte do efeito a problematização de minha própria vida objetiva e subjetivamente. Neste momento, percebo que meus anseios por liberdade não partem somente de minha resistência às forças opressoras existentes na sociedade, mas também de tais forças situadas em meu íntimo que em parte é desconhecido por mim mesmo. Passo a identificar “hospedes” opressores de minha consciência, mas também como eles se tornam ou eu os torno “donos” da casa de minha consciência, integrando-se a minha postura diante do mundo. De oprimido passo a opressor e isso quase sempre se dá de forma tão simbólica, sutil e “inconscientemente” que a “consciência” pouco tem noção e percepção imediata das atitudes e dos sentimentos incrustados de “negatividade”.

Isto se trata da repercussão do fenômeno de sermos produto e produtores da realidade. Reconhecendo isto, assumo que dentro de mim há disputa de forças contraditórias, com as quais tenho que dialogar e conscientizar-me da existência delas para me posicionar. Não se trata de esquizofrenia, mas de reconhecer o mosaico formador de minha identidade e de tornar meu “eu” central detentor de minha expressão. Esse diálogo que deve ocorrer consigo mesmo, no processo de individuação, deve ocorrer também nos processos de socialização, diálogo do sujeito com o mundo.

E neste processo em que fui entrando em contato com várias contradições particulares, percebendo que ignorava a história da região onde nasci e vivo, que não conhecia nem sequer territorialmente o meu município, que não sabia o que se passava em sua organização social e

política, o que foi se modificando com a postura investigativa que me integrava a minha própria realidade passando a desvelar minha história enquanto pessoa, desatando nós e percebendo elementos presentes em minha identidade que eram negados ou desconhecidos por mim. Hoje estou mais consciente e presente em mim, em minha classe social, minha estrutura familiar, em minha cidade e conseqüentemente meu papel enquanto cidadão se aprofunda e marca cada vez mais os caminhos de minha atuação profissional como educador popular.

Este retorno deliberado ao meu lugar de origem me fez perceber referências tão singelas em meu viver doméstico e comunitário, em que essas dimensões se fundem em minha vizinhança. Percebi o valor do companheirismo e da vivência comunitária que eram tão tímidas e comedidas durante os 5 anos que morei em Brasília (N. Bandeirante, UnB e Asa Norte) para estar próximo a universidade. Vi que minhas buscas na “cidade grande” o que representa Brasília diante da ainda interiorana Cidade Ocidental me proporcionavam um referencial de “cidade” e de modo de viver que não encontrava no meu município o que me fazia negar este lugar e fugir dele. Desta forma as justificativas de ter que buscar fora o que não havia em meu lugar iam se conformando em negação e fuga de minha realidade o que me fazia ter uma visão restrita e enganosa.

Em contato com os jovens do Mesquita percebi nas conversas que eles buscam referências fora de seus espaços o que é muito importante, assim como foi e é para mim, desde que não se enganem como eu me enganei deixando de ver a grandiosidade de nossas formas de viver que por serem tão comuns as banalizamos ou abandonamos. Tive que ter a experiência de morar fora para perceber que se nos faltam em nossa cidade teatros, cinemas, parques, escolas e universidades, esbanjamos CONviver o que pode nos permitir criar o que quisermos desde que lutemos juntos.

Nesse auto(re)conhecimento fui assumindo minha identidade de morador do entorno do DF, seus problemas e virtudes. O contato com o povo do Mesquita, foi algo que aprofundou minha dimensão humana, com eles tenho me educado, aprendendo a ser humilde, a respeitar, ser atencioso e cuidadoso com os outros e principalmente a partilhar festa, trabalho e pão. Ao buscar me situar historicamente na comunidade pude conhecer mais a história do meu município, do Planalto Central e do Brasil, tornando-me mais brasileiro e universal no convívio com esta comunidade.

Disciplina: tempo para si e para o mundo e o tempo da Pesquisa-ação existencial.

Pontos Negados

Ando na contramão
Carros, objetos e pessoas disparam contra mim.
Desvio como quem conhece a estrada
Ou simplesmente caminha nos ladrilhos da sorte
Questiono a direção dos passos,
Mas a firmeza no andar me faz crer
Na generosidade da vida
Que me ilumina
Amanhecendo, clareando o céu de dúvidas
Da minha cabeça.

Nos encontros com meu corpo, pensamento, linguagem e afetividade, deparava-me conflitante com o “cronos” social. Qual o tempo a dedicar aos estudos e trabalhos, a estar com a família, com os amigos, a fazer música, a dançar, se exercitar fisicamente, dormir, namorar, estar só, descansar e meditar. Em busca de me encontrar no tempo, de estabelecer relação saudável, entendendo minhas lerdezas, ansiosidades e verdadeiras vontades, me deparo com o tempo voando, a superficialidade e fluidez das relações.

Não queria pegar o ônibus no “horário de pico”, queria ver o sino da igreja tocar as 6 da tarde, ver as pessoas passarem na praça do Museu e junto da Juventude e da dona Maria do Socorro, duas senhoras que iam pra missa na Catedral, contemplar o pôr-do-sol, conversar e tornar a vida em Brasília mais viva e bonita. Foi assim que surgiu esse poeminha “pontos negados” que por mais interessante e bonito que possa ser foi por essas e outras que tive “negados” ou retirados “pontos” na escola, na faculdade e na vida de forma geral. Vagabundo! Possivelmente, mas que seja então possível trabalhar para viver e não ao contrário. E que sejamos inteligentes o suficiente para aproveitar os intervalos que existem apesar do mínimo regulamentar de 8 horas diárias de trabalho e 4 horas dentro do transporte público.

Todavia, qual o tempo a dedicar ao trabalho de pesquisa-ação existencial, reconhecendo o tempo dos outros sujeitos envolvidos e meu próprio tempo como pesquisador em formação? Por vezes me cobrei por estar contemplado o pôr-do-sol enquanto o mundo está ao avesso, quando meu próprio pai não tem tempo para isso, como os trabalhadores deste país de forma geral. No entanto, essa cobrança que me impulsiona a correr, a lutar com ânsia,

leva-me a desgastes e mostra que o tempo também exige tempo. E quanto tempo temos para dar ao tempo? Quanto tempo o tempo nos reserva?

As dificuldades de realizar a Pesquisa-ação existencial

A questão do tempo levantada anteriormente agora se remete especificamente aos procedimentos técnicos da pesquisa-ação existencial em que se reconhece a temporalidade, os conflitos e as mediações na abordagem do objeto, na co-construção do objeto e na efetuação do objeto (BARBIER, 2007) expresso por (DIONNE, 2007) em quatro fases: identificação pelo coletivo das situações iniciais, projeção das ações (objetivos e planejamento), realização das atividades previstas e avaliação dos resultados. Ambos procedimentos pensados de forma dinâmica e cíclica. No caso deste trabalho o passo inicial que se trata da formação do “pesquisador-coletivo” acabou por se constituir em tarefa demasiadamente desafiadora ao passo que ao tentar cumprir o objetivo ainda na graduação de realizar um trabalho de “pesquisa-ação existencial”, basicamente não passei dos primeiros passos.

No entanto, foi de extrema importância me lançar a esta metodologia para encarnar os desafios de viver e trabalhar coletivamente, mesmo correndo os perigos apontados por (BARBIER, 2007) ao dizer dos riscos institucionais para aqueles que se preocupam com a carreira acadêmica pelo fato da pesquisa-ação estar longe ser o caminho mais rápido de ser “bem-sucedido” no mundo acadêmico e os riscos pessoais em virtude da intersubjetividade. Com este trabalho percebi o quanto é simples fazer trabalhos “científicos”, aplicar questionários, quantitativos ou qualitativos, reunir entrevistas, documentos, consultar literaturas etc, “montar”, “fabricar” um trabalho acadêmico que por mais que descreva, aproxime-se da realidade, não age para transformá-la, virando pretensiosas receitas de mudanças a serem aplicadas.

Agora como tem se mostrado desafiador para mim enquanto pessoa e profissional realizar uma trabalho que parta da base, do convívio pessoal, político e cultural do grupo em que o educador participa. É muito fácil dizer como deve ser, projetar e julgar em texto acadêmico ou na pretensiosa autoridade que a maioria dos profissionais/professores se arrogam, empurrar garganta ou mente abaixo das pessoas aquilo que acham que deve ser.

Como partir juntos e chegar juntos a determinadas questões e situações, construir um trabalho juntos, respeitando as diversidades, os potenciais e as limitações? Como realmente trabalhar numa perspectiva transformadora? Quero dizer minimamente de trabalhar a educação como prática da liberdade!

Dificuldades de constituir o “pesquisador-coletivo”: sua orientação e procedimentos

Hoje percebo que a dificuldade da formação de um grupo que constituísse o “pesquisador-coletivo” se origina de uma série de questões como a dificuldade plasmada em nosso processo de formação social de trabalharmos e pensarmos coletivamente, esse me parece ser um aspecto primordial, mesmo se tratando de relações estabelecidas em uma comunidade quilombola com tendências mais coletivas. Outro se dá pelo fato de que eu como “pesquisador em profissionalização” fortemente marcado por uma postura militante e por uma característica pessoal de tomar iniciativas que podiam em alguns momentos se converterem em posturas “vanguardistas” e por isso pouco compreensíveis e que no pior das hipóteses me colocariam numa postura falsamente intelectual como quem por estar “conscientizado” se coloca a frente da realidade. Isto ocorre, ainda que de forma comedida, por minha ânsia em servir a sociedade/comunidade o que resultou, no caso, na falta de compreensão estratégica de perceber a necessidade de ir firmando o coletivo em torno da proposta de trabalho de pesquisa-ação existencial.

Esta dificuldade se dava principalmente pela falta de compreensão dos procedimentos metodológicos que apesar do referencial permaneciam em aberto. Em nenhum momento acreditei que os procedimentos técnicos orientados pelo referencial se tratavam de um manual, mas os entendia como contributos importantes. Os “temas geradores” foram o caminho metodológico que eu segui para abordar o objeto a ser alvo da pesquisa-ação existencial o qual deveria ser co-construído a partir do desvelamento da realidade em problematização em que todos os integrantes do grupo se exercitam enquanto sujeitos cognoscentes. A organização deste processo assumiu características próprias que se aproximavam ou se distanciavam das estruturas pensadas por Barbier (2007).

Quadro 1 – O procedimento da pesquisa-ação predominantemente existencial

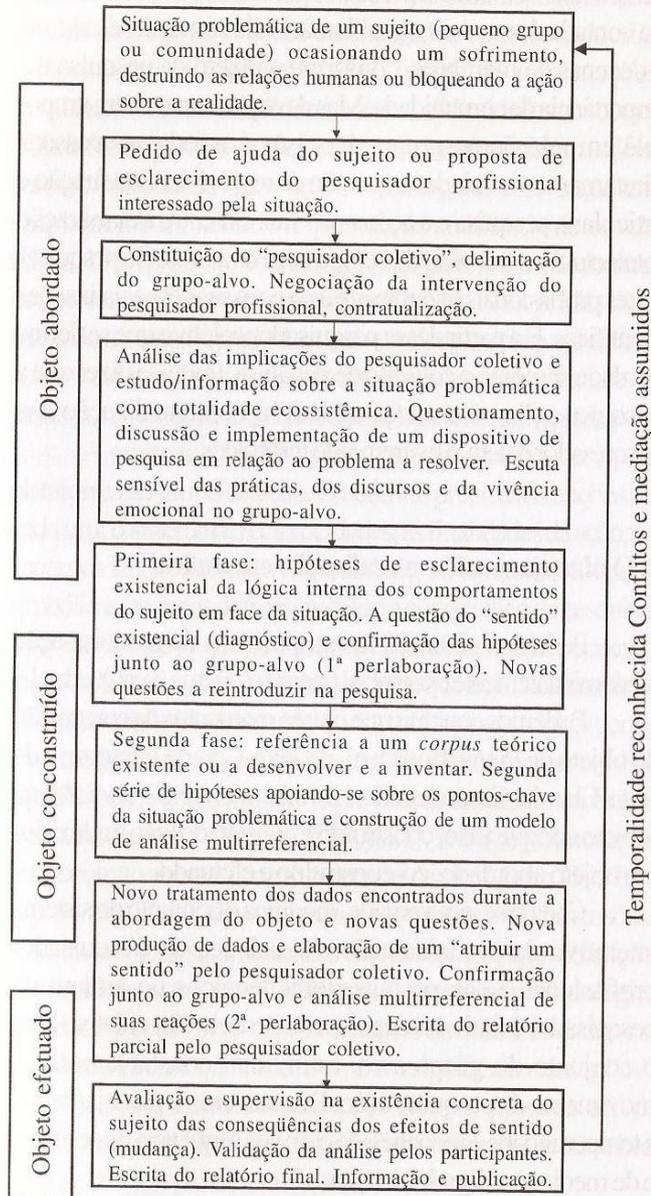


Ilustração. 39. Procedimentos da pesquisa-ação existencial. Fonte: (BARBIER, 2007)

Ao referenciar-me por este fluxograma, por vezes, não o compreendia na prática que vinha exercendo, pois haviam contradições. A “efetuação do objeto” parecia ser inalcançável para quem estava há meses buscando construir a situação inicial. E, também, uma confusão ocorria, pois ao buscar constituir o pesquisador-coletivo percebia que de alguma forma este ciclo de abordagem, co-construção e efetuação do objeto ocorria. Então a concretização do ciclo não parecia mais inalcançável, mas de que há ciclos de síntese a todo momento e que

são elas que possibilitam este movimento maior expresso por Barbier. Assim, passei a ter maior clareza dos procedimentos da pesquisa-ação, percebendo que os horizontes de mudança estão bem mais pertos do que podia imaginar e do que podia orientar aos integrantes do grupo.

Hugues Dionne de forma mais sucinta propõe este fluxograma:

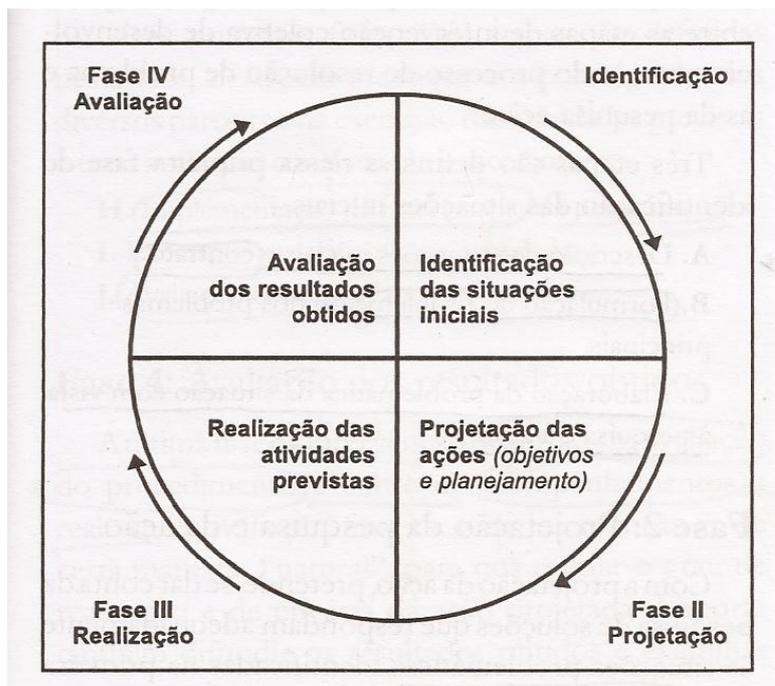


Ilustração. 40. Ciclo de uma intervenção planejada. Fonte: (DIONNE, 2007)

Com isto entendi que o processo de constituição do pesquisador-coletivo já representava e justificava em si o processo de pesquisa-ação existencial. A formação do P.C. não é meramente uma parte a ser realizada nos procedimentos da P.A. existencial. O ponto inicial é a força motriz da pesquisa-ação que se dá em conjunções de sínteses.

Outro aspecto interessante é que esta aventura na pesquisa-ação existencial fazia-me perceber as inconsistências e incoerências de minha formação. Primeiro, ficava nítido a necessidade de minha postura como orientador deste processo, afinal, sou o “pesquisador profissional em formação” e proponente do pesquisador-coletivo, mas como ainda estava percebendo e entendendo esta proposta metodológica de forma prática não conseguia orientar o grupo de forma substancial. O fato de não encarar as referências como manual, colocavam-me diante de uma abertura metodológica importante para a originalidade e autonomia das escolhas de caminhos, mas isto desafiava minhas capacidades criativas de propor métodos, de

ser didático e de teorizar, o que gerava inseguranças e confusões que somadas a relatividade do tempo do grupo e de cada um dos integrantes, ocasionavam tomadas e retomadas do trabalho.

Das tentativas de formar o P.C.

A primeira tentativa de formar o P.C. na escola era muito rica em possibilidades, pois certamente haveria uma repercussão imediata, mas as dificuldades institucionais já relatadas anteriormente se apresentaram o que foi muito importante para todos nós (estudantes estagiários e professores da escola) atentarmos para a questão da gestão do sistema de ensino público municipal e da própria escola, que são enfrentamentos que apenas podem ser respondidos com organização política. Outra dificuldade estava no fato de que nós como estudantes estagiários ao propormos a ideia de trabalho com os professores requeria que explicássemos as motivações, as fundamentações e os objetivos da proposta o que parecia ser de certa forma interpretado por alguns professores como se nós “estagiários” estivéssemos querendo ensinar o “quê fazer pedagógico”, mas tínhamos conseguido adeptos à proposta o que nesse sentido é importante para retomarmos esse diálogo com a escola tendo que vista que com as eleições municipais poderão haver mudanças na gestão municipal e também pelo fato de em julho de 2012 uma professora quilombola ter assumido a direção escolar.

Quanto as duas tentativas de instituir o P.C. durante a atuação com a “Associação” da comunidade outras dificuldades foram elementares. A primeira com o grupo de adolescentes não engrenou pela questão do tempo da própria comunidade que é repleta de festejos o que dificultou o trabalho de forma contínua com os jovens que são inevitavelmente atraídos para os eventos. Já a segunda percorrida nos espaços políticos da associação apresentaram outros desafios e colocaram principalmente a identidade profissional do pedagogo em questão, especificamente o seu fazer pedagógico no contexto não-escolar, no caso o movimento quilombola local.

Para propor o trabalho de pesquisa-ação dentro da Associação fui abordando o grupo que a compõe a medida que me aproximava e passava a atuar em suas frentes. Imaginem quantas as possibilidades de temas geradores para que pudéssemos nos dedicar a trabalhar na

resolução de conflitos comunitários. No entanto, o problema que mais saltava aos nossos olhos (grupo de militantes colaboradores) que não somos da comunidade era a baixa participação da comunidade na associação e queríamos pensar isto com os membros da associação. A responsabilidade da baixa participação não poderia ser atribuída somente a população sem que considerações a respeito de seu histórico-social fossem analisadas pela associação, assim como ela não poderia se furtar de sua responsabilidade de formação política da comunidade. Se atualmente a centralização política na figura das lideranças pode ser justificada pela baixa participação, por outro lado, passa a não se justificar se não trabalham para que mais pessoas se envolvam.

Esta é uma questão muito delicada que pode ser gerada ou pelo apego ao poder de fazer as coisas por si só, não se dando ao complexo e difícil exercício democrático tão pouco conhecido em nossa cultura política e/ou pela falta de compreensão política de lideranças que mergulham de cabeça nos afazeres demandados pela militância e que podem acabar por deixar de lado a formação de novos companheiros para partilhar a luta.

Esta reflexão remete-me a história contada por Paulo Freire na palestra “Amílcar Cabral - O pedagogo da revolução”, realizada na Faculdade de Educação da UnB em 1985 (COUTINHO, L. M. 1985) em referência a atuação dele nos movimentos de libertação das ex-colônias portuguesas na África. Em uma das passagens Freire relata uma história em que Amílcar estava no campo de batalha avaliando o processo de luta e que em certo momento disse aos seus companheiros: “Eu preciso retirar duzentos de vocês da frente da luta, para mandar para outra frente de luta”, dizendo que os mandariam para um Instituto de Capacitação, para depois levá-los para atuar nas zonas libertas como professores. Um guerrilheiro questionando argumentou: “Mas camarada Amílcar, esse negócio de educação fica pra depois”, e continuou: “Eu pensava que o camarada Cabral ia trazer para cá mais duzentos guerrilheiros, e não tirar duzentos de cá”. Cabral pergunta a ele porque acha que não está certo, e o guerrilheiro diz: “Porque a gente não pode perder essa guerra”. Finalmente, Amílcar respondeu: “Mas é exatamente para não perder a guerra, que eu preciso de duzentos de vocês”.

Isto exemplifica bem o que pretendo dizer ao movimento quilombola! Não há o que esperar para envolver toda a comunidade nestas lutas que já se iniciaram no plano institucional pela afirmação da identidade étnico-racial e pelo território, mas que sem a compreensão e o envolvimento de todos poderá correr o risco de ver esse projeto parado nas

gavetas do governo como indicam os dados. E para isto é necessário se por a pensar e fazer coletivamente a organização política da comunidade. Creio que minhas investidas neste sentido não eram de todo bem compreendidas ou aceitas e não entendo por que. Penso que alguma questão relacionada à estrutura de poder dentro do quilombo ou especificamente dentro da Associação gerava este entrave.

Um primeiro aspecto é que instituir o P.C. dentro da Associação refletindo sua organização e atuação, demandaria um exercício crítico de todos os envolvidos e uma horizontalidade para que todas as questões pudessem ser colocadas com franqueza. O primeiro passo seria que pudéssemos encarar o movimento como espaço onde se dão processos de ensino e aprendizagem, reconhecendo seu caráter pedagógico e para isso deveríamos instaurar o diálogo de forma honesta e confiante com os quais testemunharíamos nossas reais intenções. Sei que isso geraria mudanças na estrutura política da Associação, mas elas seriam no caminho do maior envolvimento e compreensão da comunidade em torno de sua entidade representativa e de suas lutas. Não acredito que pudessem pensar que nós (grupo de colaboradores) estávamos a querer ocupar um determinado espaço de liderança, que, colocasse-nos acima ou que estivéssemos assumindo uma postura como quem quer “mandar na casa dos outros”. Especificamente desde os primeiros contatos coloquei-me a fazer junto e sempre busquei deixar claro que minha atuação no quilombo é por um compromisso militante, compromisso este que pode me levar em determinado momento para outros lugares. Afinal, trabalhos coletivos não geram dependência e sim seu contrário.

Estas reflexões expressam minha opinião sobre como percebo a condução do movimento local e que foram compartilhadas com o que vim a todo momento chamando (grupo / militantes colaboradores) e que tentava de forma eufêmica tratar com os membros da associação, mas não encontrava espaços suficientes para aprofundar. Acredito, sobretudo, que esta questão ainda não foi encarada por todos nós, e que ela seja fruto da inexperiência do movimento.

Quanto à identidade do pedagogo no espaço do movimento

Tento entender essas relações conflituosas também ao analisar a identidade do profissional do pedagogo. Pela diversidade de concepções e práticas pedagógicas não se pode falar em uma identidade, mas existem preceitos legais que normatizam a atuação e qualificação deste profissional que tem a docência como base de sua atuação, compreendida como ato intencional e sistemático integrado a gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares.

Acredito que as interpretações equivocadas sobre esta profissão que reduzem este exercício ao ambiente escolar das séries iniciais do Ensino Fundamental, também, pouco compreendido e valorizado, possam certamente ter gerado confusões sobre a interpretação de minha atuação fora da escola, no caso na Associação.

Poderia ser entendido como se estivesse fazendo qualquer coisa que não fosse também minha função profissional, estando lá simplesmente como ativista/militante/parceiro, mas não como um profissional em formação e neste sentido minha atuação no movimento como pedagogo / docente era algo a ser debatido, compreendido e negociado. No entanto, inicialmente não percebi esta necessidade, principalmente, por não conseguir estabelecer limites entre o que seja meu exercício militante/cidadão e o profissional. E é, justamente, esta incompreensão a respeito do “que fazer” do profissional pedagogo que teve implicações incisivas. Ao não distinguir o que é militância, o que é profissão, perdia-me também. As conexões são extremamente lógicas tanto que tenho dificuldade de enxergar as especificidades ou tenho dificuldades por pretender especificá-las. E foi exatamente isso que ocorreu. Tornei-me ao longo de meu processo de formação profissional, antes, militante que professor e estou aprendendo a exercer a docência a partir da militância.

Isto se manifestava de forma fulcral nos procedimentos / caminhos metodológicos, pois ao trabalhar na construção do P.C. o fazia como militante, e o que era que eu deveria fazer como professor? Digo isto porque minha opção pela pesquisa-ação se dava pela necessidade de continuar a militância iniciada no movimento estudantil, no exercício profissional. Entendi que, ainda de forma não deliberada, eu praticava pesquisa-ação na gestão do Centro Acadêmico ou do Diretório Central dos Estudantes quando juntos nós

estudantes discutíamos as pautas (abordagem do objeto), quando planejávamos ações (co-construção do objeto) e quando executávamos o planejado realizando avaliações e assumindo outras pautas (efetuação do objeto). Fazíamos pesquisa-ação sem saber! E ao participar em diferentes espaços da comunidade era esta postura militante que se apresentava, sendo ela quem conduzia os procedimentos da pesquisa-ação. E perguntava-me, o que devo fazer como professor que não estou fazendo? Estou esquecendo algo? Serei um militante-professor, professor-militante ou professor de militância? Quando participei de entidades estudantis ocupava as coordenações de formação política, estava exercendo a docência e não sabia?

Tudo isto se debruçava em minha percepção a respeito de minha identidade enquanto pedagogo, de meu “que fazer” profissional fundado na docência. E o que é isto?

Entendo o exercício docente no sentido de trabalhar a progressiva autonomia da aprendizagem, atuando como um *facilitador da organização grupal*³. A figura na página seguinte expressa a tendência de evolução das interações no círculo de cultura, em que o grupo começa referenciando-se no *facilitador da organização grupal*, que assume o papel de animador e passa gradativamente a se posicionar como participante do grupo, assumindo o papel de organizador, até que os participantes assumam uma coesão grupal que consolide o processo de autonomia da aprendizagem, cabendo ao coordenador agora o papel de consultor (ANGELIM, 1988). No entanto, esta concepção de docência expressa à horizontalidade, algo que aprendi na militância. O que difere o militante do professor? Basta ser militante para ser professor? Estas perguntas não são retóricas, são tentativas de entender essas relações. Pois, certo é que, a militância pode melhor formar professores do que os cursos de formação de professores formarem militantes, o que para último é uma contradição.

Esta concepção docente é a orientação que venho seguindo e refletindo em outros processos como no trabalho “Encontro de Saberes: culturas tradicionais e populares no universo acadêmico – reflexões dessa experiência na UnB” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2010).

3 - O termo facilitador, neste contexto, não deve ser interpretado com o sentido atribuído pela tendência pedagógica liberal não-diretiva, em que o professor deve assumir o papel de facilitador do processo de ensino e aprendizagem. Queremos dizer que o professor deve facilitar a **organização grupal** com o intuito de que o grupo se auto organize, consolidando o processo de autonomia da aprendizagem. Para isto, o professor deve reconhecer a autonomia dos educandos de gerir seus processos de aprendizagem, não centralizando em sua figura, de forma que ele seja animador (compreendido como aquele que dá ânimo, vida, ação, movimento, entusiasmo), como nos aponta Freire: “o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma ‘cantiga de ninar’ (FREIRE, 1996, p. 52). Posteriormente, passa a ser organizador, coordenador (ordenar com), e, por último, consultor.

figura coordenadora. Eu enquanto docente/militante não estava ocupando o papel de “coordenação” era apenas mais um que também a princípio tinha que me referenciar a aqueles que conduziam o processo. E na medida em que eu propunha determinadas questões a respeito dos processos organizativos da associação chamando a atenção dos outros integrantes do coletivo, gerando outras interações, isso podia ser interpretado como disputa de poder e as críticas se converterem em ataques. Meus esforços enquanto educador em propor processos mais coletivos podiam de fato estar gerando desestabilizações na organização já curso.

Por outro lado a incompreensão do trabalho docente de um educador em espaços não-escolares, me “desautorizava” diante dos trabalhos. Esta é uma questão que me inquieta, pois o trabalho pedagógico como relação educativa intencional deve ser sempre negociado o que demanda tempo para a formação das pessoas de um determinado coletivo até que percebam e compreendam a dimensão educativa intrínseca às relações, e que ela deve ser gerida e só então se pode fechar o acordo da sua intencionalidade. Desta forma o educador que participa de um movimento que ainda não se atentou para a dimensão educativa de suas lutas, tem sempre que trabalhar na construção do espaço de sua própria atuação, que não está dado. E como fazer para conseguir este espaço? Despertando os sujeitos que se envolvem neste movimento e chamando-os para a co-construção deste espaço, o que não é tarefa fácil. E dentre os espaços que percebo que devem ser construídos nesta comunidade é a compreensão a cerca do caráter pedagógico da organização política comunitária e essa compreensão deve ser co-construída caso contrario se torna apenas uma constatação individual ou mera especulação. Para isto a abertura ao diálogo é fundamental para que a associação do quilombo possa exercer os papéis de “facilitador da organização grupal” de sua própria gestão, assim, como de toda a comunidade, mobilizando-a e conduzindo-se para a auto-gestão.

Do “Pesquisador-Coletivo” e a continuidade do trabalho

Com a formação do P.C. a partir da abertura e interesse dos quilombolas que demandaram encontros para discutir a realidade política da comunidade, um novo momento se instaurou. A análise dos escritos que compõe este trabalho pelo grupo foi muito importante para que eu percebesse a dimensão desta proposta de pesquisa coletiva, pois os elementos

apresentados por mim eram apenas abordagens investigativas para tentar construir referências que orientassem minha atuação na comunidade e que se tornou um convite à reflexão coletiva que se coadunou com o interesse do grupo em trabalhar aspectos da **formação e informação** da comunidade em relação aos seus direitos, o que passa fundamentalmente pela compreensão da necessidade de sua organização política para reconhecer e lutar pelos direitos à terra, à territorialidade e à educação que respeite seus valores culturais. Neste sentido pensamos e fizemos as propostas que foram apresentadas à Associação da comunidade.

Algo interessante é que meu interesse e disposição inicial logo dos primeiros contatos com a comunidade em trabalhar no diálogo entre escola e associação permeado pelos conhecimentos tradicionais da comunidade ganhavam corpo nas propostas elaboradas. Estas propostas constituem um esboço de “projeto de comunidade” que passa a ser desenhado a partir das ações previstas que incluem a mobilização da comunidade e sua participação na associação, partindo de trabalhos de formação e comunicação que é o papel que o P.C. procura assumir.

Vejo que este caminho aberto no movimento local está em total confluência e que pode se orientar pelas propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, que, desde junho de 2012, aguardam homologação pelo Ministério da Educação. Estas diretrizes vão orientar os sistemas de ensino para que eles possam colocar em prática a Educação Escolar Quilombola assegurando a formação básica comum que mantenha um diálogo com a realidade sociocultural e política **das comunidades e do movimento quilombola**.

As DCN's para a Educação Escolar Quilombola longe de ser uma normatização burocrática do Estado, nasce da histórica mobilização dos Movimentos Negros e especificamente do Movimento Quilombola que, desde a Constituição Federal de 1988 e início da década de 90, vem lutando através da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ por seus direitos à identidade étnico-racial, aos seus territórios e à educação.

A educação escolar quilombola foi pautada na Conferência Nacional de Educação – CONAE em 2010 o que resultou em sua inclusão como modalidade da educação básica nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica CNE/CEB 07/2010, seguindo, também, a Lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino de história e

cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares da Educação Básica. Ela compreende as escolas quilombolas (aquelas localizadas em território quilombola) e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

A educação escolar quilombola parte da consideração de vários aspectos da realidade dos povos quilombolas, como: o que se entende por quilombo, quilombo como território, as lutas da comunidade quilombola, a relação entre quilombos e trabalho, cultura e ancestralidade africana, os avanços e limites do direito dos quilombolas na legislação brasileira. Tendo como referência os valores sociais, culturais, históricos e econômicos destas comunidades. Estas perspectivas se trabalhadas coerentemente mudam substancialmente a realidade encontrada hoje no quilombo Mesquita e em sua escola.

Evidente que estas diretrizes apenas se concretizaram com a forte mobilização e participação direta das comunidades nos conselhos de educação dos sistemas de ensino e diretamente na relação comunidade-escola, sem o que estas diretrizes pouco se efetivaram. É neste sentido que penso que estas diretrizes podem servir de orientação para o movimento local, pois estes horizontes hoje são possíveis devido a luta dos movimentos quilombolas e, por isto, estas diretrizes são representativas e sua compreensão e engajamento por parte da comunidade na luta por este projeto educacional certamente pode ser assumido como um pilar do projeto de comunidade que almeje. A escola é um importante espaço de acolhimento das novas gerações que poderão ter formação com base referências identitárias coerentes com a real história do povo brasileiro e da comunidade o que a fortalecerá.

Todavia, este trabalho apresentou as fortes contradições presentes na escola desta comunidade em sua tentativa de trabalhar o ensino de história e cultura dos afro-brasileiros e africanos, e é importante atentarmos para esta questão e pensar as estratégias de superação destes problemas.

Há, contudo, três pontos fundamentais das DCN's para a Educação Escolar Quilombola que podem ter terreno fértil na comunidade e alavancar seu movimento.

A gestão da escola:

As DCN's para a Educação Escolar Quilombola em seu Art. 38 § 1º e 2º preveem a imprescindibilidade do diálogo entre a gestão da escola e as organizações do movimento local e de que a gestão da escola seja realizada, preferencialmente, por quilombolas. Desde o mês

de junho a direção da escola da comunidade foi assumida por uma quilombola o que facilita o diálogo da associação com a escola, e onde as propostas do P.C. poderão buscar ser postas em prática estendendo o processo de **formação e comunicação**.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) e da proposta curricular da escola:

Com estas possibilidades de diálogo entre escola e a organização política do quilombo, o processo de construção do PPP é de fundamental importância neste diálogo, pois representa os compromissos, intenções e principalmente a identidade assumida pela escola quilombola que deve ser a identidade que a comunidade busca assumir, onde uma orienta a outra. Para a construção do PPP um diagnóstico da realidade da comunidade quilombola e seu entorno deverá ser realizado envolvendo as pessoas da comunidade, as lideranças e organizações presentes no território, considerando os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história da comunidade como prevê o Art. 31 § 2º das DCN's para a Educação Escolar Quilombola. Desta forma este diagnóstico servirá também como eixo orientador da proposta curricular a ser desenvolvida, construindo outras práticas baseadas na horizontalidade entre a ciência e os conhecimentos tradicionais produzidos pela comunidade. Aqui vejo o papel fundamental deste diálogo entre escola e associação para mobilizar a comunidade na construção do PPP em que ao buscar estes elementos de compreensão da realidade comunitária relacionando-a a contextos mais amplos junto a própria comunidade, ambos, escola, comunidade e associação passaram a se conhecer mais e de uma forma mais abrangente o processo de **formação e comunicação** da comunidade ganhará corpo e fluidez.

Formação dos professores

Este é um ponto fulcral, pois repercute diretamente na base das relações escolares e onde as contradições dos processos pedagógicos se apresentam mais nitidamente como foi exposto nas iniciativas da escola em trabalhar a Lei 10.639. Neste sentido as DCN's para a Educação Escolar Quilombola atentam para algumas questões importantes como a preferência por professores pertencentes às comunidades (Art. 47) e sobre a formação inicial e continuada dos professores. Na escola da comunidade cerca de 70% dos professores são oriundos do quilombo o que mesmo assim não evitou contradições, pois elas se encontram entranhadas na educação brasileira e conseguinte na formação destes quilombolas que conseguiram se formar e tornarem-se professores. Não se pode esperar as mudanças curriculares da formação inicial

e a execução de cursos de formação de educação continuada pelos sistemas de sistemas de ensino. Deve-se sim lutar por estas mudanças e execuções, mas, sobretudo inicia-las no próprio fazer pedagógico da escola.

As DCN's para a Educação Escolar Quilombola podem mais uma vez auxiliar, pois não se tratam somente de orientações técnicas. O estudo do relatório do Conselho Nacional de Educação realizado por especialistas na questão como Nilma Lino Gomes, Maria da Gloria Moura entre outros, pode oferecer ao P.C., a escola e a comunidade de forma geral, fundamentos sobre os conceitos de Quilombos, os parâmetros dos direitos garantidos aos quilombolas, a realidade fundiária e educacional das comunidades, as tensões, lutas e desafios, além de ser detalhista quanto aos aspectos fundamentais a serem trabalhados na educação escolar quilombola.

Destaco aqui a propriedade apresentada pelo documento da compreensão dos quilombos como povos e comunidades tradicionais orientada pela Convenção 169 da OIT e pelo Decreto nº 6.040 / 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que em concordância com o art. 3º dessa política considera:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os [arts. 231 da Constituição](#) e [68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#) e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Estas orientações são de fundamental importância para que a Educação Escolar Quilombola esteja fundamentada no estudo do trabalho como princípio educativo que ao se fundar na realidade social, cultural e econômica das comunidades poderá estabelecer as conexões necessárias entre os saberes escolares e os saberes e técnicas tradicionais das comunidades. Proporcionando horizontes que garantam formas de desenvolvimento sustentável que preservem e fortaleçam as identidades. Cabendo a escola do Quilombo Mesquita desenvolver recursos didático-pedagógicos de forma a valorizar e integrar características fundamentais da comunidade como os trabalhos com a terra, o trabalho familiar e o sentimento gregário na forma de produzir a vida tão fortemente presente em suas Folias que são a maior expressão do potencial de uma economia assentada na reciprocidade.

Creio que este seja um passo fundamental a ser trabalhado por nós que estamos buscando construir este movimento juntos em nossa formação enquanto “pesquisador-coletivo”.

Da importância do trabalho

Sabemos que os trabalhos acadêmicos tradicionais em pouco ou nada contribuem com as verdadeiras necessidades da realidade sendo de forma geral meras especulações intelectuais que não tratam fundamentalmente do que refletem, pois não há dimensão de vivência prática. No entanto, este trabalho seguindo outra postura epistemológica em que de fato contribui? Consigo enxergar sua importância e suas contribuições, mas elas se dão em ritmos muito mais lentos que a “produtividade” exigida na academia. Penso a questão de financiamento predominante, seus critérios e prioridades. Qual a relevância deste trabalho para esta instituição formadora, para os centros de pesquisas do país e para a sociedade? Pode parecer desperdício de recursos públicos alguém passar 5 anos em uma universidade para fazer um trabalho como este que utiliza uma metodologia da qual não conseguiu passar do primeiro passo? E que passo é este? Qual o seu significado? A pressa e a sede por desenvolvimento requer que produzamos qualquer coisa que falsamente apresente resultados satisfatórios. E o que este trabalho apresenta? A importância de (re)conhecer-se, de inserir-se na história e os

desafios de viver e trabalhar coletivamente quando já estamos engessados pelo individualismo. Isso tem alguma importância?

Da escrita

Durante minha vida utilizei pouco o recurso da escrita, por insegurança gerada pelos meus próprios julgamentos ou por receio do julgamento dos outros. Na escola em geral não se pode pensar livremente, pois os “erros” nos perseguem implacáveis, e a universidade com seu rigor estabelece que nossos conteúdos não podem sair da forma, nos limitam a criatividade.

Com este trabalho tentei superar estas questões, no entanto, percebi-me bastante condicionado de forma que penso não ter conseguido transparecer o sentimento e o pensamento básico. É evidente que consigo passar parte considerável do que penso, mas há pouca expressão, pois ao aventurar em descobrir-me na escrita a vejo nascer velha, reproduzindo formas que tem a força de tolher a criatividade e, também, pelo fato da constância das ideias em que ao escrever um parágrafo já estou pensando em sua antítese.

Analisando as fases de elaboração deste trabalho percebo que evoluí bastante minhas capacidades de expressão principalmente por meu envolvimento com a dança, com a música e com a escrita na qual além de fluir nestas páginas que me lê outras surgiram cheias de sentimentos e poesias. Isto é importante de ser dito, pois aqui neste trabalho pronunciei as palavras “amor”, “justiça” e “liberdade” para expressar sentimentos que ainda não consigo traduzir, ainda que estas palavras sejam cotidianamente banalizadas. E se não apresento seus reais significados é porque ainda estou aprendendo, desafio imprescindível a quem trabalha por mudanças, porque não dizer REVOLUÇÃO, esta outra palavra que anda desgastada, mas que não deve cair em desuso, pois carrega um sentido, e aqui a registro como compromisso materialista-histórico e espiritual. Assumindo este compromisso posso eu mesmo cobrar minha coerência, sabendo que não sou perfeito, como o mundo também não é! Que esta coerência seja, sobretudo a capacidade de aprender com os erros e consciente que a grande obra da vida é de todos nós e do tempo, aquele que realmente transforma tudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. Pinóquio às avessas. *Ciência e Sociedade* – artigo extraído da folha de S. Paulo 11/09/1982.

ANGELIM, M. L. P. Educar é descobrir – um estudo observacional exploratório. Universidade de Brasília/Faculdade de Educação. Dissertação de Mestrado. v.1.1988.pág. 45-46.

ANGELIM, M. L. P, RODRIGUES, M. A. M. Evoluindo e gerando conhecimento. In: *Educação Superior a Distância – Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR)*. Amaralina Miranda de Souza, Leda Maria Rangearo Fiorentini e Maria Alexandra Militão Rodrigues (org.). Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2009.

ANJOS, R. S. A. Meio Ambiente, antigos estados políticos e referências territoriais da diáspora. In: BRASIL. *Educação Africanidades Brasil*. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Universidade de Brasília / Centro de Educação à Distância – CEAD – Faculdade de Educação.

ANJOS, R. S. A; VILELA, Rodrigo de Oliveira; FLORES, Tiago Bueno. Utilização da cartografia temática para representação gráfica para a espacialização dos territórios quilombolas na divisão municipal brasileira. *Metodologia – procedimentos – referencias técnicas*. Revista Eletrônica Tempo – Técnica – Território. V.1, N.1, Março de 2010.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação* / René Barbier. Tradução de Lucie Didio. Brasília : Liber Livro Editora, 2007.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves. *O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo*/ Joaquim Gonçalves Barbosa, Remi Hess – Brasília: Liberlivro, 2010.

BENJAMIM, Walter. *A experiência*.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem do Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal : do indígena ao colonizador* – Brasília : Verano, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Sacerdotes de viola: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais* / Carlos Rodrigues Brandão. – Petrópolis: Vozes, 1981.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

_____. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/30038870/dou-secao-3-29-08-2011-pg-106>. Acessado em: 04/09/2012.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*. Parecer 16/2012. Aprovado em 5/6/2012 pela Câmara de Educação Básica – CEB/CNE.

_____. Ministério da Educação. Raízes Africanas na identidade brasileira - contribuições dos povos angolanos, atividade 02: Angola no Brasil, Brasil na Angola. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=25225>. Acessado em: 04/09/2012.

_____. Presidência da República – Casa Civil - Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm . Acessado em: 22/09/2012.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Distrito Federal. Ação Civil Pública – ACP nº 2008.35.01.000868-0. Disponível em: http://www.prdf.mpf.gov.br/imprensa/arquivos_noticias/20100428-1.16.000.004222-2009-22-5700.pdf . Acessado em: 22/09/2012.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade / Manuel Castells ; tradução Klauss Brandini Gerhardt. – (A era da informação : economia, sociedade e cultura ; v.2)

CHAUVET, Eduardo. CHAUVET, Gustavo. Histórias da Pré-História de Brasília. 2007. Disponível em: http://www.masterbrasil.com/download/midia/Histrias_da_Pr_Histria_de_Braslia_1.pdf. Acessado em: 09/06/2012.

CIDADE OCIDENTAL - GOIÁS. - Dados históricos da criação do Município de Cidade Ocidental - 1994. Biblioteca Pública de Cidade Ocidental – José Sarney.

_____. Dados históricos do Município de Cidade Ocidental –GO / 2001. Biblioteca Pública de Cidade Ocidental – José Sarney.

_____. Dados históricos e sócio-econômicos – 1998. Biblioteca Pública de Cidade Ocidental – José Sarney.

_____. Plano Diretor de Cidade Ocidental. Lei nº 727, 2009, de 20 de janeiro de 2009.

COHEN-SOLAL, Annie. Jean-Paul Sartre/ Annie Cohen-Solal; tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2005.

COSTA, A. S. OLIVEIRA, W. S. A luta por educação formal e a relação comunidade – escola no quilombo mesquita. Trabalho realizado na disciplina “Ensino de história, identidade e cidadania”. Departamento de Métodos e Técnicas – MTC da Faculdade de Educação – FE/UnB. 2º/2010.

COUTINHO, Laura Maria. Amílcar Cabral – O Pedagogo da Revolução. Palestra de Paulo Freire ao curso de mestrado da Faculdade de Educação da UnB, 08 de novembro de 1985. Texto gravado e organizado por: Laura Maria Coutinho. Disciplina: Educação e Cultura. Professor: Venício Arthur Lima. Org.: Laura Maria Coutinho, Maria Luiza P. Angelim, Erasto Fortes, Celso Ribeiro, Renato Hilário dos Reis e Raúl Jorge Vera Cruz Barbosa.

CULTURA POPULAR E EDUCAÇÃO / Organização René Marc da Costa Silva. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2008. (Salto para o futuro)

D'AMBROSIO, Ubiratan (org.). Declaração dos Fóruns de Ciência e Cultura da UNESCO: Veneza, Vancouver, Belém: Carta da Transdisciplinaridade. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1996. (Coleção textos universitários)

DIONNE, Hugues. A pesquisa-ação para o desenvolvimento local / Hugues Dionne ; tradução: Michel Thiollent. Brasília : Liber Livro Editora, 2007.

DISTRITO FEDERAL - DF. Brasília fatos importantes dos antecedentes até 21 de abril de 2010. Arquivo Público do Distrito Federal / Secretaria de Cultura do Distrito Federal, 2010.

ESCOLA ALEIXO PEREIRA BRAGA I. Projeto Político Pedagógico, 2011. QUILOMBO MESQUITA – CIDADE OCIDENTAL / GO..

ESCUDEIRO, Antônio. O culto do Espírito Santo. Entrevista feita em 1990 por Antônio Escudeiro ao Professor Agostinho da Silva – Parte I. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação – Instituto de Letras. Seminário Agostinho da Silva 19 e 20 de agosto de 2002.

FONSECA, S. G. A incorporação de Diferentes Fontes e Linguagens no Ensino de História. Campinas/SP: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

_____. Pedagogia do oprimido / Paulo Freire. – 50. Ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2011.

GALVANI, Pascal. A Autoformação, uma perspectiva transpessoal, transdisciplinar e transcultural. Artigo publicado em Educação e transdisciplinaridade II, São Paulo, Triom/UNESCO, 2002, pp. 95-121. Disponível em: <http://www.ufrj.br/leprans/arquivos/autoformacao.pdf>. Acessado em: 24/09/2012.

IBGE. IBGE CIDADES Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acessado em: 29/01/2011.

LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana - danças piruetas e mascaradas. Contrabando, 1998.

LEROI-GOURHAN, André. O gesto e a palavra – técnica e linguagem. Tradução de Vítor Gonçalves. Edições 70.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje – São Paulo : Global, 2006. – (Coleção para entender)

OLIVEIRA, M. G; OLIVEIRA, W. S. Encontro de Saberes: Culturas populares e tradicionais no universo acadêmico – Reflexões desta experiência na UnB. Trabalho realizado na disciplina “Encontro de Saberes: Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais”. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília – DAN/UnB. Professor: José Jorge de Carvalho. 2º/2010.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. História de Goiás – 6. Ed. Goiânia : Ed. Da UCG, 1994.

PINEAU, Gaston. A Autoformação no decurso da Vida. Disponível em: <http://www.cetrans.com.br/novo/textos/a-autoformacao-no-decurso-da-vida.pdf>. Acessado em 24/09/2012.

QUEIROZ, Eduardo de. A formação histórica da região do Distrito Federal e Entorno: dos municípios-gênese à presente configuração territorial / Eduardo Pessoa de Queiroz. Brasília: Instituto de Ciências Humanas: Departamento de Geografia: UnB, 2007. (Dissertação de Mestrado)

RAINHA, Roberto. LOPES, Danilo Serejo. A titulação dos territórios quilombolas: uma breve leitura dos oito anos de governo Lula. Fonte: <http://racismoambiental.net.br/2010/12/a-titulacao-dos-territorios-quilombolas-uma-breve-leitura-dos-oito-anos-de-governo-lula/>

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Relatório Direitos Humanos 2010. Disponível em: <http://www.social.org.br/>. Acessado em: 04/09/2012.

REVISTA DARCY. UnB Agência. 2ª edição, set-out. 2009.

SANTOS, Sales Augusto dos. Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas. Brasília, 2007.

SILVA. Agostinho da. Algumas considerações sobre o culto popular do Espírito Santo. Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, n.º 3, Lisboa, 1967.

Souza, Daiane. A participação do Quilombo Mesquita na construção de Brasília. Brasília, 20 de março de 2012.

TEIXEIRA, Renato Araújo. Formosa: Portal do nordeste goiano ou polo regional no entorno de Brasília. Goiânia: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais: Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia: UFG, 2005. (Dissertação de Mestrado)

VELOSO, Jorge das Graças. A visita do divino/ Jorge das Graças Veloso. – Brasília : Thesaurus, 2009.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANJOS, R.S.A. Cartografia e Cultura: Territórios dos remanescentes de quilombo no Brasil. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, setembro de 2004.

ANJOS, Suelen Gonçalves dos. Cultura e Tradições negras no Mesquita: Um estudo da matrifocalidade numa comunidade remanescente de quilombo. PADÊ: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. Brasília, UniCEUB, FACIS, Vol.1, n.1/ 06. ISSN 1980-8887

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol.27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do campo: campo – políticas públicas – educação. Organizadora, Clarice Aparecida dos Santos. – Brasília : INCRA ; MDA, 2008, 109 p. ; NEAD Especial ; 10).

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; Paviani, Aldo. Palestra de Milton Santos / Geografia e Planejamento: O uso do território – Geopolítica. V Semana de Geografia – em 16 de outubro de 1980. Revista Eletrônica: Tempo – Técnica – Território. V. 2, N. 2. 2011, 1:49 ISSN: 2177 – 4366. Brasília, 28 de novembro de 2011.

MUNANGA, Kabengele. Negritude usos e sentidos. Editora ática, 1986.

SILVA, Agostinho da Silva. Presença de Agostinho da Silva no Brasil. SILVA, Amâncio & AGOSTINHO, Pedro. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.

SILVA, Marco Antônio Baratto Ribeiro da. A escola Boa Vista e o Assentamento Vereda I: Organização Social, Educação do Campo e Cultura. Monografia de conclusão de curso, Faculdade de Educação, UnB, Brasília – DF, 2009.

VALE, Ana Maria do. Educação popular na escola pública / Ana Maria do Vale. – 3. ed. – São Paulo : Cortez, 2001. – (Coleção questões de nossa época; v. 8)